



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS



ÉDLA SONAIRA SALAZAR DE OLIVEIRA

DO CENTRO AS MARGENS: A FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA PROSTITUIÇÃO  
FEMININA NA CIDADE DE BOAVISTA/RORAIMA- 1970 A 1990

BOA VISTA – RR  
2023

ÉDLA SONAIRA SALAZAR DE OLIVEIRA

DO CENTRO AS MARGENS: A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DA PROSTITUIÇÃO  
FEMININA NA CIDADE DE BOAVISTA/RORAIMA- 1970 A 1990

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação  
Sociedade e Fronteiras- PPGSOF, da Universidade  
Federal de Roraima – UFRR como parte dos requisitos  
necessários para obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa 1: Fronteiras e Práticas de Mobilidade  
Humana

Orientadora: Professora Dra. Carla Monteiro de Souza

BOA VISTA – RR  
2023

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

O48d Oliveira, Édla Sonaira Salazar de.

Do centro às margens: a formação do território da prostituição feminina na cidade de Boa Vista/Roraima – 1970 a 1990 / Édla Sonaira Salazar de Oliveira. – Boa Vista, 2023.  
142 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Monteiro de Souza.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

1 – Território da prostituição. 2 – Cidade. 3 – Disputas de poder. 4 – Códigos sociais. I – Título. II – Souza, Carla Monteiro de (orientadora).

Ficha Catalográfica elaborada pela  
Bibliotecária/Documentalista:  
Mariede Pimentel e Couto Diogo - CRB-11-354 - AM

ÉDLA SONAIRA SALAZAR DE OLIVEIRA

DO CENTRO ÀS MARGENS: A FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA PROSTITUIÇÃO  
FEMININA NA CIDADE DE BOA VISTA/RR – 1970 A 1990

Dissertação apresentada como pré- requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. Área de Concentração: Sociedade e Fronteiras e Linha de Pesquisa 1: Fronteiras e Práticas de Mobilidade Humana. Defendida em 31 de maio de 2023 e avaliada pela seguinte banca examinadora:

Documento assinado digitalmente  
 CARLA MONTEIRO DE SOUZA  
Data: 31/05/2023 17:50:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Monteiro de Souza**

Orientador - PPGSOF/UFRR

Documento assinado digitalmente  
 KENIA GONCALVES COSTA  
Data: 31/05/2023 18:13:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kênia Gonçalves Costa**

Membro Externo Titular – UFT

Documento assinado digitalmente  
 MARCIA MARIA DE OLIVEIRA  
Data: 17/07/2023 19:36:16-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Maria de Oliveira**

Membro Interno Titular – PPGSOF/UFRR

Dedico este trabalho à minha mãe, Georgina Salazar (in memoriam), e a todas as mulheres que, assim como ela, se fizeram caimbé nesse árido lavrado da vida.

## AGRADECIMENTO

A escrita desse trabalho ocorreu durante os conflitos existenciais de uma pessoa em luto. Ressignificar a própria existência enquanto lidava com as pressões acadêmicas não foi nada fácil. A ausência da minha mãe me fez perder o sentido de tudo, inclusive o amor que tenho pela “putaria” e a confiança em minha capacidade de concluir esta pesquisa. Mas foi em agradecimento à sua existência e com o apoio de algumas pessoas incríveis que tive forças para finalizar este trabalho, e por isso serão aqui mencionadas.

Não posso deixar de reconhecer e agradecer primeiramente à minha mãe, Georgina Salazar, que me permitiu ousar sonhar e me observou atenta. Você foi a melhor companheira nesses 25 anos juntas. Me aplaudia feliz a cada conquista. Me protegeu, mas nunca me podou. Me acalmava quando eu tinha medo de fracassar. Sorria comigo, chorava comigo. Com você eu vooi longe e me tornei independente. Seu impulso me deu todas as minhas possibilidades de ser, de viver e de sentir. Sou o que sou porque você me permitiu ser: livre. Obrigada, mãe!

Agradeço à professora Dra. Carla Monteiro de Souza, minha querida orientadora, a florzinha de paricarana que acreditou em mim e aceitou o pedido de orientação. Conduziu-me com paciência e muito afeto, mostrou-me a leveza e as dificuldades de uma pesquisa científica interdisciplinar. Mais do que uma parceria acadêmica, fui presenteada com uma amiga que me incentivou em todos os momentos e compartilhou suas experiências de vida, sua paixão pela docência e, sobretudo, pela História.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociedades e Fronteiras pelo respeito, atenção e carinho que sempre tiveram comigo.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa, que no ano inicial foi extremamente importante para me manter no programa.

Agradeço ao Professor Dr. Benedito Carlos Barbosa, coordenador do Núcleo de Documentação Histórica da UFRR-NUDOCHIS, pela disponibilidade em ajudar e dar acesso aos exemplares físicos dos jornais que foram a base desse trabalho.

Agradeço à gestão e aos meus alunos da Escola Tereza Teodoro de Oliveira pela compreensão das minhas ausências decorrentes da pesquisa.

Agradeço à minha irmã Érica Sonária pelo companheirismo, a cumplicidade e os sorrisos divididos nas inúmeras vídeo chamadas. Por nunca ter deixado de acreditar em mim em momento algum e suportou minhas crises de mau humor e ansiedade.

Gratidão à existência pulsante de Lunninha e Maricota. Vocês são o sopro de amor na minha vida. É a vontade de dançar com vocês novas músicas nesse grande baile da vida que me motivam a nunca desistir.

Agradeço à minha querida amiga Graciene Araújo por ter ficado quando as coisas iam bem, mas especialmente quando não estavam legais. Obrigada por essa parceria que é feita de amor, com todas as suas coisas boas e difíceis também.

Por fim, agradeço a Silvana Estrada pela delicadeza nos versos das canções que foram a trilha sonora durante esse trabalho.

*Me chamam de puta,  
Rapariga,  
Quenga,  
Profissional do sexo,  
Trabalhadora sexual,  
Militriz,  
Mensalina,  
Mulher da vida fácil.  
Vida Fácil?  
Vida vivida!  
Vida marcada  
Vida estigmatizada,  
Com ferro que ferre as entranhas.  
Vida feliz!  
Feliz sim!  
Porque mulher é vida!  
E toda mulher é mulher da vida.*

VÂNIA REZENDE  
Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo- APPS

## RESUMO

A prostituição marca forte presença nos espaços urbanos, ganha evidência e assume determinado contorno à medida que passa a ser problematizada dentro dos setores sociais, participando de disputas para assegurar seu espaço na dinâmica das cidades. Neste contexto, a pesquisa investiga a formação dos territórios da prostituição feminina de Boa Vista/RR, entre as décadas de 1970 a 1990, observando a prostituição dentro da lógica de crescimento urbe e contextualizando-a na dinâmica socioespacial da cidade. A atividade se deslocou do centro da cidade para as áreas periféricas, refletindo mudanças sociais, políticas e urbanísticas ocorridas nesse período. Pela própria natureza do tema e tendo como objetivo investigar as territorialidades constituídas nessas áreas, a pesquisa tem caráter interdisciplinar, privilegiando o diálogo entre a História e a Geografia. A partir das notícias presentes nos jornais *Folha de Boa Vista*, *O Estado de Roraima* e *O Diário de Roraima*, buscamos entender a relação desses espaços de prostituição na dinâmica social da cidade, considerando as relações de poder, a violência e as condições de trabalho das prostitutas. Ao longo do estudo, são identificados diferentes tipos de territórios de prostituição em três bairros emergentes, que refletem a estrutura física da cidade no período que vão se formando. Os estabelecimentos produziram códigos de sociabilidades internos rígidos que apontam que os prostíbulos são espaços organizados. Também foi constatado que a nova Boa Vista dos fins do século XX reformulou o tipo de prostituição de boite da sua zona pioneira perpetuada por questões moralistas. O trabalho contribui para o entendimento da formação dos territórios da prostituição feminina em Boa Vista, destacando as complexidades e as transformações que ocorreram nesse contexto. Além disso, lança luz sobre a importância de se entender a prática como um fenômeno social intimamente ligado a reorganização espacial da cidade pois os modos de vida dos boa-vistenses produziram territórios da prostituição singulares.

Palavras-chave: Território da prostituição. Cidade. Disputas de poder. Códigos sociais.

## **ABSTRACT**

Prostitution marks a strong presence in urban spaces, gains evidence and takes on a certain contour as it becomes problematized within the social sectors, participating in disputes to secure its space in the dynamics of cities. In this context, the research investigates the formation of territories of female prostitution in Boa Vista/RR, between the 1970s and 1990s, observing prostitution within the logic of urban growth and contextualizing it in the socio-spatial dynamics of the city. Activity shifted from the city center to peripheral areas, reflecting social, political and urban changes that took place during this period. Due to the very nature of the theme and with the objective of investigating the territorialities constituted in these areas, the research has an interdisciplinary character, favoring the dialogue between History and Geography. From the news present in the newspapers Folha de Boa Vista, O Estado de Roraima and O Diário de Roraima, we seek to understand the relationship of these spaces of prostitution in the social dynamics of the city, considering the power relations, violence and working conditions of the women. prostitutes. Throughout the study, different types of prostitution territories are identified in three emerging neighborhoods, which reflect the physical structure of the city in the period they are being formed. The establishments produced rigid internal sociability codes that indicate that brothels are organized spaces. It was also found that the new Boa Vista at the end of the 20th century reformulated the type of nightclub prostitution in its pioneering area, perpetuated by moralist issues. The work contributes to the understanding of the formation of territories of female prostitution in Boa Vista, highlighting the complexities and transformations that occurred in this context. In addition, it sheds light on the importance of understanding the practice as a social phenomenon closely linked to the spatial reorganization of the city, since the ways of life of the people of Boa Vista produced unique territories of prostitution.

Keywords: Territory of prostitution. City. Power disputes. Social codes.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1-Evolução da população do município de Boa Vista \1940-2010 .....	45
Quadro 1: Bairros atuais de Boa Vista por zona urbana.....	50
Mapa 1: Área do baixo meretrício, Zona do Morro, Boa Vista/RR, 1953-----	33
Mapa 2: Evolução do espaço urbano de Boa Vista \ Décadas de 20 a 80-----	44
Mapa 3: Divisão da cidade de Boa Vista por zonas urbanas e seus respectivos bairros-----	48
Mapa 4: Deslocamento das zonas de prostituição na cidade de Boa Vista -----	52
Figura 1 Representação gráfica de um bar na zona do baixo meretrício de Boa Vista década de 1950, elaborada a partir das descrições de Laucides Oliveira (2007) .....	66
Figura 2: Ruas do bairro Caetano Filho em 1991.....	73
Figura 3: Imagem da Avenida das Guianas em 1994.....	75
Figura 4: Propaganda da boate Privê Drink's no Jornal Folha de Boa Vista, 1992 .....	76
Figura 5: Propaganda do evento “Bumbum de ouro”, na boate Nicash Drinks, 1994 .....	77
Figura 6: Propaganda da “Noite da Eva”, na boate Nicash Drinks, 1994 .....	77
Figura 7: Propaganda do Baile do Hawaí, na boate Nicash Drinks, 1994 .....	78
Figura 8: Propaganda da boate Minéia Drink's, 1994.....	78
Figura 9: Propaganda da boate Cassino Drink's, 1994 .....	79
Figura 10: Manchete de capa sobre a presença de menores em bares/prostíbulos do bairro Caetano Filho, o Beiral.....	89
Figura 11: Manchete do Jornal Folha de Boa Vista sobre esquema de exploração de menores na boate Privê. ....	91
Figura 12: Manchete sobre esquema de tráfico de menores boa-vistenses para Manaus.....	93
Figura 13: Imagem de policiais que se infiltraram no bar do Asa Branca para investigação do caso. ....	97
Figura 14: Foto de Leidimar Silva, a Minéia. ....	103
Figura 15: Manchete do Jornal O Estado de Roraima, noticiando o crime de Minéia.....	109
Figura 16: Manchete do Jornal Folha de Boa Vista noticiando o crime de Minéia .....	109
Figura 17: Entrevista de Minéia ao Jornal O Diário de Roraima- 1993.....	112
Figura 18: Foto da capa do Jornal O Estado de Roraima noticiando a prisão de Expedito Perônnico na Boate Privê .....	117
Figura 19: Notícia na página policial do ocorrido com o jornalista, 1992 .....	118
Figura 20: Charge do Jornal O Estado de Roraima retratando o caso de Expedito Perônnico, 1992 .....	121
Figura 21: Charge satírica do Jornal O Estado de Roraima .....	122

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO DA CIDADE DE BOA VISTA E A PRÁTICA DA PROSTITUIÇÃO .....</b>	<b>17</b>
1.1 DE DEUSAS A ESCÓRIA: UM BREVE ESBOÇO HISTORIOGRÁFICO SOBRE O IMAGINÁRIO DA PROSTITUIÇÃO .....	18
1.2 CONHECENDO O LUGAR: BOA VISTA E A BOEMIA AS MARGENS DO RIO BRANCO .....	27
1.3 O MORRO: A ESPACIALIZAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO EM BOA VISTA .....	32
<b>CAPÍTULO 2 – A NOVA BOA VISTA: DINÂMICA URBANA E SEGREGAÇÃO ESPAÇO/TERRITORIAL DA PROSTITUIÇÃO.....</b>	<b>40</b>
2.1 AS CIDADES NA “FLORESTA” .....	41
2.2 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E EXPANSÃO DA CIDADE.....	43
2.3 A SEGREGAÇÃO DO TERRITÓRIO DA PROSTITUIÇÃO NA CIDADE.....	53
<b>CAPÍTULO 3 – AS NOVAS ZONAS DE PROSTITUIÇÃO NA CIDADE DE BOA VISTA.....</b>	<b>70</b>
3.1 AS NOVAS ESPACIALIDADES: OS BARES-PROSTÍBULOS E AS BOATES.....	70
3.2 A ORGANIZAÇÃO DA ECOLOGIA PROSTITUCIONAL BOA-VISTENSE .....	82
3.2.1 A CAFETINA .....	98
3.1.3 MINÉIA, A CAFETINA DA ELITE BOA-VISTENSE.....	102
3.3 O IMAGINÁRIO SOCIAL E A TRANSFORMAÇÃO DESSES TERRITÓRIOS DA PROSTITUIÇÃO EM ESPAÇOS (MAL)DITOS A PARTIR DOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS.....	114
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>126</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>130</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>132</b>

## INTRODUÇÃO

Lembro com clareza das inúmeras histórias contadas por meu pai, Edson, um capixaba que chegou a Boa Vista, assim como milhares de outros migrantes na década de 1980, ávido pelo sonho de prosperar nos garimpos roraimenses. Era comum ele recordar, sorridente, das algazarras que havia vivenciado nos diversos bares em muitas cidades roraimenses pelos quais passou, até encontrar dona Georgina, minha mãe, em um bar em Mucajaí, ao som de seu cantor favorito, Amado Batista. No enlace de dois boêmios apaixonados pelas agitações da noite, nasci e cresci imersa em histórias com prostitutas, bebedeiras com momentos de alegria e perigo que meus pais vivenciaram quando ainda eram jovens.

Filha de um casal boêmio, as histórias dos meus pais alimentaram curiosidades de uma jovem pesquisadora, fazendo questionar os discursos corriqueiros sobre essa prática na cidade de Boa Vista e me motivaram a buscar compreender melhor como se dava a relação desses ambientes com o pensamento moralista desta mesma sociedade que condenava essas atividades ao mesmo tempo que a alimentava. Entender a organização espacial da prostituição boa-vistense passou a ser meu tema de pesquisa ainda na minha graduação em História na Universidade Federal de Roraima que parte da investigação da primeira zona de prostituição da cidade, a zona do Morro. A partir deste trabalho, surgiram diversas outras questões que germinaram e se transformaram na pesquisa aqui apresentada.

A prostituição é uma realidade constante ao longo da história e frequentemente concentrada de forma organizada nas cidades. A formação dos territórios de prostituição feminina é um fenômeno complexo que envolve questões sociais, culturais e urbanas. Neste estudo, investigamos o processo de desapropriação da primeira zona de prostituição em Boa Vista, conhecida como "Morro", localizada na região central. Analisamos os espaços para onde a atividade se deslocou e como vivemos esses novos territórios na cidade durante os anos finais do século XX, relacionando-os às transformações urbanas e socioeconômicas ocorridas ao longo desse período.

Boa Vista é entendida aqui como palco e personagem na formação desses territórios. Para isso, é necessário definir como a cidade passa a ser observada e sua relação com a prostituição. Localizada no estado de Roraima, a cidade passou por profundas transformações sociais e urbanas nas décadas de 1970 a 1990. Durante esse período, o boom populacional impulsionado pelo garimpo na década de 1980 deu origem a um crescimento desordenado e na formação de bairros nas margens da cidade emergente. Esses bairros foram negligenciados em termos de políticas públicas e infraestrutura, gerados em espaços segregados na cidade (VERAS, 2012).

A segregação espacial é uma expressão das desigualdades sociais e uma forma de controle exercido pela classe dominante sobre os espaços urbanos. Segundo Lefebvre (1999), a segregação espacial não se limita apenas à separação física de diferentes grupos sociais em áreas específicas da cidade, mas também envolve a exclusão desses grupos do acesso a recursos urbanos e oportunidades de participação na vida urbana. Portanto, a segregação é um mecanismo utilizado pela elite política e econômica de Boa Vista para perpetuar as desigualdades sociais na cidade.

No contexto da prostituição, a segregação espacial muitas vezes leva à concentração dessa atividade em áreas específicas das cidades, como distritos ou bairros designados. Essas áreas podem ser caracterizadas por condições precárias de vida, falta de infraestrutura adequada e maior exposição à violência e ao estigma social. Devido a pressões sociais, controle e restrições impostas sobre esses territórios, a prostituição frequentemente é empurrada para áreas periféricas ou segregadas da cidade (RAMOS, 2019).

A atividade prostitucional em Boa Vista está integrada à dinâmica de segregação espacial da própria cidade, concentrando-se em bairros emergentes que careciam de estrutura na época. A atividade se concentrou nos bairros atuais 13 de Setembro, Liberdade, Caimbé e Asa Branca, o que refletiam as desigualdades socioespaciais e as forças sociais, políticas e morais presentes na cidade. Essa marginalização espacial afetou não apenas os estabelecimentos relacionados à prostituição, mas também sua sociabilidade e a forma como são percebidas e estigmatizadas pela sociedade.

Foi realizada uma análise de 54 notícias dos jornais Folha de Boa Vista, O Estado de Roraima e O Diário de Roraima, abrangendo o período de 1983 a 1998. As edições da Folha de BV foram encontradas digitalizadas no site da Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, enquanto os exemplares físicos dos demais jornais foram encontrados no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Roraima-NUDOCHIS<sup>1</sup>. Os jornais foram analisados a partir de uma abordagem à luz das teorias do lugar central de Christaller e da agenda-setting, além do entendimento discursivo foucaultiano e do processo de estigmatização

---

<sup>1</sup> O Núcleo de Documentação de Pesquisa Histórica (NUDOCHIS) é o responsável por armazenar parte da documentação permanente histórica, ou seja, os bens patrimoniais documentais da Universidade Federal de Roraima e também de parte do Estado de Roraima como jornais, fotografias antigas, atas de departamentos e reuniões, clippings de assessorias, textos sobre Roraima e cartas do antigo governo. Também são encontradas dissertações, teses, monografias, livros antigos doados, quadros pintados à mão, peças esculpidas por indígenas e vídeos de expedições de trabalhos de campo na UFRR. Ao conhecer a realidade do acervo do NUDOCHIS, fica evidente a preocupação em preservar as fontes históricas, independente da entidade em que se encaixam (arquivos, bibliotecas ou museus) e também independentemente da proveniência destes (UFRR ou Governo Estadual de RR). O Núcleo recebeu materiais da UFRR e de órgãos do Estado de Roraima até o ano de 2005. Os antigos e o atual coordenador, responsáveis pelo acervo, são historiadores e professores do curso de História da UFRR que buscam preservar os bens patrimoniais e disponibilizam para diversos pesquisadores interessados no acervo.

das prostitutas a luz da teoria da valorização social de Erving Goffman. A análise permitiu observar a influência de fatores como a expansão urbana, a implementação de políticas públicas e o estigma social sobre os estabelecimentos envolvidos no desenvolvimento dos territórios de prostituição feminina na cidade, além de identificar as relações de poder internas e externas a essas áreas.

A configuração espacial da prostituição está intimamente ligada às dinâmicas sociais e às políticas de urbanização adotadas na cidade. A estrutura social e espacial da época influenciou as práticas e a hierarquia interna da prostituição, começando com a concentração de boates de alvenaria no bairro 13 de Setembro. Esses locais eram frequentados pela elite política e econômica local e protegidos pela relação entre esses clientes e as cafetinas dos estabelecimentos. Por outro lado, outras áreas frequentadas por uma clientela de menor poder aquisitivo, como Caetano Filho e os bares-prostíbulos ao longo da Avenida Ataíde Teive e arredores, sofriam com a estigmatização nos discursos jornalísticos da época, que associavam esses locais à criminalidade e à escória humana. A estigmatização perpetuada pelos jornais contribuiu para a marginalização e exclusão social desses indivíduos, resultando na sua concentração em áreas periféricas e desvalorizadas da cidade.

Compreender a relação entre a prostituição e o processo de rotulação e estigmatização dos indivíduos que não se enquadram nas normas sociais dominantes requer uma análise dos discursos e das representações presentes na sociedade. Dentro desse campo de discussão está o debate em torno da terminologia utilizada para se referir às prostitutas, que envolve perspectivas e visões divergentes. Ao longo da história, foram usados diversos termos com conotações pejorativas para descrever essas mulheres e os locais onde exerciam a prostituição.

No início dos anos 1980, surgiram organizações de prostitutas que buscavam o reconhecimento de seus direitos e houve um debate sobre a terminologia adequada a ser utilizada. Alguns defendiam a adoção de termos mais "sérios" e menos estigmatizantes, como "profissionais do sexo". No entanto, outras pessoas, como Gabriela Leite (2009), discordavam dessa mudança de nome, argumentando que isso seria uma forma de desculpar-se pela atividade e que seria mais importante assumir o próprio nome. Atualmente, alguns defendem o termo "trabalhadoras sexuais" por ser mais abrangente e ter um sentido político, enquanto outros argumentam que a mudança de nome não traz transformações reais e que a sociedade continua marginalizando-as.

É importante ressaltar que este trabalho adota preferencialmente a terminologia "prostituta" por ser um termo mais "tradicional" (RODRIGUES, 2003, p. 11) ou "fingidamente neutro" (OLIVAR, 2013, p. 34-36), mas, sobretudo, porque busca abandonar termos

academicistas distantes das experiências e realidades vivenciadas pelas prostitutas. Busca-se adotar termos que esses indivíduos próprios retomam, assumem e ressignificam.

A segregação espacial da prostituição está relacionada à estigmatização dessas mulheres, confinando-as em espaços urbanos específicos designados como margens da cidade. Esse fenômeno revela uma dinâmica socioespacial complexa, influenciada pelas condições socioeconômicas, pela rápida urbanização e pelos contextos migratórios que caracterizaram a cidade de Boa Vista. Esta pesquisa visa compreender como ocorreu a formação desse território e como a prostituição feminina se estabeleceu como uma atividade significativa na cidade de Boa Vista ao longo das décadas. Para isso, foram explorados diferentes aspectos em três capítulos distintos.

O primeiro capítulo, intitulado "A formação da cidade de Boa Vista e a prática da prostituição", apresenta uma contextualização histórica das representações e imagens construídas sobre o mundo da prostituição. Discute-se também as primeiras políticas urbanas de Boa Vista na década de 1950 e suas consequências para o "Morro", a primeira zona de prostituição da cidade.

O segundo, intitulado "A nova Boa Vista: dinâmica urbana e segregação espaço/territorial da prostituição", aborda as ações estatais na construção das cidades amazônicas, com destaque para a formação de espaços segregados. O texto explora a relação entre a fragmentação do "Morro", o crescimento desordenado da cidade e a hierarquização da prostituição em Boa Vista a partir dos anos 1970.

Por último, o capítulo "As novas zonas de prostituição na cidade de Boa Vista" que examina a organização das zonas de prostituição no final do século XX. São abordados aspectos como a localização física dessas zonas, as normas sociais envolvidas, a marginalização dos espaços, o estigma associado às mulheres prostitutas, o papel das cafetinas, a criminalização da prostituição e a exploração sexual. Além disso, investiga-se como os jornais contribuíram para a formação da percepção social sobre a prostituição.

## **CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO DA CIDADE DE BOA VISTA E A PRÁTICA DA PROSTITUIÇÃO**

A prostituição é uma atividade que marca forte presença nos espaços urbanos, se desenvolve em uma ambiência propícia e que a caracteriza. Esse meio é moldado de maneira geral pela maturação de certos comportamentos divergentes em áreas da cidade que estão mais distantes das pressões sociais, esses locais permitem a construção de um sistema cultural singular que consolidam essas divergências.

Tal compreensão baseia-se nas definições de Espinhosa (1984) sobre o que define como “ecologia da prostituição”. Segundo o autor, a prostituição tem função definida como as demais atividades socioeconômicas. Entretanto, pelo seu caráter divergente a prostituição não pode localizar-se livremente como as demais atividades pois sofre pressões sociais para que haja sobre ela restrições, controle e, conseqüentemente, deslocamento para regiões mais afastadas ou uma segregação dentro dos bairros centrais colocando-os como espaços mal’ditos.

Esse ambiente que a prostituição se especializa está relacionada as mudanças na configuração urbana. Ao ganhar evidência e assumir determinado contorno à medida que passa a ser problematizada dentro dos setores sociais, a prostituição participa de disputas para assegurar seu espaço dentro da dinâmica das cidades (RAGO,1995). Para manter a divergência que o impulso ecológico da prostituição necessita sem atrair para si as repressões, se faz necessário ocupar espaços dentro da cidade que não sejam de interesse imediato desse sistema regulamentador/controlador. São geralmente nessas áreas que surgem as chamadas zonas e junto delas o que Rago (1991) classifica como “micro instituições para sustentar a prostituição”, como pensões, bordeis, motéis, bares, boates.

A organização dessa ecologia da prostituição se caracteriza em cada cidade de maneira singular a partir da formação da sua sociedade. Esses estabelecimentos se multiplicaram na segunda metade do século XX na cidade de Boa Vista/Roraima, um reflexo das mudanças sociais que a cidade sofreu, e passaram a ser um espaço de sociabilidade, frequentados por sujeitos de diferentes classes sociais, fossem figuras importantes da elite local ou garimpeiros que surgiam como formigas do chão, todos ávidos para a diversão nos “porões da cidade<sup>2</sup>”.

O presente trabalho tem como principal foco a cidade de Boa Vista como palco e personagem para a formação do território da prostituição. Neste sentido, procura-se investigar as relações existentes entre esses locais e a própria dinâmica socioespacial da cidade pois a

---

<sup>2</sup> Termo usado por Rago (1991, p. 107) refere-se aos locais onde se espacializavam os prostíbulo do baixo meretrício na cidade de São Paulo. Mas no caso do uso na pesquisa aqui apresentada, esse termo é utilizado como referência aos prostíbulo em geral, sem distinção de alto, baixo ou médio meretrício.

pesquisa entende que a relação das políticas urbanas e as zonas de prostituição são recíprocas, ou seja, as modificações impostas pela reestruturação dos espaços urbanos afetam a constituição das zonas ao mesmo tempo em que as zonas desempenham um papel importante para a forma urbana, a organização espacial e dinâmica das cidades (OLIVEIRA, SOUZA, D'ACAMPORA, 2021).

Neste primeiro momento faremos um debate das representações e imagens construídas sobre o mundo da prostituição ao longo da história para melhor entendimento sobre as questões do controle e segregação imposta aos territórios da prostituição e seus sujeitos no espaço urbano. Posteriormente discutiremos as primeiras políticas urbanas de Boa Vista que alteraram a estrutura da cidade em meados de 1950 e como essas mudanças atingem e caracteriza o “Morro”, primeira zona de prostituição da cidade. Desse modo, visamos entender a dinâmica socioespacial de Boa Vista e relacionar essas mudanças a maneira singular como se apresentam os territórios de prostituição no período estudado, o que será tratado nos capítulos seguintes.

### 1.1 DE DEUSAS A ESCÓRIA: UM BREVE ESBOÇO HISTORIOGRÁFICO SOBRE O IMAGINÁRIO DA PROSTITUIÇÃO

A temática prostituição é tida como algo universal e onipresente na história das civilizações, porém observando esse fenômeno ao longo desse processo percebe-se que existiram várias formas de comercialização de corpos por diferentes discursos, impossibilitando uma análise homogênea desse fenômeno ao longo da história. Nesse sentido, a historiadora Margareth Rago critica a comumente relação da prostituição como “a profissão mais antiga do mundo”. Para ela “considerar a prostituição como ‘a profissão mais antiga do mundo’ é uma postura que mais prejudica do que ajuda, pois favorece a naturalização de um fenômeno que é cultural e histórico e não necessariamente insolúvel” (RAGO, 2008, p. 14).

Fazendo uma breve retrospectiva, é possível perceber como o papel social da prostitua na sociedade ocidental modificou-se em diferentes épocas, mas que quase sempre permanece marcado pelo controle de corpos femininos. Como o presente trabalho se foca apenas na prostituição feminina, faz-se necessário, no percurso da Prostituição, destacarmos algumas linhas históricas desde suas origens, apresentando as diferentes narrativas construídas sobre esse fenômeno até a contemporaneidade.

Sobre a gênese dessa prática, a historiadora Lerner (2019) em seu livro *A criação do patriarcado*, acredita que em Estados arcaicos como Mesopotâmia, ainda antes do primeiro milênio A.C existia uma forma de prostituição organizada, a religiosa. Para Lerner (2019, p.170), a dita “Prostituição sagrada” ou “prostituição de templo” a princípio não se configurou

prostituição pois a atividade exercida por essas mulheres só pode ser considerada como prostituição na medida em que, por alguma faceta, também se aproxime da vida comercial. De acordo com a tradição, as servas mantinham “relações sexuais com o desconhecido no templo para honrar a fertilidade e o poder sexual da deusa”. Para Oliveira (2015, p. 37) essas mulheres eram consideradas dos deuses por isso ocupavam “uma posição melhor do que as outras mulheres dentro da sociedade e eram símbolo de bom agouro”.

Nesse momento, ser a “mulher dos deuses” era um tipo de sabedoria e, portanto, não era diferenciada de maneira negativa de outras mulheres. Lerner (2019) faz essa distinção entre a servidão sexual sagrada e a prostituta comercial apontando que a vida das primeiras era melhor e mais fácil do que as prostitutas comerciais visto que não tinham que se preocupar em fazer ponto nos muros da cidade e com os abusos dos clientes bêbados pois eram vistas como agentes poderosas e prestigiadas. Portanto, a relação com a religião faz com que essas mulheres não fossem estigmatizadas ou colocadas à margem da sociedade, pelo contrário, era um papel honroso.

No entanto, Lerner (2019, p. 171) expõe que, ao longo do tempo a prática religiosa tomou novos sentidos o que não impossibilitou a continuidade da servidão, apenas surge e coexiste a prostituição comercial. Por ter sido habitualmente recompensada com doação, as oferendas levadas pelos adoradores teriam corrompidos algumas servas dos templos que ficaram tentadas a se apropriarem das doações ou parte delas. A autora afirma ainda que os sacerdotes também podem ter “incentivado ou permitido o uso de escravas e servas do baixo escalão como prostitutas comerciais afim de enriquecer o templo”. Ainda segundo a autora, o fortalecimento da prostituição comercial e a organização das gêneses dos bordeis teve relação direta com a escravidão e a consolidação/formação de classes.

Mesmo não havendo um consenso sobre as origens desse fenômeno, o que podemos perceber é que a relação do comércio sexual com a religiosidade e a organização política dos Estados e sociedades esteve presente em todos os momentos que essa prática se apresenta, além da carga simbólica que agregava para a exibição do poder masculino. Segundo Nickie Roberts, no seu livro *As prostitutas na História* (1998), um dos maiores e primeiros cafetões da história foi justamente o Estado, criando as casas de tolerância e assim, controlarem seus ganhos, o que de alguma forma institucionalizou a atividade e marcou o momento do Proxenetismo Estatal.

A lei Romana a princípio não proibia a prostituição porque viam o sexo como um serviço de primeira necessidade. Houve a regulamentação das prostitutas e definiu regras de postura e vestimentas. De modo geral, “a prostituição na antiga Roma não possuía nenhum tipo de

vinculação com a religião. O ato de prostituir-se estava envolto, destarte, às questões de ordem financeira” (ROBERTS, 1998, pág. 36)

Em algumas Cidades-Estados gregas uma espécie de prostituição feminina não era apenas tolerada como também financiada pelo Estado, os seus lucros eram utilizados para as grandes construções das cidades. A exemplo, os bordeis criados por Sólon em Atenas, eram acessíveis a todas as categorias da sociedade e rendiam altíssimos lucros pois as prostitutas tinham que se registrar no Estado e pagar impostos elevados (ROBERTS, 1998). Na Grécia Antiga, a prostituição é reconhecida como um fato evidente que possui uma ordem social estável e hierarquizada, além de ser reconhecida como necessária para o bom desenvolvimento da civilização (SILVA, 2013)

Leandro de Bessa Oliveira (2015, p. 73), em sua dissertação *As imagens e o imaginário da putaria na Antiguidade*, fala que conforme foi ocorrendo a institucionalização dos casamentos nessas sociedades, passando a serem regimentados pelas leis do Estado, surge uma espécie de segregação das prostitutas. Ele afirma que:

O conjunto de leis criado por Sólon regulamenta também o comportamento das prostitutas e de todas as mulheres atenienses, uma vez que diferencia as mulheres em prostitutas e esposas, dando continuidade aos fundamentos patriarcais da sociedade em que estava fundado. (OLIVEIRA, 2015, pág. 73)

O casamento é entendido como “modo de controle social” que pouco a pouco, selecionou as esposas consideradas “boas” que foram tratadas como propriedade masculina, as quais garantiriam a manutenção da prole das mulheres livres, “sobretudo por serem consideradas sexualmente autônomas” (OLIVEIRA, 2015, p.74). Sobre a instituição do casamento e a prostituição, Dolores Juliano (2016) defende que o estigma da prostituição representa um potente elemento de controle para as mulheres que não atuam na prostituição.

Já na Idade Média, a prostituição desenvolveu-se, segundo Rossiaud (1991), motivada pela grande migração de várias regiões para os centros urbanos. Embora o autor cite a existência de uma “prostituição rural”, formada por mulheres que vagavam entre as cidades, Silva (2013) destaca que apenas no espaço urbano que a prostituição toma formas mais complexas e institucionalizadas.

Na Idade Média a prostituição passa a ser vista pela Igreja como um meio de afastar os homens das moças cristãs. Essa percepção é apresentada por Jeffrey Richards (1993) em seu livro *Sexo, Desvio e danação: as minorias na Idade Média* ao relatar que “a prostituição era vista como um meio prático de permitir que os jovens de todas as classes afirmassem sua masculinidade e aliviassem suas necessidades sexuais”, enquanto mantinha “esposas e filhas respeitáveis”, desencorajando também os estupros e a homossexualidade. (RICHARDS, 1993

p.122). Portanto, nesse momento de grande poder da Igreja se fortalece o discurso que enquadra a prostituição como um “mal necessário”.

Deste modo, o Estado foi criando com verbas públicas os bordeis para facilitar o encontro com as prostitutas e a satisfação sexualmente dos homens. Mais uma vez se percebe que a prostituição é permitida quando os corpos femininos agregam sentido ao masculino. Além disso, criar e tolerar esses espaços permitiu um melhor controle estatal sobre esses sujeitos pois as prostitutas estariam controladas nos espaços que as autoridades determinassem. Conforme Richards (1993, pág. 123) “à medida que as cidades cresceram e se expandiram a partir dos séculos XI e XII” a prostituição passou a ser cada vez mais vista como um fenômeno social que precisava de regulamentação por parte do Estado

Nos referenciando nas consistentes pesquisas dos historiadores Jacques Rossiaud (1991) e Jeffrey Richards (1993), adotando como justificavas para o controle dos espaços da prostituição as epidemias e os escândalos perto de igreja, a prostituição medieval evidencia um entendimento paradoxal deste fenômeno social. Ao mesmo tempo em que estes espaços eram vistos como necessários para trazer a ordem da sociedade, protegendo as famílias, os bordeis também eram vistos como locais de desordem porque eram tidos como lugares propensos as doenças e ao pecado.

O plano do Estado passou ser construir bordeis distantes de locais de moradia de familiares e igrejas, dentre outros espaços em que houvesse pessoas consideradas descentes. Criando na área urbana uma segregação espacial visto que a princípio a política objetivava manter as prostitutas fora das muralhas da cidade, confinadas em zonas de “luz vermelha” (RICHARDS, 1993, p. 125) mas que com o crescimento urbano esses espaços acabaram sendo pouco a pouco inseridos nas dinâmicas das cidades que cresciam exponencialmente.

Nesse momento também passam a apresentar uma divisão simbólica através da diferenciação desses sujeitos por meio de um tipo de vestimenta que as identificasse como sendo parte de tal profissão. O processo de construção dessas regiões segregadas da cidade pode ser entendido como o princípio da demarcação dos lugares que seriam destinados a essas regiões. Podendo estar condenada e ao mesmo tempo aceita, a prostituição cumpria diferentes funções socializadoras.

Apesar dessas medidas de regulamentação, Michel Foucault (1994 p. 11) apresenta a existência de uma relativa liberdade sexual até o século XVI, na maneira como “os corpos poderiam ser expostos, nas práticas sexuais e no modo como os discursos se davam em torno do sexo”. Para o autor, é nesse período, com o advento da industrialização, o desenvolvimento

das sociedades burguesas e do capitalismo, que se inicia um discurso repressivo sobre a prostituição visto que surgem novas formas de se pensar e organizar as cidades e as sociedades.

Além disso, por conta das reformas religiosas que ocorrem na Europa, no século XV, surge um novo padrão moral e religioso contrário as práticas medievais da Igreja Católica. Para Silva (2013, p. 7), esse período é importante para a história da Prostituição pois enfrenta seus maiores entraves, com o estabelecimento da “moralidade protestante”, muito mais repressiva que a católica em relação a sexualidade, na qual “as relações extraconjugais e a condição do sexo como forma de obtenção do prazer foram amplamente combatidas”. Agora a prostituição não é mais “um mal necessário”, torna-se para os protestantes apenas um mal que deve ser persistentemente combatido.

Silva (2018, p. 20) a partir de uma leitura foucaultiana, aponta que se dissemina “um sistema de vigilância, de mecanismos corretivos, de força coerciva ao alimentar a confissão, a vergonha, a difamação, o pecado, o medo da punição”. Sexo e corpo são marginalizados no século XIX, fundamentado não apenas na religiosidade, mas também no campo científico. Nesse momento “as medicinas reprimiam a sexualidade, silenciavam-na, disciplinavam-na”. Discursos racionalistas e científicos, proferidos por peritos se disseminam construindo uma nova “verdade sobre o sexo” (SILVA, 2018, p. 21).

A partir desse século a sexualidade transforma-se e passa a encontrar centralidade no casal, na família. Com o progresso e a modernização urbana decorrente do desenvolvimento do capital, há o culto de novos hábitos burgueses e as relações sociais são mediadas pelo equivalente geral, o dinheiro. Assim, a prostituição passa a ser reconhecida na expansão do mercado capitalista, a prostituição é um dos setores que representa a empatia do homem com as mercadorias (RAGO, 1991).

A historiadora referência do estudo da prostituição no Brasil, Margareth Rago (1991, 2011, 2016), em confluência com a maioria dos historiadores que estudam a temática, entende que a imagem da prostituição relacionada a imoralidade e promiscuidade feminina surge na sociedade capitalista, quando há a preocupação com aumento da presença de mulheres circulando nas ruas e ingressando no mercado de trabalho. A partir de então a construção de códigos de condutas para mulheres são definidos para delimitar os espaços ocupados por elas dentro da cidade.

Este contexto instaura o que Marilange Nonnenmacher (2010, p. 97) classifica de “linhas de demarcação sexual”. Considerando que existiam lugares comuns para as mulheres honestas e as perdidas, “foram implantados procedimentos que visavam o distanciamento, não somente

físico, mas moral e comportamental que se traduzia na aparência e na conduta” visto que essas mulheres não poderiam ocupar o mesmo lugar para que não fossem confundidas.

Os entendimentos da prostituição como um desvio comportamental na modernidade, resultaram no que Rago (1991) define como um “fantasma” que percorreu o imaginário social a partir do século XIX. A autora explica a construção dessa narrativa sobre a prostituição em uma entrevista concedida à revista *Humanidades em Diálogo*, em 2015:

No final do século XVIII e início do século XIX, a prostituição se torna um fantasma. Por quê? Porque há uma redefinição dos lugares sociais e dos papéis da mulher e do homem. A ideia de que a mulher nasceu para ficar em casa prevalece. A gente entende melhor o assunto quando estuda a história da medicina. O historiador Thomas Laqueur tem um livro maravilhoso cujo título é mais ou menos “Inventando o sexo, dos gregos a Freud”. Ele diz que, até o final do século XVIII, achava-se que a mulher era um homem “menos”, que ela tinha pênis, que ela tinha os órgãos sexuais iguais aos dos homens, mas para dentro e menores (...). No século XIX, a medicina entra afirmando: – “Olha, aquela medicina está velha, errada. É o oposto, mulher e homem são totalmente diferentes e devem ter papéis sociais completamente diferentes. As mulheres? Olhem para o corpo delas, olhem para o tamanho do quadril, com esse quadril foram feitas para ter filho, as mulheres nasceram para ser mães”. Então toda essa ideologia da domesticidade não vem da Grécia. Ela é do século XIX, exatamente quando as mulheres estão entrando no mercado de trabalho. A industrialização começa com fábricas de tecidos, nas quais trabalham mulheres e crianças. Então, no mesmo movimento em que as mulheres estão sendo incitadas a ter empregos e serviços ou simplesmente serem consumidoras e participarem da vida social, há todo um discurso afirmando que o lugar da mulher é dentro de casa. E, juntamente com esse discurso, surge o “fantasma” da prostituição: – “As que não se enquadram nisso, olha onde elas vão parar...”. (2015, p. 27-28)

Este fantasma perseguiu mais especificamente as mulheres do que os demais personagens que compõem a teia social desses espaços destinados as práticas ilícitas. Fato que pode ser aclarado quando contextualizamos a sua construção a partir do entendimento sobre os papéis sociais dentro do sistema patriarcal, que levam a esses discursos de controle sobre corpos femininos.

Segundo definições de Gerda Lerner (2019, p. 261-265), o patriarcado é uma criação histórica que institucionalizou a dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família. O controle masculino se contempla de maneira ampla desde a individual ao coletivo, do trabalho ao corpo e a sexualidade feminina. Historicamente conferiu às mulheres uma posição social inferior à do homem, colocando-as sempre em estado de submissão. Entretanto, não significa que as mulheres sejam totalmente impotentes ou privadas de direitos, influência e recursos. A estrutura patriarcal esteve presente em diversas culturas desde muito antes da Antiguidade Clássica e toma novas formas a partir do século XIX. A inferiorização feminina dentro dessa estrutura social ajuda a compreender o motivo da construção de uma imagem estigmatizada da prostituição visto que a sexualidade feminina passa a ser uma forma de

controle e que são os homens que, ao longo de século XVIII e XIX, serão responsáveis pelas narrativas produzidas sobre os territórios da prostituição.

Como o controle sobre a narrativa da prostituição esteve por muitos anos em mãos masculinas, é possível perceber que o papel social das mulheres que praticavam o comércio sexual modificou-se em diferentes épocas, mas que quase sempre permaneceu marcado por negativismo e submissão. Isso porque a sexualidade feminina no surgimento das sociedades toma sentido de uma força misteriosa que deve ser controlada por homens.

Tomamos como exemplo o discurso do polêmico médico F. Ferraz Macedo, que em seu livro *Da prostituição em geral, e em particular em relação à cidade do Rio de Janeiro: prophylaxia da syphilis*, publicado no final do século XIX, relaciona a prostituição como fruto da ociosidade, do desejo desmesurado de prazer, do amor ao luxo, miséria financeira, desprezo pela religião, falta de educação moral e do temperamento erótico da mulher. São esses discursos médicos produzidos por homens e do mais alto nível social que, segundo a historiadora Magali Engel (2004), vão moldar o imaginário social com relação as prostitutas. São exatamente essas narrativas de cunho valorativo, construído pelo discurso do masculino, a partir da ótica do outro, que contribui para que as prostitutas fossem vistas como párias sociais. Desse modo, são constantemente tratadas de forma degradante, marginalizada e vista como parte suja das cidades, no qual devem ser mantidas escondidas aos olhos de todos.

Atualmente ao fazermos uma rápida pesquisa da palavra prostituição nos dicionários online como o Priberam, nos deparamos com as seguintes definições:

Atividade, envolvendo homens e mulheres, que consiste em manter relações sexuais com um número indeterminado de indivíduos [de maneira habitual], em troca de pagamento; Vida devassa e marcada pela falta de escrúpulos; libertinagem, licenciosidade; ato de envolver-se na realização de algo vil e imoral; degradação, desonra". "Atividade de quem obtém lucro através da oferta de serviços sexuais. Vida desregrada de devassidão. = LIBERTINAGEM. Conjunto das pessoas que se prostituem. Profanação. Servilismo degradante. ("prostituição", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021).

Esses conceitos estão diretamente relacionados ao modo como a sociedade na atualidade entende o que é prostituição, logo, como enxergam as mulheres que praticam esta atividade. Tal pensamento é resultado desses processos históricos que moldaram tanto o fenômeno em si como a imagem que se tem dele.

Percebe-se que essas definições não estão desassociadas da forma como a prostituição foi vista no seu processo. Ao longo da história, o imaginário social da prostituta foi moldado por uma complexa interação de forças culturais, econômicas e políticas. A identidade da prostituta foi sendo moldada, construída e reconstruída conforme o entendimento social sobre a

sexualidade, até chegarmos a este entendimento contemporâneo, uma estigmatização desse fenômeno e dos seus sujeitos. Tal fato é entendido por Rago e Funari (2008, p.23) como consequência da construção masculina da identidade da prostituta, que “significou silenciá-la e estigmatizá-la e, ao mesmo tempo, defender-se contra o desconhecido – a sexualidade feminina – recoberta por imagens e metáforas assustadoras”.

Mesmo levando em consideração esses fatores até aqui apresentados, não podemos esquecer que essas mulheres são seres humanos e que têm sua própria voz. A partir principalmente da década de 1980, a presença feminina tem adentrado em diversos contextos na busca pelas rédeas desses discursos. Exemplo disso são as manifestações de prostitutas que nos últimos anos buscaram tomar para si o controle sobre suas narrativas, juntas brigam por seus direitos de existirem e afirmar-se no oposto do discurso objetificador.

A antropóloga Adriana Piscitelli (2012) afirma que nessa nova narrativa a prostituição é colocada enquanto escolha, direito de vivência e autonomia de sua sexualidade, o que mostra ser uma ruptura na representação historicamente negativa dessas mulheres. Entretanto, o argumento tem sido um entrave entre prostitutas e o movimento feminista. Embora as prostitutas tenham incorporado as ideias feministas, construindo assim uma nova identidade proposta pelos discursos presentes no movimento, “o feminismo não soube trabalhar a questão da prostituição, procurando muito mais contorná-la do que enfrentá-la diretamente”. (RAGO,2004, p.6). Obviamente essas questões são um reflexo do jogo de poder intrínseco nos discursos de regulação da sexualidade feminina, que “ora permite a expressão da sexualidade da mulher e ora a marginaliza, de acordo com o que é considerado verdade para cada grupo de sujeitos” (SILVA, 2015, p. 16).

Baseado na interpretação foucaultiana, entendemos que o discurso é um objeto de poder e não “simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10). A forma que a prostituição e as prostitutas foram tratadas ao longo desse processo histórico é reflexo desse poderio social que foi moldado para inferiorizar, estigmatizar e colocar em lugares que pudessem ser controlados não só a prática em si, mas a misteriosa e temida sexualidade feminina. Colocando-as no patamar de servidão, de mal necessário, de símbolo da masculinidade, de último patamar da degradação humana.

De acordo com Espinheira (1984, p. 45), o impulso sexual é um dos mais fortes no ser humano, por isso em qualquer sociedade conhecida a sexualidade efetivamente jamais se limitou ao casamento ou se restringiu à organização da família. E nesse cenário, a prostituição como fenômeno que envolve as estruturas sociais, é “constituída pelas condições econômicas

precárias e desprestígio social e mantida pela vigência de normas e valores tidas como ideias”, mas que de fato estão distantes da realidade social. Com isso, a prostituição toma o sentido “funcional em ajudar a preservar algumas normas e valores, e disfuncional por ser a expressão de comportamentos divergentes”. Em confluência com a teoria antropológica de Erving Goffman (2017), a prostituição ocupa uma relação aparentemente paradoxal na sociedade, pois ela existe em função do seu oposto, a conduta legitimada socialmente, representada pelo casamento e a organização da família.

O imaginário coletivo moldado sobre essa prática foi criando também um perfil de mulheres boas, controladas dentro de casa pelos pais e maridos, e as más, as prostitutas, as profanas que foram para as ruas. Segundo Margareth Rago (1991), a ideia de prostituição na modernidade funcionou como uma forma de delimitação no espaço urbano de duas identidades femininas bem definidas e separadas: a mulher de família e a mulher pública, em um contexto em que a mulher de família era incentivada a ter uma presença mais constante no espaço público, desde que sua circulação pela cidade fosse condicionada à realização de atividades relacionadas com a organização do lar e o desempenho da maternidade. É justamente nesse processo de disputa de narrativas que são construídos os vilões a serem combatidos e os espaços ocupados por esses sujeitos na cidade vão se materializando como lugares mal(ditos).

A urbanista Diana Helene Ramos (2017), em sua premiada pesquisa sobre prostituição e espaço urbano em Campinas/SP, aponta que a organização da atividade na cidade é um reflexo da divisão dicotômica das identidades femininas entre “mulheres boas” e “mulheres más”, controladas pelo estigma da prostituta. Em confluência com tal compreensão, a prostituta Monique Prada (2018) em seu livro *Putafeminista*, afirma que o uso dessas dicotomias “mulher direita/prostituta” organiza os espaços da cidade e definem, a partir do lugar que cada uma ocupa, um valor simbólico para cada um. Na construção desses reforços, a sociedade quer a prostituta no lugar que foi socialmente reservado a ela, “o espaço da precariedade, da exclusão, da marginalidade, da clandestinidade, da violência” (PRADA, 2018, p. 35).

A materialização dos discursos estigmatizadores da prostituição se faz no planejamento urbano. Este, segundo Ramos (2017), se encarrega de localizar as “zonas confinadas” em áreas desvalorizadas tanto do ponto de vista simbólico quanto material de modo que, além da condição de confinamento, as prostitutas precisam lidar com outros fatores que agravam sua condição de vida nas cidades. Sobre essa situação, Gabriela Leite, famosa prostituta e ativista brasileira dos anos 1980, que trabalhou em prostíbulos em três estados, na Boca do Lixo em São Paulo, na zona boemia em Belo Horizonte e na Vila Mimosa no Rio de Janeiro, em seu livro biográfico *Filha, mãe, avó e Puta* (2009), afirma que “a prostituição ocupa, em princípio,

áreas desvalorizadas, casas caindo aos pedaços e no geral as questões são as mesmas, em todo o Brasil: saneamento básico, a área tolerada e a relação disso com subornos à polícia” (LEITE, 2009, p. 126).

Ao observamos esse fenômeno espacializado dentro da ambiência urbana, percebemos que os valores e normas sociais pressionam a prostituição, obrigando-a a localizar-se em áreas especiais que resultam do processo de deterioração urbana ou que se situam para além dos centros de influências. Fato este que é observado na cidade de Boa Vista a partir dos anos 1950. Em trabalho anterior (OLIVEIRA, 2020), estudamos a prostituição boa-vistense na década de 1950, verificamos que a modernização da cidade nesse período reformulou o espaço urbano da cidade e atribuiu novos sentidos para a dinâmica socioespacial, fato que ocasionou a retirada da chamada Zona do Morro, a primeira zona de prostituição boa-vistense, do centro da cidade para regiões periféricas que não gozavam de infraestrutura mínima.

Neste trabalho observamos como os discursos de um dos jornais mais importante da época contribuíram para construir o imaginário da sociedade boa-vistense sobre as prostitutas, ao relacionar os sujeitos do Morro a uma sujeira que “afetava a moral pública e ameaçava as mulheres e filhas das famílias de bem” (OLIVEIRA, 2020, p. 54). Com esse discurso o jornal reforça a estigmatização dos lugares e cria assim a ideia do banimento desses sujeitos e os espaços que habitam para regiões afastadas, pois estariam “sujando” a imagem da cidade.

Como observado, a prostituição é um fenômeno social cuja materialização nas áreas periféricas da cidade se faz em primeiro momento no campo simbólico. Ou seja, são as normas sociais que organizam a prostituição nas cidades e, por ser uma atividade divergente, geralmente ocupa os lugares degradantes por conta dos discursos e narrativas construídas sobre as prostitutas, sobre os espaços em que circulam, o que contribui para a manutenção da condição clandestina, marginal e precária da prostituta no espaço urbano.

## 1.2 CONHECENDO O LUGAR: BOA VISTA E A BOEMIA AS MARGENS DO RIO BRANCO

A produção do espaço urbano de Boa Vista toma o seu sentido contemporâneo a partir das transformações econômicas, políticas e sociais vivida ao longo de sua história. E o processo de criação da cidade, guiado pelos seus processos históricos, vai se convergir com a formação do próprio estado de Roraima. Tal percepção se baseia em Santos (1990, p. 122) ao afirmar que o espaço se traduz por meio de um conjunto de formas representativas de relações sociais, econômicas e políticas que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se apresentam por meio de processos e funções.

Os eventos pretéritos atingem a dinâmicas dessas cidades e formam as especificidades de cada uma, impossibilitando assim uma análise generalizadora para as várias Amazônias que se apresentam. Cada fragmento desse lugar vivido ultrapassa o anterior, mas também o conserva de alguma maneira. Desse modo “a produção do espaço urbano na Amazônia se dá a partir de um processo conflituoso, onde as novas relações destroem e reconstróem as antigas relações, pois o novo não exclui o velho” (OLIVEIRA, 1998, p. 39) e nessa dialética constante do construir, desconstruir e reconstruir dessas relações sociais que se fazem as cidades.

No caso da produção do espaço urbano de Boa Vista, Veras (2009), a partir das teorias do geógrafo Milton Santos, aponta que a dinâmica de produção realizada pelo homem ao longo de sua formação socioespacial contribuiu para que ele escrevesse constantemente sua história, que é ao mesmo tempo a história do trabalho produtivo e a história do espaço. Desse modo, as novas atividades no espaço exigiam um lugar nele e determinavam uma nova arrumação para as coisas, uma disposição diferente para os objetos geográficos, uma organização do espaço.

Partindo dessas observações, percebe-se que o espaço urbano de Boa Vista é o testemunho de diversos períodos de um modo de produção do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada ao longo de sua formação socioespacial. Mas também, é a testemunha das ideias materializadas a cada planejamento de espaço, do seu uso pelos seus consumidores. Esse bailar de vida pulsante no espaço boa-vistense produziu constantes sepultamentos de memória a cada reformulação da sua dinâmica espacial, fossem estas intencionais ou não.

São diversas alterações na organização espacial boa-vistense que influenciaram, na mudança dos ritmos, do cotidiano e dos significados da cidade (CONCEIÇÃO, 2012). O seu espaço urbano foi sendo moldado por fortes fluxos migratórios que marcam a ocupação física da cidade. Fato intensificado ora pelo garimpo, ora por políticas governamentais de ocupação do território.

O processo de ocupação do espaço que hoje conhecemos como estado de Roraima e, conseqüentemente da sua capital Boa Vista, assim como as demais regiões da Amazônia, tem na sua gênese as influências dos valores e saberes indígenas e, posteriormente, foram introduzidas as técnicas construtivas de seus colonizadores e/ou exploradores (NASCIMENTO; MELO; ROCHA, 2018). Até meados do século XVIII a região era pouco explorada pelos portugueses, somente a partir das decisões sobre as políticas de ocupação na América entre portugueses e espanhóis a região passa a ser vista como necessária para constituir uma barreira às invasões estrangeiras e consolidar o domínio da coroa portuguesa.

Uma das características que marca grande parte das políticas de ocupação e organização da cidade de Boa Vista é a necessidade de proteção da fronteira setentrional, são ações estatais de caráter político-estratégica movidas pelas gestões do território nacional. Foram com esses objetivos que políticas de incentivo a migrações e de reestruturação da cidade foram historicamente desenvolvidas desde o período colonial até o século XX. Entendimento este baseado em Becker (2009) e Santos (2012) que apontam a compreensão do processo de ocupação da Amazônia, em especial a cidade de Boa Vista/RR, pela forma que o Estado o conduziu através de suas políticas públicas para a povoação e desenvolvimento, um projeto oriundo do poder do conquistador europeu e também das relações sociais, pois pessoas aqui são entendidas como construtores dos espaços mesmo na condição de excluídos.

No caso das cidades amazônicas, as políticas de urbanização ocorreram de formas e em períodos desiguais, algumas nem se quer foram atingidas diretamente, o que acarretou na característica comum a todos os estados amazônicos, a concentração de boa parte da população nas capitais ou em poucas cidades maiores. (OLIVEIRA, 1998). Situação esta apresentada na capital roraimense, que teve sua ascensão a categoria de cidade somente em 1926. Enquanto as capitais amazônicas como Manaus, Porto Velho e Belém, já viviam uma fase de desenvolvimento econômico intensa e de modernização urbana causada pelo ciclo da borracha, Boa Vista permanecia com estrutura rústica, similar à de uma vila, mas esta foi durante todo esse período o único lugar na região do Rio Branco considerado urbano (SILVA,2012).

Até a elevação da região a Território Federal do Rio Branco em 1943, Veras (2009) relata que Boa Vista não possuía autonomia político-administrativa, era extremamente carente de investimentos, privados ou estatais, fato decorrente de uma ocupação eminentemente rural. Para Oliveira (2020) essa realidade dificultou a promoção de mudanças significativas no espaço urbano que influenciassem a existência de uma vida noturna e boemia boa-vistense, tal qual ocorreu em outras capitais amazônicas que vivenciaram o período áureo da extração da borracha ainda no século XIX.

Diferentemente das demais regiões amazônicas, a economia do então Território Federal do Rio Branco se estruturou em 3 tipo de exploração: a agropecuária, a extração de ouro e diamantes e a coleta de produtos nativos. Entretanto, Dias (2018) afirma que extrativismo vegetal existente em Roraima foi considerado em geral rudimentar, contribuindo com 8% da arrecadação do Território em 1941, enquanto a produção extrativa mineral de ouro e diamante do mesmo ano contribuiu com cerca de 59,6% e em 1946 chegou a ser responsável por 75% de toda produção do território.

Enquanto as outras regiões da Amazônia foram transformadas pela exploração dos recursos naturais vegetais e tiveram fortes influências da chamada Belle Époque amazônica, contexto de transformações urbanísticas, arquitetônicas com eletricidade, sistema de água encanada e esgotos, museus e cinemas que resultou na dinâmica socioespacial dessas cidades estruturadas ainda nos anos iniciais do século XX, no qual influenciou e interferiu/moldou uma vida noturna mais agitada e glamorosa tornando capitais brasileiras desenvolvidas. Em contrapartida, Boa Vista apresenta sua mais antiga região de prostíbulos, o chamado “Morro”, somente por volta da década de 1940. Segundo Oliveira (2020) esta zona surge caracterizada em bares/prostíbulos rudimentares feito a madeira, refletindo assim a própria infraestrutura da cidade na época, ainda rural e interiorana.

A capital roraimense foi sendo moldada por outros fenômenos econômicos que influenciaram a organização urbana tardia da sua capital, dentre eles destacamos a garimpagem. Para Rodrigues (1996) a região presenciou atividades auríferas em 3 momentos diferentes que acarretaram mudanças sociais, políticas e econômicas em Roraima. A autora os classifica em: primeiro período o intervalo de tempo considerado da descoberta das primeiras minas que vai de 1912 até 1965. O segundo período se estende de 1966 ao ano de 1979. O terceiro período é considerado a era dourado de Roraima, teve início na década de 1980.

A estrutura social e a economia boa-vistense foram diretamente atingidas, pois os garimpeiros, quando necessitavam trocar ou vender o ouro e diamante, além de comprar suprimentos para a garimpagem, deslocavam-se para Boa Vista”, chegavam à cidade dispostos a comemorarem seus ganhos e tinham o desperdício como regra da diversão. (OLIVEIRA, 2007, p.22). Nesse sentido, a atividade do garimpo, principalmente a partir da década de 1940, segundo é aspecto importante para analisar o processo de formação do espaço urbano de Boa Vista e conseqüentemente, da dinâmica das áreas destinados aos prazeres sexuais da cidade.

Ainda na década de 1940, Boa Vista tinha a população absoluta de 10.509 (SILVA, 2012, p. 159), sendo que cerca de 13% desse número, um total de 1398 pessoas, viviam na área urbana de Boa Vista. O geógrafo Rafael Oliveira (2008, p. 95) apresenta uma cidade essencialmente ribeirinha, pois as práticas interativas e o próprio modo de vida estavam intimamente ligados ao rio. O seu dinamismo e comércio eram dependentes do transporte fluvial, pois quase tudo que era consumido na cidade vinha de Manaus. A ruptura com as relações ribeirinhas surge somente a partir da implantação do projeto urbanístico, entre 1944 e 1950, ao lado do núcleo embrionário da cidade, no que o autor chama de “momento de racionalização do espaço” quando ocorre uma grande alteração em sua organização espacial, intervindo substancialmente nas relações dos cidadãos com a cidade em si e pelo grande crescimento populacional, O traçado

urbano se expande para além das margens do rio Branco, ou como sugere Oliveira, “de costas para o rio”.

Corroborando com tal percepção, Souza e Silva (2021, p. 164) afirmam que “na formação do espaço urbano de Boa Vista, a criação do Território Federal do Rio Branco, em 1943, transformou a dinâmica socioespacial da região”. Para os autores, de cidade “acanhada, distante e pouco povoada”, o projeto de modernização que se segue visou torná-la uma cidade amazônica modelo, alcançada pelas políticas de integração nacional.

Referenciando-nos na consistente pesquisa de Veras (2009), observamos que a nova cidade planejada pelo engenheiro Darcy Derenusson – traçada segundo um radial concêntrico, formado por uma grande praça, a do Centro Cívico, que concentraria os poderes instituídos e que se abre em um “leque” formado por grandes avenidas – como pode ser observado adiante no Mapa 1 – foi projetada para ser construída a partir das bordas da cidade já existente a beira do Rio Branco, que é mantida e passa por obras de infraestrutura. De forma peculiar, não se registra em Boa Vista o que aconteceu em outras cidades que passaram por processos de modernização, no qual a “bota abaixo” dá lugar a uma nova urbe.

A forma como este processo se dá demonstra que relações igualmente peculiares se estabelecem entre os poderes locais e os novos agentes políticos que se incorporam à sociedade local, visto que os governadores que eram nomeados pelo governo federal e prefeitos nomeados pelos governadores geralmente eram de outros estados. Santos (2015, pág. 73) em sua tese explica esta relação da seguinte forma:

O Governo do Território e a elite local se manteve uma relação de reciprocidade. De um lado, as forças políticas locais se aproveitando da plataforma de um governo solidamente estabelecido para permanecer no poder, e de outro, o governo nomeado para o Território cooptando as forças políticas locais para ganhar aceitação, podendo esse representante se tornar um líder político local e até mesmo se projetar nacionalmente na carreira política. No que diz respeito à necessidade dos governadores recém-chegados ao Território de cooptar as lideranças políticas locais para compor uma nova configuração de poder<sup>148</sup>, isso se dava através da distribuição de cargos públicos, de apoio estatal a determinadas atividades privadas, ou mesmo auxiliando jovens estudantes que buscavam formação em outras unidades da federação.

O governo nacional presente na região e a elite local mantiveram uma relação de interferência mútua, remodelando as relações políticas e sociais e os espaços que a representavam. A corporificação do poder desses grupos se materializa na cidade pois esta tem seu visual pensado por esses que Certeau (1996) chama de “pensadores da cidade”, responsáveis por reproduzir algumas ideologias dos grupos dominantes no qual eles estão inseridos. Em Boa Vista, esses que disputam o poder local expressa alianças entre grupos e

formas de regulação territorial para que estabelecessem o máximo de controle sobre a dinâmica socioespacial da cidade.

O plano urbanístico representava na sua teoria a cidade na lógica urbanística determinada pelos planos nacionais para o Território. Na prática, controlado pela elite local, o projeto tornou-se um momento propício para estabelecer o controle das áreas centrais criando um acesso seletivo e desigual das pessoas (SALES, H. J. et al, 2022). Além disso, de acordo com Oliveira (2020), são essas modificações na infraestrutura urbana que causaram o processo de marginalização e fragmentação do “Morro”, pois uma zona de prostituição bem no centro da cidade, tão próxima do centro do poder instituído (a praça do Centro Cívico) era vista como espaço “indigno” em todos os sentidos, perigoso e inadequado a esta nova cidade.

É importante salientar que as normas impostas pelos pensadores da cidade não são as únicas existente no espaço urbano, ou seja, as políticas estatais instituídas não limitam a utilização dos espaços e não formam por si só uma cidade. Segundo Corrêa (1989, p. 11-12), o espaço urbano é um produto social resultado de ações acumuladas através do tempo por agentes que produzem e consomem espaços, determinando como agentes os proprietários de meio de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos, o que não significa deixar de reconhecer a sua condição de excluídos.

Portanto, o processo de modernização e a implantação do Plano Urbanístico ao longo das décadas de 1950-60, promoveu uma valorização econômica dos espaços que antes constituíam as bordas da cidade. Nesse momento, o espaço ocupado pelas prostitutas torna-se inconveniente e indesejável, posto que confina com o espaço destinado ao poder, aos bem-nascidos e bem-posicionados socialmente, à trânsitos e permanências qualificadas e não aos grupos marginais com condutas divergentes como os sujeitos do Morro.

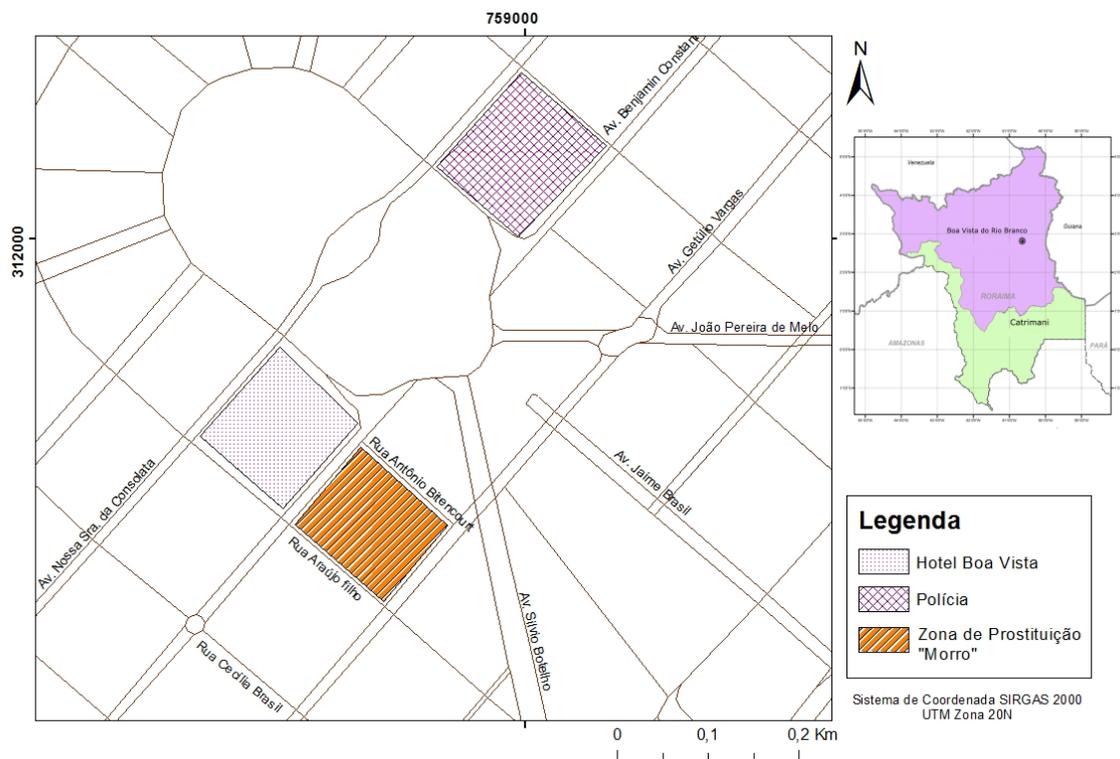
Para compreendermos a prostituição na cidade de Boa Vista na década de 1980 faz-se necessário a contextualização do Morro, a primeira zona de prostituição na cidade, visto que é da fragmentação dessa área que vão se ramificar as regiões que são efetivamente trabalhadas nesta pesquisa. Além também que ao entendermos a prostituição como intrínseca ao processo de formação da cidade, falamos das dessas mudanças urbanas e obrigatoriamente também das várias zonas que a cidade de Boa Vista vai apresentando.

### 1.3 O MORRO: A ESPACIALIZAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO EM BOA VISTA

A região localizada no perímetro entre as ruas Antônio Bittencourt, Getúlio Vargas, Araújo Filho e Benjamin Constant, no atual Centro da cidade (Mapa 01) é considerado na

historiografia roraimense a primeira região destinada a prostituição na cidade de Boa Vista. Popularmente chamada de Morro, tem seu surgimento datado ainda na década de 1940. Oliveira (2020), em seu trabalho pioneiro sobre o “Morro” e sua espacialização na cidade de Boa Vista, faz essa datação baseada em relatos de um garimpeiro chamado José Maria, citado no livro do memorialista de Laucides de Oliveira (2009). Segundo a autora o homem contava histórias do garimpo de Tepequém, e relembrou que, em 1945, havia chegado o primeiro grupo de prostitutas no local sob a responsabilidade de uma mulher chamada Terezinha, que já era dona de um bar na área do “Morro”, com isso, se infere que o cabaré localizado naquele garimpo tenha sido possivelmente formado por mulheres vindas do Morro.

**Mapa 1: Área do baixo meretrício, Zona do Morro, Boa Vista/RR, 1953**



Organização: Édla Sonaira Salazar de Oliveira e Gabriela Blank Chaves, 2020.  
 Fonte: Oliveira (2009); Pimentel (2010); Jornal *O Átomo*.

As zonas de prostituição refletem a realidade física e social da cidade. A economia de Boa Vista foi pautada por um bom tempo na extração mineral o que acabou afetando a dinâmica socioespacial da cidade e criou uma relação íntima com a vida garimpeira. Esse ambiente diferenciado influenciou diretamente a vida noturna da cidade pois a cachaça, o cabaré e a prostituta são a vida do garimpeiro. Desse modo, a zona de prostituição reflete essa realidade física e social da cidade.

O garimpo influenciou no processo de formação de espaços para a prostituição na cidade tanto na década de 1940 quanto no final do século XX. Além do aumento de fluxo de pessoas que tal atividade proporcionou, causando agitação na vida noturna boa-vistense, e em alguns momentos, a atividade aurífera tenha sido o motivo causador da intensa mobilidade de prostitutas da capital para regiões do garimpo. Fato que atribui características singulares para a prostituição boa-vistense.

A relação com o garimpo também influencia na dinâmica dentro dos prostíbulos. Segundo Oliveira (2020, p.49) esses lugares no Morro apresentava a frequência de muitos homens e poucas mulheres e da forte presença dos garimpeiros que “chegavam à cidade dispostos a comemorarem seus ganhos e tinham o desperdício como regra da diversão”.

Sobre o tipo de prostituição apresentada no Morro, se caracteriza como fechada, quando a meretriz mora no mesmo local que trabalha e possui uma relação mais fixa com o local e com o proprietário, podendo algumas vezes ser dependente da cafetina com relação a dívidas. No caso de Boa Vista, não se tem relatos da prostituição de rua no século XX, isso pode ser entendido pois Boa Vista cresceu e se organizou diferente das demais cidades brasileiras. Nas outras regiões do país observam-se a variedades na organização de zonas e bordéis, uma hierarquização ainda no início do século XX com diversos tipos de locais voltados para a prática que iam desde o mais popular até a efervescência dos glamorosos bordéis de luxo influenciado pela Europa.

O Mapa 1 mostra a cidade atual e localiza o “Morro”, atentando para o fato que a Avenida Getúlio Vargas marcava o limite do que chamamos acima de cidade já existente. A zona de meretrício existia na margem da cidade, caracterizada como do tipo fechada em bares/prostíbulos rudimentares (OLIVEIRA, 2020). Fica evidente no mapa que sua localização, tão próxima, inclusive, do projetado centro do poder instituído (a praça do Centro Cívico), a torna inconveniente e inadequada no contexto de implantação do projeto de reforma urbana da cidade.

Com o crescimento da cidade, o território ocupado pelas prostitutas começa a ser integrado à urbe e passa a se localizar justamente em pontos importantes da cidade. O “Morro” começa a incomodar, pois a exposição de corpos femininos e de comportamentos ditos inapropriados passam a “representar uma barreira para a construção do mundo urbano ideal, afinal, a tal exposição contrariava o que se esperava da imagem do meio urbano, de um espaço útil e higiênico” (AGUIAR, 2016, p.38). A partir disso, o “Morro” começa a ser visto de fato como um problema.

Nesse sentido, o território da prostituição em Boa Vista estaria presente naquela área da cidade enquanto não fugisse ao controle das autoridades e não representasse “entraves ao crescimento urbano que encampava as bordas da cidade onde se toleravam esses espaços heteróclitos” (BENATTI, 2014, p. 8). Mas a partir do momento que Boa Vista começa a se expandir, segundo a lógica da urbanização modernizante do Plano Urbanístico de 1946, inicia-se um processo de reorganização que passa a valorizar os espaços para além da área historicamente ocupada, próximo ao local onde foi construída a praça do Centro Cívico (OLIVEIRA, 2020).

A inadequação daquele espaço em relação ao novo projeto é evidente, pois os planos para a modernização de Boa Vista atendiam ao desejo de tornar a nova capital territorial uma cidade capaz de sediar as suas funções como principal centro irradiador das políticas e ações voltadas para implantação efetiva do Território Federal. Veras (2009, p. 87-89) referenciando-se no diagnóstico acerca da cidade apresentado no relatório de Araújo Cavalcanti, datado de 1945, menciona que este classifica as condições encontradas no “único aglomerado urbano na região que tinha condições de ser a sede do novo território” como “tenebrosas”.

As mudanças operadas na cidade, portanto, vinham no sentido de conferir “dignidade” à capital. A partir dessas modificações na infraestrutura urbana, reforça-se o discurso relacionando a região do “Morro” e seus sujeitos, relacionado à criminalidade, à violência e ao empobrecimento moral da família, como um espaço “indigno” em todos os sentidos, perigoso e inadequado a esta nova cidade. Nesta seara, aliado ao discurso de cunho moral, acreditamos que atuam aqui os princípios que nortearam políticas e ações planejadas do Estado, no final da década de 1940 e 1950, relacionados a visão racionalizada e “científica” da gestão do espaço (BECKER, 2009, P. 25) e ao desenvolvimentismo e a perspectiva de modernização da fronteira.

Segundo Júnior (2014), o discurso higienista, observado na Belle Époque manauara, é utilizado para construir uma imagem marginalizada dos sujeitos da zona de meretrício e reforça a ideia de algo ruim para a sociedade, moral e socialmente. Oliveira (2020) aponta que o espaço do “Morro” e as meretrizes passam a ser constantemente associadas, no discurso da elite e no imaginário da sociedade local, ao esgoto, a sujeira e representação da degeneração da mulher, a comportamentos negativos que influenciassem a juventude, principalmente, as moças de família.

Neste sentido, a região do baixo meretrício na década de 1950 figurou com certa contumácia nas páginas do periódico “O Átomo”, no qual os discursos criados para informar sobre o “Morro” relacionavam sempre aquele endereço com a ocorrência de crimes. Segundo Oliveira (2020), era nas redondezas da rua Antônio Bitencourt que, segundo o jornal, ocorriam

cenas de assassinatos, roubos, de desordem pública e onde as “infelizes criaturas de vida horizontal”<sup>3</sup> afrontavam os valores da família boa-vistense.

A partir de 1953, principalmente coma construção do Hotel Boa Vista, o local símbolo do modernismo da cidade, o Morro passou a protagonizar as páginas do jornal com pedidos de desapropriação do local. “Afetar a moral pública” era a principal acusação que recaía sobre o “Morro” e solicitava o deslocamento da área com a justificativa de preservar os “bons costumes. As constantes reclamações feitas às autoridades e que estampavam as páginas do Jornal O Átomo, exigiam a desapropriação da área para um lugar mais escondido, pois ficava muito visível tanto para quem chegava à cidade como também para as moças as “mulheres de família”.

Para Canclini (2002, p.50), a imprensa contribui para a reprodução da ordem social, “seus discursos têm uma função de mimese, de cumplicidade com as estruturas socioeconômicas e com os lugares comuns da cultura política”. Os jornais produzem a imagem de uma cidade como um espaço muito mais homogêneo do que sua realidade, ocultando a pluralidade social e as disputas de poder que ocorrem nos territórios urbanos. A ideia da cidade construída pelo discurso jornalístico não pode ser desassociada dos interesses de determinados grupos.

Partindo da emergência de uma sociedade em transformação que Boa Vista vivenciava, a imprensa local é tomada aqui como um instrumento crucial para disseminação e construção de signos. Entendemos a imprensa nesse contexto como um elemento que não só influencia a opinião pública, como será responsável por moldá-la a partir da perspectiva de uma “moralidade” para a sociedade em que se insere (OLIVEIRA, 2019). O historiador Iarê Lucas Andrade (2000), no seu trabalho sobre o discurso jornalístico acerca da prostituição na cidade do Crato -1940/1960, conclui que à medida que é posto na cena pública um projeto que tem como finalidade normatizar distintos aspectos da vida privada e pública, o jornal se constituirá em um “lugar de poder”.

O poder do jornal na construção desses discursos é consolidado pelos privilégios de poucos a terem acesso na produção deles. Segundo Foucault (1996) os procedimentos a que estão submetidos os discursos, seriam a exclusão e a interdição. Esses dois procedimentos auxiliam na compreensão da própria disposição dos discursos em torno da prostituição nas páginas do Jornal O Átomo, uma vez que apenas um pequeno e seletivo grupo dispõe de espaço para dissertar sobre os problemas urbanos. Logo, não somente se exclui outros grupos, como se delimita até o que se torna objeto do discurso, uma vez que “sabe-se bem que não se pode

---

<sup>3</sup> Termo utilizado pelo jornal “o Átomo” para referir-se as prostitutas da zona do Morro.

falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1996, p.9).

A região de meretrício era atacada por esses discursos por conta das condutas que rompiam com os códigos morais aceitáveis pelo grupo dominante da cidade. Para Benatti (1996) não era a prostituição em si que afetava os “bons costumes”, era a prostituta do baixo meretrício e a falta de controle do Estado para manter a ordem sobre elas. Como estavam mais explícitas e não tinham discrição, ficavam a vistas de todos, inclusive das mulheres e filhas dos “homens de bem” que frequentavam os bordeis. A elas a notícia atribui adjetivos potentes: “criaturas de vida horizontal”, “mulheres públicas”, “incorrigíveis”, “reincidentes”, de “cabeças agitadas” pelo álcool.

Entretanto, a dualidade entre espaços de prostituição para ricos e pobres também não se apresenta na cidade de Boa Vista em meados do século XX, ou seja, nas atividades de comércio sexual presente na chamada “zona do Morro”, não se faziam distinções de classe social dos clientes. O que implica entender que grupos sociais mais privilegiados, dos mesmos que criticavam a presença do Morro, também buscavam a zona de prostituição. O relato de Oliveira (2009), um rapaz recém-chegado do Rio de Janeiro, filho de um proeminente comerciante de diamantes, indica que além da “ralé” a frequência era ampla.

Por outro lado, observa-se que todo movimento noturno no “Morro”, incomodava os agentes sociais dominantes da cidade de Boa Vista, liderados por fazendeiros, membros da Igreja, alguns funcionários públicos e comerciantes (SANTOS, 2012, p. 112), que reproduziam a imagem moral burguesa, apontando a região frequentada por trabalhadores braçais, garimpeiros e prostitutas como aquelas que mereciam maior atenção da polícia, da saúde pública e dos demais poderes encarregados de manter a ordem e zelar pelos bons costumes na cidade. Entendemos que há a preocupação com esses sujeitos, mas não ao ponto de reprovar a frequência dos homens de bem açodados pelos “naturais” desejos da carne – a antiga ideia da prostituição como mal necessário –, mas principalmente em controlar e ocultar essas áreas, que eram permitidas somente quando sob controle e invisibilizadas.

Desse modo, em consonância com as definições de Freitas (1985) podemos concluir que o “Morro” não apresenta estratificação interna. Possivelmente somente a partir da década de 1980, a cidade passa a apresentar uma hierarquização com as famosas boates do 13 de setembro que apresentavam uma melhor estrutura. Portanto, condicionou-se classificar a região do Morro como baixo meretrício possivelmente por não haver outros locais com os mesmos requintes do bordeis de outras capitais, isso porque a estrutura urbana da cidade não propiciava qualquer ambiente similar e por também não ter sofrido com as influências que as outras cidades

amazônicas vivenciaram ao longo da sua história. Além disso, colocar o lugar no mais baixo patamar socialmente possível, ajudaria no reforço da relação desse lugar a degradação humana.

No entanto, quando se trata do meretrício, como o “Morro”, argumentamos que esta atividade sofre mais perseguições que os outros níveis de prostituição por questões de ordem econômica (SILVA, 2011, p.33), pois sua marginalização é ocasionada não somente pela imagem da prostituta, mas também por ser lugar de diversão principalmente de garimpeiros, homens pobres, sem relevância social. Este tipo de prostituição frequentemente é posto na periferia da urbe, em regiões que possuem um certo estado de deterioração, pouca infraestrutura, o que proporciona uma localização “adequada” para a prática do meretrício e do seu público, escondida e sem grande resistência.

A partir do final da década de 1940, com a reorganização urbana da cidade, a localização da zona dos prostíbulos de Boa Vista, torna-se local de disputas simbólicas de poder entre os agentes dominantes que materializavam o poder central na cidade e da elite local, impregnados por ideologias higienistas e moralistas, e os protagonistas da “vida noturna”, prostitutas, donos de bares e cafetinas. As políticas estatais implementadas na cidade a partir desse momento, fortalecidas pelo forte nacionalismo modernizante e, também, por uma moral rígida, criaram um impasse entre as prostitutas e as instituições que defendiam os valores impostos por essa elite, exigindo assim a retirada do “Morro” das áreas centrais da cidade.

Por outro lado, o processo de modernização e a implantação do Plano Urbanístico ao longo das décadas de 1950-60, promoveu uma valorização econômica dos espaços que antes constituíam as bordas da cidade. O quadrilátero do Morro, mostrado no Mapa 1, torna-se inconveniente e indesejável, posto que confina com o espaço destinado ao poder, aos bem-nascidos e bem-posicionados socialmente, à trânsitos e permanências qualificadas e não marginais.

Observa-se que com o *boom* populacional ocasionado pelo garimpo na década de 1980, houve um crescimento desordenado da cidade que reconfigurou o traçado urbano planejado, e que pode ter ocasionado uma nova transferência da zona do baixo meretrício para áreas nos atuais bairros Calungá e 13 de Setembro. Levando em consideração as características singulares dessa prática em Boa Vista, observa-se que, mesmo condenada moralmente, esteve intimamente ligada ao desenvolvimento da própria cidade. A região destinada aos prazeres sexuais foi escondida nas áreas mais distantes do centro urbano, mas não impediu que estivesse integrada a organização da atual dinâmica socioespacial da cidade.

O jornal “O Átomo” agiu como um porta-voz dos discursos que moldaram o imaginário social boa-vistense sobre as prostitutas do Morro. Fato que auxiliou na manutenção do poder

do grupo dominante quando o Estado por meio das políticas de urbanização da cidade de Boa Vista atuou como um defensor dos privilégios dos agentes sociais dominantes, fato este que refletiu na marginalização da primeira zona de prostituição da cidade. A permanência da prostituição sob esse estigma mostra mais o interesse externo em controlar seus sujeitos do que sobre a prática em si.

## **CAPÍTULO 2 – A NOVA BOA VISTA: DINÂMICA URBANA E SEGREGAÇÃO ESPAÇO/TERRITORIAL DA PROSTITUIÇÃO**

Sejam grandes ou pequenas, todas as cidades amazônicas são lugares de “reprodução das relações sociais e constituem bases para realização ampliada da intervenção direta do Estado na produção do espaço e na ligação de pontos que possibilitam a expansão de novas formas de relações de produção na região” (OLIVEIRA, 1998, p.29). No decorrer do processo histórico que formam essas cidades, a atuação estatal que se faz presente na região espacializou o desenvolvimento do capital em ruas e prédios que surgiram por entre as floretas e rios. Entretanto, Oliveira (1998) aponta que esse processo não ocorreu sem contendas, pois, esses espaços possuem múltiplos agentes portadores de diferentes práticas socioespaciais, o que transformou as cidades amazônicas em palco e reflexo de lutas sociais.

Os eventos pretéritos atingem a dinâmicas dessas cidades e formam as especificidades de cada uma, impossibilitando assim uma análise generalizadora para as várias amazônias que se apresentam. Cada fragmento desse lugar vivido ultrapassa o anterior, mas também a conserva de alguma maneira. Desse modo “a produção do espaço urbano na Amazônia se dá a partir de um processo conflituoso, onde as novas relações destroem e reconstróem as antigas relações, pois o novo não exclui o velho” (OLIVEIRA, 1998, p. 39) e nessa dialética constante do construir, desconstruir e reconstruir dessas relações sociais que se fazem as cidades.

No caso das cidades amazônicas, as políticas de urbanização ocorreram de formas e em períodos desiguais, algumas nem se quer foram atingidas diretamente, o que acarretou na característica comum a todos os estados amazônicos, a concentração de boa parte da população nas capitais ou em poucas cidades maiores. (OLIVEIRA, 1998). O processo de ocupação da Amazônia, em especial a cidade de Boa Vista/RR, pode ser compreendido pela forma que o Estado o conduziu através de suas políticas públicas para a povoação e desenvolvimento, um projeto oriundo do poder do conquistador europeu. (BECKER, 2009; SANTOS, 2012) também das relações sociais, pois pessoas são entendidas aqui como construtores dos espaços mesmo na condição de excluídos.

Inicialmente contextualizaremos as ações na construção das cidades, as ações estatais na Amazônia a partir das políticas de modernização urbana nas concepções das sociedades industriais e de inserção na escala global. Sem deixar de considerar as especificidades das cidades amazônicas, das desigualdades no processo de urbanização, apontando que as cidades criadas na Amazônia no final do século XX foram produzidas através da forte atuação do Estado e grupos locais para a expansão do capital na Amazônia, o que acarretou na formação de espaços segregados nessas cidades. E por fim, apontar as possíveis relações dessas políticas na

fragmentação da primeira zona de meretrício da cidade de Boa Vista/RR, o Morro, e o crescimento desordenado da cidade com o processo de hierarquização da prostituição Boa Vistense a partir da década de 1970.

## 2.1 AS CIDADES NA “FLORESTA”

No processo histórico da Amazônia brasileira observa-se a instalação de diversos grandes projetos estatais que objetivavam o seu desenvolvimento. Para o Estado português e, posteriormente com a Independência, para o Estado brasileiro, as grandes dimensões territoriais da região, sua diversificada biodiversidade e a sua multiplicidade de universo, cultura e existências foram sempre um grande problema a ser encarado.

As iniciativas de políticas estatais aplicadas na região foram inicialmente, dada sua importância geopolítica e os fatores econômicos externos, para assegurar as questões fronteiriças, voltadas para integração nacional e de ocupação dos seus espaços. Já durante toda a segunda metade do século XX, inserem-se a isso as políticas desenvolvimentistas do Estado que visavam crescimento econômico (SANTOS, 2012). Como pano de fundo dessas ações, Oliveira e Carleial (2013) apontam que sempre estiveram presentes:

o interesse da reprodução do capital e a apropriação dos bens regionais pela iniciativa privada, descartando os interesses e necessidades dos atores locais e a capacidade endógena de um desenvolvimento comprometido com o equilíbrio socioambiental, onde se possa ter equidade com as questões territoriais econômicas, sociais e ambientais. (2013, p. 2)

No caso de Boa Vista, Veras defende que a elaboração e implantação do Plano Urbanístico da cidade no período de 1944 a 1950 é um dos exemplos materiais das “políticas de desenvolvimento urbano voltadas para o controle político, econômico e estratégico da fronteira setentrional” (VERAS, 2009, p. 95).

Oliveira (1998, p. 34-35) entende a Amazônia como uma formação econômica-social produzida a partir da dinâmica do capitalismo e, portanto, sujeitas a idas e vindas do sistema. Para o autor, os processos de intervenção que visavam a expansão de fronteiras e da implementação dos grandes projetos de modernização dessas cidades dinamizaram as mudanças sociais e colocaram como tendências:

a produção de um espaço controlado e homogêneo que, no entanto, não se concretiza em sua inteireza, à medida que o novo espaço não se produz exclusivamente. Ele reproduz as diferenças e as resistências que não restauram as relações sociais anteriores, mas as recriam em outras dimensões (...) O novo completamente novo não existe e são nas brechas surgidas no processo contraditório de produção do espaço que a população do lugares os migrantes criam as condições de resistência, visando alcançar não apenas as transformações que se processam no e

do espaço como também interferir de maneira que o direito à diferença e não as desigualdades lhes seja garantido. (1998, p. 39).

Desse modo, o autor defende que as cidades da Amazônia que vivenciam as políticas de urbanização ou são criadas na segunda metade do século XX, foram produzidas em tempos e espaços diferentes dos até então vividos pela população local, com essas modificações passaram a vivenciar novos valores e novas funções na dinâmica socioespacial. Ressignificando os usos desses espaços, assimilando esse novo modo de vida das sociedades industriais, mas não deixando de carregar seus valores regionais pois “todos esses aspectos mediados pelos usos e costumes, determinam a forma de produção das cidades, que se constituem como *locus* privilegiado na articulação entre o lugar, o nacional e o global e portanto local de resistência.” (OLIVEIRA, 1998, p. 40).

Corroborando com essa perspectiva, Mignolo (2020) ao fazer uma crítica a modernidade partir de alguns autores da América Latina, como Dussel e Quijano, aponta que poder do capitalismo expresso na sua expansão não elimina todas as diferenças que resistem nas práticas e saberes dos povos locais. Nesse contexto, o modo como foi produzido o espaço nas cidades amazônicas dependem das condições concretas dos meios de produção e da forma de manifestação da vida que determina de certa forma sua natureza, sendo essa produção um requisito da própria existência humana. Portanto, ao estudarmos sobre as cidades amazônicas, devemos analisar também pela perspectiva das pessoas como construtores dos espaços mesmo na condição de excluídos. Dito isto, podemos então entender as cidades como decorrências de um conglomerado de vivências ao longo de sua formação. Todas essas transformações estão interligadas e precisamos observar como uma estrutura afeta outros setores.

As normas impostas pelos pensadores da cidade não são as únicas existente no espaço urbano, ou seja, as políticas estatais instituídas não limitam a utilização dos espaços e não formam por si só uma cidade. Portanto, o extrato populacional de menor poder aquisitivo, como os sujeitos do Morro, deve ser considerado como indivíduos construtores do espaço da cidade de Boa Vista, o que não significa deixar de reconhecer a sua condição de excluídos. Nesse sentido, a cidade tem como papel simultâneo de palco e personagem no espetáculo das disputas simbólicas de poder materializados no controle de espaços da cidade.

Na formação do espaço urbano de Boa Vista, a criação do Território Federal do Rio Branco em 1943 transformou a dinâmica socioespacial da região pois com ele ocorreu um novo reordenamento espacial, dando importância as áreas próximas da atual praça do Centro Cívico, inserindo na lógica do projeto de modernização da cidade os territórios que ficavam a margem da cidade até aquele momento, no caso, a Zona do Morro. Especializando nas regiões centrais

da nova Boa Vista que ali surgia uma disputa de poder entre os grupos responsáveis para implementar essas políticas estatais de modernização e as prostitutas, donos de bares e cafetinas.

Quando o Governo Federal contrata a empresa Riobras, de propriedade do Engenheiro Civil Darcy Aleixo Derenusson, para elaboração de um plano urbanístico, o Estado atua como agente modelador do espaço em conjunto com os agentes econômicos e sociais, no sentido de estruturar o espaço urbano de Boa Vista de acordo com as políticas nacionalistas voltada para a homogeneização das cidades na expansão capitalista.

Dentro disso, passam a se pensar nos problemas da cidade resolvidos pelo poder público por meio da ordem, tentando disciplinar o caos, ou seja, cria-se o discurso de planejamento urbano para organizar o espaço. Entretanto, esses planos agem na manutenção do poder do grupo dominante presente na máquina estatal e na exclusão dos consumidores da cidade. Portanto, o Estado por meio das políticas de urbanização da cidade de Boa Vista atuou como um defensor dos privilégios dos agentes sociais dominantes, fato este que possivelmente tenha refletido na marginalização da Zona do Morro.

## 2.2 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E EXPANSÃO DA CIDADE

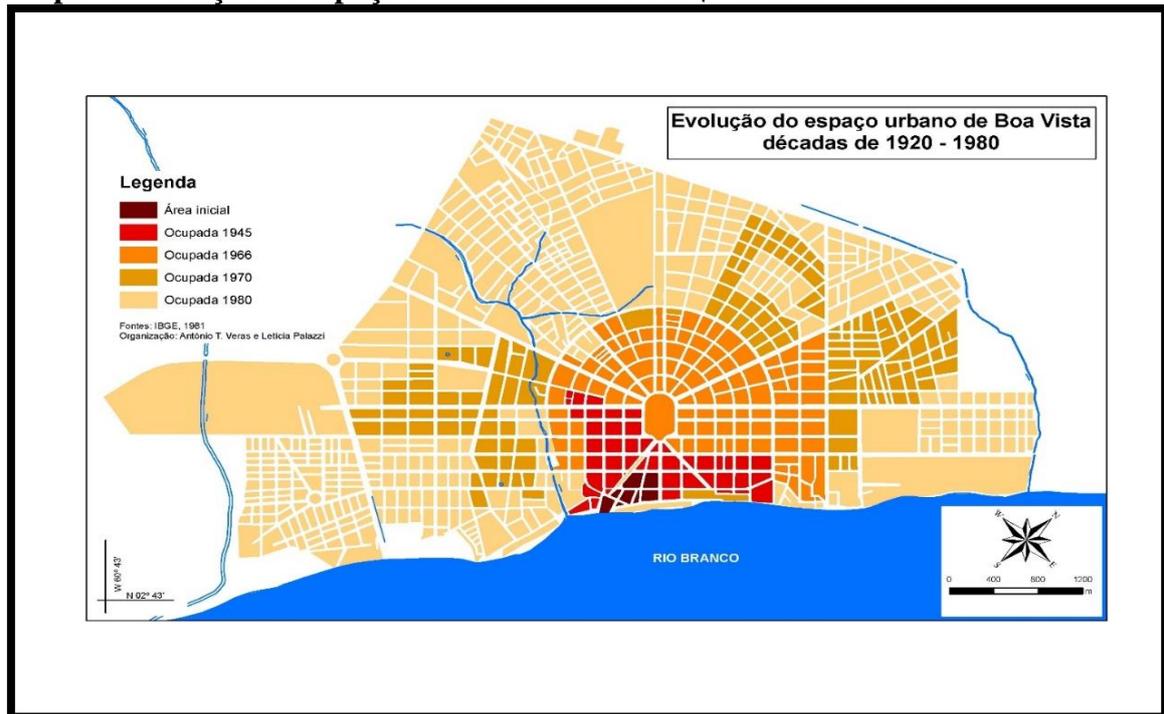
No primeiro momento após a implantação do plano urbanístico, o crescimento de Boa Vista é caracterizado por Vale (2014) como lento, porém gradativa, que vai perdurar assim até o final dos anos de 1960. Na análise da autora, a expansão urbana de Boa Vista se apresenta mais densa somente a partir da década de 1970, uma vez que os principais fatores que condicionaram esse advento foram aqueles representados pelos programas implementados pelo governo federal para este território, pois havia o propósito de ocupar a região, cuja retórica ressaltava a “Segurança Nacional”.

Em confluência com a autora supracitada, Cunha (2016) aponta como principal condicionante para a nova etapa de crescimento de Boa Vista, a abertura das rodovias federais, BRs -174, 401 e 210, que viriam a consolidar uma integração da capital com outras regiões do país, bem como aos países fronteiriços, Venezuela e República Cooperativista da Guiana. É nesse período que a evolução urbana de Boa Vista imprime um ritmo de expansão mais acelerado, começando a expandir seu tecido para direção Oeste.

Com relação a continuidade do Plano Urbanístico da cidade, Oliveira e Costa (2018) afirmam que o traçado proposto foi seguido até 1978, no entanto, o plano de 1940 tem sua estagnação com a expansão urbana da capital para o setor oeste-sudoeste. A partir da década de 1980 quando a cidade começa a receber migrantes de diferentes partes do país, fosse pelo

incentivo de ações do Governo Federal para integrar a Amazônia ao país ou motivado pela atividade da mineração, a chamada “corrida do ouro”, que mudaria completamente a dinâmica urbana da capital, observa-se a criação de novos bairros e isso fez com que começasse uma descaracterização do traçado urbanístico planejado. Fato este observado no mapa 2 apontando o crescimento desordenado que a cidade vai vivenciar nas duas últimas décadas do século XX.

**Mapa 2: Evolução do espaço urbano de Boa Vista \ Décadas de 20 a 80**



**Fonte:** IBGE, 1981 apud VERAS, 2009

Segundo Souza (2009, p. 42) as migrações que foram as principais responsáveis pelo crescimento demográfico seguiam uma tendência amazônica de inversão crescente entre a população urbana e rural. Como mostra a tabela 1, os números da a população rural até os primeiros anos da década de 1970 eram superiores a população urbana, já os dados seguintes apontam que na década de 1980 a população da área urbana mais do que dobrou, com um aumento de 159.9%. De acordo com o diagnóstico do SEPLAN\RR de 1980 apresentado por Veras (2009), em Boa Vista havia nesse período uma concentração aproximadamente 85% do contingente populacional do Território. Tal fato era justificado por a cidade “concentrar o melhor aparelhamento de infraestrutura regional e o principal núcleo urbano polarizador do Alto Rio Branco” (VERAS,2009, p. 155).

**Tabela 1-Evolução da população do município de Boa Vista \1940-2010**

Evolução Populacional de Boa Vista – RR (1940 a 1996)		
Ano	Pop. Urbana	Pop. Rural
1940	1.398	9.111
1950	5.132	12.115
1960	11.581	14.124
1970	16.868	19.596
1980	43.854	23.163
1991	120.157	24.092
1996	150.442	15.076
2000	197.098	3.470
2007	246.156	3.697
2010	284.313	6.514

**Fonte:** IPEA/IBGE, frequência decenal de 1940 a 2000; Fundação IBGE. Anuário Estatístico – 1979; SALES, H. J. et al, 2022; VERAS,2009.

No final dos anos 1980 e início de 1990 houve uma expansão “desordenada” do espaço urbano da capital por conta da proibição da atividade garimpeira pelo governo Collor. O que resultou na chegada de muitos garimpeiros em Boa Vista, pois não tinham mais o direito de garimpar (SILVA, 2009). Oliveira (2011) afirma que o fluxo de garimpeiros para Roraima vai influenciar na organização espacial da capital, sendo estimulado pelo próprio poder público. Para ele as:

(...) áreas na periferia, com lotes doados gratuitamente pelo poder público, foram freneticamente ocupadas por habitações no período recente do garimpo (1987-1990), como o bairro de Asa Branca, enquanto ao mesmo tempo aconteciam invasões no bairro do Beiral, às margens do rio Branco, ao sul e contíguo à velha cidade. Antes que muitas casas estivessem prontas, a desarticulação do garimpo deixou centenas de habitações semiacabadas e fechadas, posto que a razão para a permanência desses moradores em Boa Vista não mais existia (OLIVEIRA, 2011, p.37).

Atrelado a isso, a partir da década de 1990 há uma intensificação da migração inter-regional com o êxodo rural, causado pela falência dos projetos de assentamentos rurais, o que também contribui com a chegada em massa de pessoas em Boa Vista e, como elas não tinham onde morar, a única alternativa foi ocupar irregularmente terrenos insalubres na zona Sul e oeste da capital (VERAS,2009, 2010,2012; STAEVIE, 2011).

Nesse contexto, Cunha (2016, p. 78) afirma que a taxa média de crescimento anual da população nesse período vai ficar acima de 6.5% promovendo assim a urbanização acelerada da cidade, numa espécie de “explosão urbana”. Esse cenário transformou Boa Vista no centro político-econômico e sede administrativa, concentrando além da oferta de bens e serviços que se associa ao acúmulo de outras atividades, como também na concentração da maior parcela da população na capital. Os estudos de Oliveira (2008, p. 98) afirmam que este crescimento populacional nas décadas finais do século XX “vai suscitar no surgimento de diversos bairros, notadamente ausentes de infraestrutura mínima para sua existência”.

É importante ressaltar que Boa Vista cresceu a partir de características únicas e sob a influência do governo central, que interferiu na vida local fomentando uma migração para ocupação de espaços considerados “inóspitos”. Em 1966, conheceu os primeiros bairros a partir de uma subdivisão, sendo criados novos bairros: Centro, Nazaré (abrangendo o bairro São Vicente e Centro), Messejana (hoje grafado Mecejana), São Francisco, São Pedro, Olaria (onde hoje fica o Beiral, no Centro) e Redenção (onde hoje é o bairro de Liberdade), desmembrada da fazenda de Anísio Lucena (CONCEIÇÃO, 2017, p. 32)

Esse cenário foi se modificando na medida em que Boa Vista se consolidava como um centro urbano administrativo e militar. Na década de 1970, o Governo Federal começou a incrementar a infraestrutura administrativa do Território Federal de Roraima e o Exército começou a instalar pelotões militares e construir uma BR174, que liga Manaus à fronteira com a Venezuela e corta Boa Vista. A capital se tornou um canteiro de obras, e novos bairros foram criados e aprimorados em forma de conjuntos habitacionais e loteamentos.

De acordo com Veras (2009, p. 150), “a área ocupada na cidade até 1970 ainda era pequena. No entanto, alguns bairros de Boa Vista foram criados e aperfeiçoados em forma de conjuntos habitacionais, ocupações irregulares e loteamentos”. Essa dinâmica intraurbana foi uma das preocupações do governador Ramos Pereira, que tentou ordenar a cidade em conjunto com o prefeito Júlio Martins.

Conforme os estudos de Silva (2012), Vale (2007, 2014) e Veras (2009, 2010, 2012), até o início da década de 1980, a cidade concentrava a sua população e a sua mancha urbana nos limites da BR 174, na parte que corta Boa Vista chamada de Avenida Venezuela, com exceção do bairro da Liberdade que já começava a se formar localizado após este limite, de maneira induzida pelo poder público e também espontânea. Entre 1980 e 1989, acelera-se ocupação em direção a zona oeste e entre 1987 e 1990, Boa Vista dobrou o seu número de habitantes, pois de 43.854 registrados, em 1980, a cidade passou a concentrar os 120.157 moradores, segundo o Censo Demográfico realizado no decorrer de 1991. Essa diferença na forma de ocupação do

espaço urbano de Boa Vista, principalmente em direção à zona oeste, ocasionou um inchaço populacional.

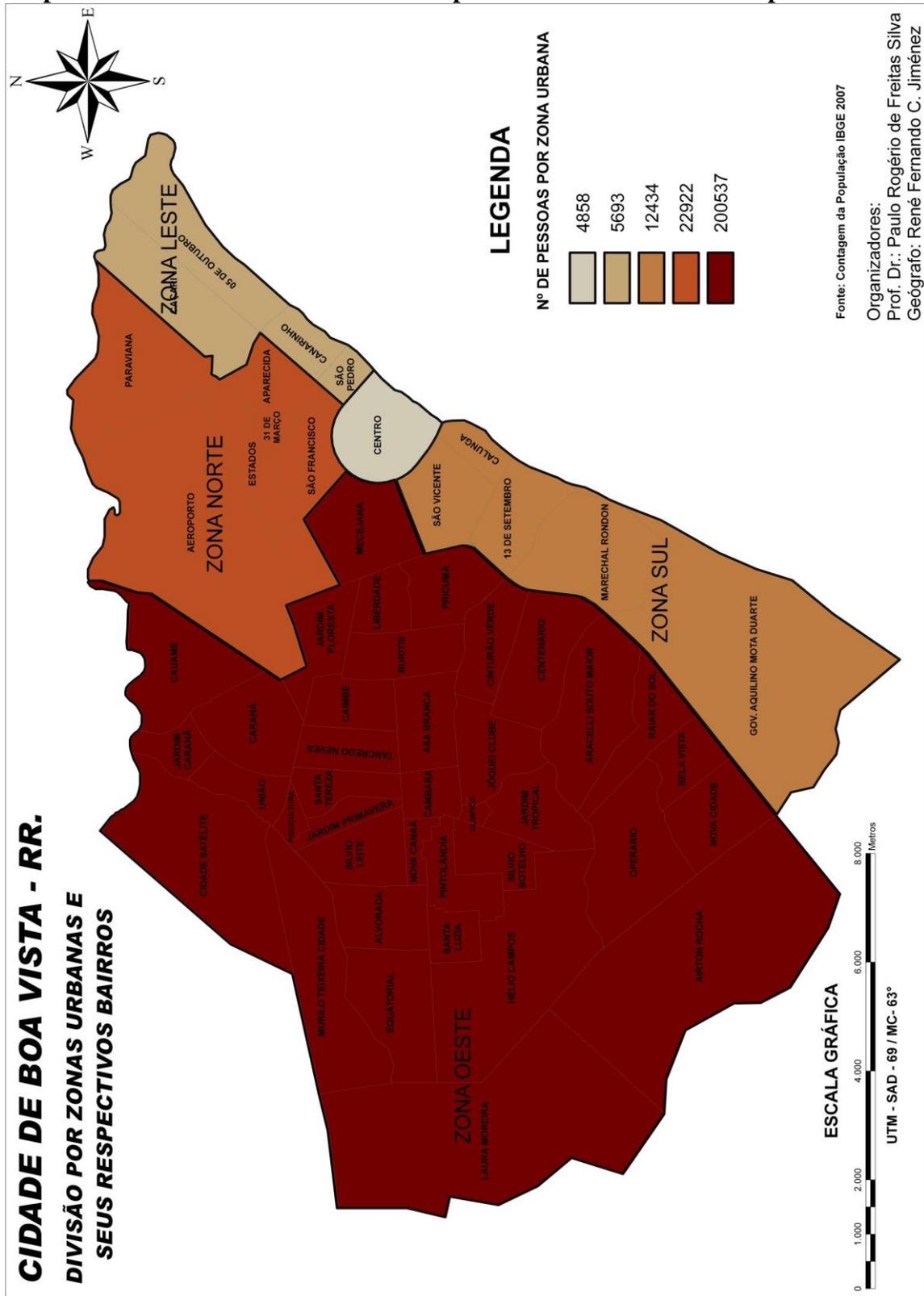
De acordo com Vale (2014) nesse período há uma expansão da cidade para o setor Oeste de Boa Vista e alguns bairros vão sendo criados e implantados em forma de conjuntos habitacionais mais acima de tudo, por ocupações irregulares e de loteamentos. Fato que Veras (2009, p. 164) considera o princípio de uma “favelização” nas zonas periféricas de Boa Vista pois esses bairros surgiram em poucos dias, sem “nenhuma estrutura, sem energia elétrica, água encanada e pavimentação”. Ainda segundo o autor, o processo de autoconstrução foi se concretizando uma “periferia” impulsionada pelo Estado e pelos proprietários de terras (latifundiários), constituíram esses espaços como locais segregados dentro da dinâmica socioespacial.

A teoria da segregação espacial por bairros na cidade de Boa Vista é defendida nos trabalhos dos geógrafos Veras (2010, 2012, 2016) e Silva (2012) que expressam em seus respectivos trabalhos a conjuntura dessa desigualdade socioespacial vinculando no seu sentido macro à conjuntura estrutural da sociedade capitalista no qual os agentes do mercado imobiliário são determinantes na produção e reprodução de uma cidade. Para os autores, Boa Vista será marcada por fortes indicadores socioespaciais eminentemente segregadores por conta da concentração do poder de urbanização destas cidades nas mãos da elite política e econômica local, que vai defender seus interesses ao mesmo tempo que insere as políticas de modernização capitalista nacionais.

O vertiginoso crescimento da cidade de Boa Vista, ao longo das décadas de 1950 até o final da década de 1990, ressignificou a dinâmica urbana tanto no aspecto demográfico quanto no social. Para Veras (2012, p. 91) “essa desordem urbana induziu a prefeitura a elaborar um plano diretor para nortear uma política de desenvolvimento urbano, o zoneamento urbano objetivando dar condições de acesso aos equipamentos e serviços públicos à população”.

Nascimento e Júnior (2016, p. 37-38) afirmam que o Plano Diretor de Boa Vista em 1991 foi uma tentativa da prefeitura em (re)organizar o espaço urbano da cidade, redesenhou as mudanças no tecido urbano e a nova configuração espacial. O plano subdividiu a cidade em quatro zonas urbanas: Norte, Sul, Leste e Oeste observáveis no mapa 3. Além das quatro zonas urbanas, “o centro é considerado um território delimitado nessa mancha urbana e que também concentra uma parcela da população” (CUNHA, 2016, p. 67).

Mapa 3: Divisão da cidade de Boa Vista por zonas urbanas e seus respectivos bairros



Fonte: SILVA, ALMEIDA E ROCHA, 2012.

No entanto, Veras (2009) salienta que na elaboração do referido plano não houve uma consulta prévia à população, tão pouco uma leitura da cidade que pudesse diagnosticar as reais necessidades da população e os arranjos produtivos locais que favorecessem o desenvolvimento e crescimento ordenado do território.

O Plano Diretor de Boa Vista de 1991 é uma política implantada pelo grupo social que Certeau (1996) chama de os pensadores da cidade. Para o autor, a formação do espaço urbano parte de dois grupos, os que ele define como os pensadores e os consumidores da cidade definidos respectivamente, como os que planejam e impõe seus pensamentos e modos de vida através das construções arquitetônicas, os “Administradores do espaço, o urbanista ou o cartógrafo” que são responsáveis por pensarem o visual da cidade, reproduzindo algumas ideologias de grupos dominantes no qual esses “pensadores do espaço” estão inseridos. (1996, p. 171). E os consumidores que vivenciam a cidade na prática dando novos significados a materialidade do espaço vivido.

Aqueles que pensam o espaço urbano percebem a cidade e seus usuários de maneira geral, “a cidade-panorama é um simulacro “teórico”, ou seja, visual, em suma um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas”. Desse modo a materialidade presente nas cidades excluem “o entrelaçamento dos comportamentos do dia a dia e faz-se estranho a eles” (CERTEAU, 1996, p. 171). E os “praticantes ordinários”, que vivenciam a cidade na prática, produzem diariamente uma outra cidade adaptando às suas necessidades.

Esse produzir a cidade de Boa Vista por meio de políticas públicas excludentes e sem participação popular também contribui para a criação de uma espécie de abismo social no espaço urbano boa-vistense, e estas diferenças estruturais dos bairros estarão diretamente relacionadas às condições econômicas da população. Para o geógrafo Paulo Rogério de Freitas Silva (2009), os bairros periféricos das zonas Oeste, Norte e Sul são marcados por ocupações ora legalizados pelo poder público, ora pelas invasões dos terrenos “desocupados” com valorização inferior, o que favorece a sua ocupação ainda nos dias atuais por uma população que possui um menor poder aquisitivo, quando comparado à zona Leste.

A disfunção da política urbana beneficiou apenas uma parte da cidade e contribuiu para a composição de um quadro de déficit infraestrutural, principalmente na zona oeste da cidade que vai se desenvolver desprovida, em grande parte, de equipamentos urbanos, carecendo dos sistemas de engenharias como rede de esgoto, ruas pavimentadas, calçamento, praças etc. enquanto a zona Leste apresenta em seu traçado urbano um sistema de engenharias completo e estruturado, que oferta empreendimentos imobiliários de alto padrão destinados a adquirentes

abastados inseridos na classe econômica privilegiada, a mesma classe que se manterá no poder político da região. (VERAS, 2007, 2016; SALES, 2021; CUNHA, 2016).

A medida adotada durante o processo de urbanização vai beneficiar as regiões do Centro, zona leste e sul da cidade ocupados pela elite política e econômica. Enquanto as regiões que são ocupadas na sua grande maioria pela população mais pobre como garimpeiros, agricultores e trabalhadores braçais (regiões sul e oeste) vão ser preteridas nos projetos dessa cidade.

**Quadro 1: Bairros atuais de Boa Vista por zona urbana**

ZONAS	BAIRROS	Nº
Centro	Bairro: Centro	1
Zona Norte	Bairros: Aeroporto, Paraviana, 31 de Março, São Francisco, dos Estados e Nossa Senhora Aparecida.	6
Zona Sul	Bairros: Calungá, São Vicente, 13 de Setembro, Marechal Rondon e Governador Aquilino Mota Duarte.	5
Zona Leste	Bairros: Caçari, Canarinho, 5 de Outubro e São Pedro.	4
Zona Oeste	Tancredo Neves, Jóquei Clube, Silvio Leite, Caimbé, Cambará, Nova Canaã, Caranã, Centenário, Jardim Primavera, Santa Tereza, Alvora, Cauamé, Pintolândia, Equatorial, Nova Cidade, Jardim Caranã, Silvio Botelho, Santa Luzia, Laura Moreira, União, Operário, Raiar do Sol, Hélio Campos, Cinturão Verde, Bela Vista, Araceli S. Maior, Jardim Tropical, Olímpico, Conjunto Cidadão, Cidade Satélite, Mecejana, Liberdade, Jardim Floresta, Pricumã, Buritis, São Bento, Dr. Airton Rocha, Murilo Teixeira Cidade, Said Salomão e Asa Branca.	40
<b>TOTAL</b>		<b>56</b>

Fonte: CUNHA (2016).

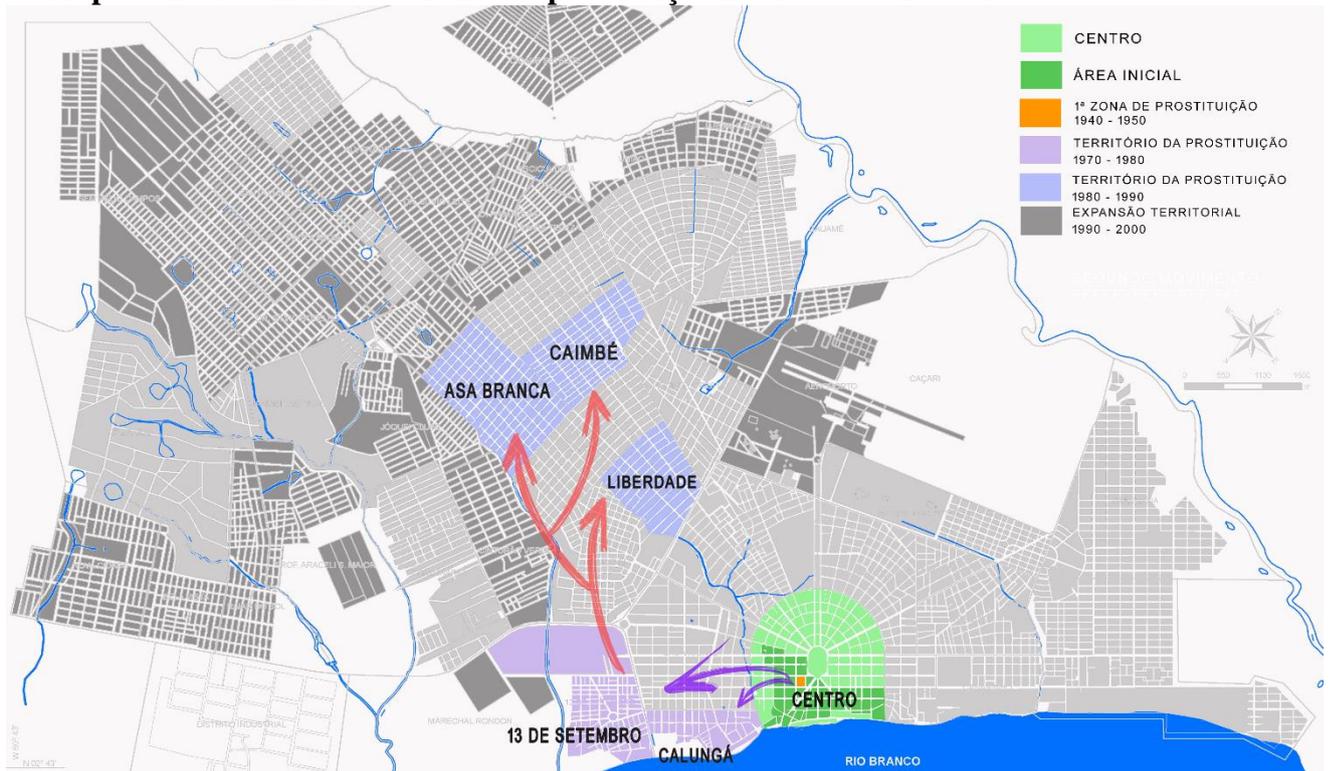
Nesse processo a elite local procura assumir protagonismo na estruturação da cidade fazendo com que as políticas de revitalização urbana se concentrassem justamente nas regiões habitadas por esse grupo para que, segundo Veras (2012) e Silva (2012), houvesse uma valorização imobiliária desses lugares. Com isso, as políticas de urbanização transformaram a dinâmica socioespacial da cidade dando importância ao Centro, a zona Norte e Leste. Tomando a concepção de Certeau (1996) sobre os processos de formação dos espaços urbanos, percebe-se que os pensadores da cidade de Boa Vista planejam e buscam impor sua visão de mundo através de uma arquitetura, de uma ideia de urbanização e de sociabilidade.

As modificações impostas pela reestruturação dos espaços urbanos afetam a constituição das zonas de prostituição ao mesmo tempo em que as zonas desempenham um papel importante para a forma urbana, a organização espacial e dinâmica das cidades. O projeto de urbanização vivenciada por Boa Vista desde 1946 traz consigo a ideia de modernidade no tradicional que de fato torna-se segregacionista. A localização da até então única zona de prostituição de Boa Vista se alinha aos interesses da cidade em retirar do Centro aqueles usos rejeitados, impuros e desviantes, evitando a contaminação das áreas nobres, ou puras, que ali se constituíam.

Nesta perspectiva, o “Morro”, espacializado na região central da nova Boa Vista, explicitou uma disputa de poder entre os grupos responsáveis para implementar essas políticas estatais de modernização e os sujeitos à margem do poder, as prostitutas, donos de bares e cafetinas. Oliveira (2020) afirma que os controladores da cidade iniciam suas campanhas de desapropriação da zona de prostituição na área central da cidade ainda na década de 1950 que resultaram no deslocamento da zona do baixo meretrício para regiões marginais naquele período, como mostra o mapa 4.

As políticas estatais instituídas não limitam a utilização dos espaços e não formam por si só uma cidade, portanto, para entendê-la é preciso observar os extratos populacionais de menor poder socioeconômico e sócio-político, como os sujeitos dos territórios da prostituição Estes devem ser considerados como agentes construtores do espaço da cidade de Boa Vista, o que não significa deixar de reconhecer a sua condição de excluídos e, nesse sentido, a cidade tem papel simultâneo de palco e personagem no espetáculo das disputas simbólicas de poder materializados no controle dos espaços urbanos.

**Mapa 4: Deslocamento das zonas de prostituição na cidade de Boa Vista**



Organização: Édla Sonaira Salazar de Oliveira e Fabrício Silva Sousa

O mapa acima mostra o deslocamento das zonas de prostituição na cidade de Boa Vista, é importante ressaltar que esse movimento das zonas não representa o desaparecimento das regiões anteriores, e sim, um processo lento de mudança e coexistência de vários ambientes de prostituição e o início do processo de hierarquização desses lugares. A região destinada aos prazeres sexuais foi sendo deslocada para áreas mais distante do centro urbano, mas não impediu que os territórios da prostituição acompanhassem a organização interna da cidade e fossem se adaptando e resistindo.

Nos anos 1970 os jornais da época citam a presença do comércio sexual primeiramente na rua Castelo Branco, no antigo bairro Olaria, chamado até nos dias atuais por “Beiral” (por estar localizado a margem do rio Branco). Posteriormente, de acordo com a ocupação desordenada na cidade e o crescimento do perímetro urbano, vão surgindo as famosas boates da Avenida das Guianas, bairro 13 de setembro. A migração da prostituição ocorre para duas regiões que apresentarão aspectos diferentes embora refletissem o processo urbano ainda muito incipiente na região, ruas sem asfalto e saneamento básico.

Desse modo, percebe-se que a fragmentação do Morro além de instigar o alargamento das áreas urbanas, carregando consigo um aparato tanto econômico quanto social para a criação de outras zonas que ficassem a margem do centro da cidade daquele período, contribuindo com

a formação de novos bairros nas suas proximidades. Também pode ter se modificado conforme o processo de hierarquização das zonas.

A análise da geografia da prostituição com a morfologia e a dinâmica das cidades, apontam para um processo em comum no espaço urbano que é a expulsão das zonas tradicionais de prostituição para locais distantes do centro e o apagamento de sua existência via projetos de renovação. Diferente de outras capitais brasileiras, como São Paulo e Salvador, onde a zona de prostituição costuma se situar no Centro, as zonas de prostituição que surgirão na cidade de Boa Vista a partir do “Morro” estarão confinadas em bairros da periferia, sem infraestrutura.

Em sua tese, Diana Ramos (2015, p.68), aponta que no processo de urbanização das cidades e pelo discurso higiênico dos espaços centrais resultam na transferência das meretrizes para locais menos valorizados, majoritariamente para bairros em “transformação”, com terrenos vagos, áreas intersticiais, com atividades obsoletas ou pouco definidas e com valor funcional e imobiliário médio, habitados por uma população modesta e desprovida de recursos materiais. De modo geral, são espaços periféricos, não somente geograficamente, mas principalmente no sentido de uma periferia social, buscando segregar os “impuros” da sociedade formal. Se, por um lado, o deslocamento proporciona a valorização urbana dos locais onde a prostituição se concentrava, por outro, seu confinamento a tornaria menos visível e facilitaria seu controle pelas autoridades públicas.

### 2.3 A SEGREGAÇÃO DO TERRITÓRIO DA PROSTITUIÇÃO NA CIDADE

As cidades não são apenas construções físicas, mas sim uma manifestação da organização social e cultural da nossa sociedade. O espaço urbano como um produto social caracteriza-se, segundo Corrêa (1989, p. 11-12), como a união de diversas formas de utilizar a terra sobrepostas entre si, definindo diferentes áreas de acordo com suas funções, tal como o centro da cidade que historicamente torna-se o local de maior concentração de atividades de serviços e comerciais, ou como as áreas residenciais que divergem das outras em termos de organização e conteúdo social. Para o autor o espaço urbano, é um produto social resultado de ações acumuladas através do tempo por agentes que produzem e consomem espaços, determinando como agentes os proprietários de meio de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Segundo o arquiteto urbanista Flávio Villaça (2011, p. 39), a segregação tem suma importância na análise do espaço urbano de metrópoles, cidades grandes e médias principalmente pela característica de dominação que ocorre através destas esferas e também do grande desnível que se forma entre o espaço urbano das diferentes classes sociais: dos mais

pobres e dos mais ricos. Para o autor, a segregação é “aquela forma de exclusão social que apresenta uma dimensão espacial. É um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjunto de bairros da metrópole. (VILLAÇA, 2001, p.142).

Partindo de uma explicação lefebvriana, Sposito (2013), analisa a segregação espacial como parte integrante e fundamental da produção do espaço urbano. Para a geógrafa:

a segregação vincula-se aos sujeitos sociais envolvidos no processo - os que segregam e os que estão segregados. Ela não resulta de dinâmicas da cidade em si, como se fossem resultado da competição ‘natural’ entre diferentes grupos pelo uso do espaço. [...] Ela denota, também, contradições mais amplas, as de natureza cultural, étnica e religiosa. Indica o fosso que se agiganta entre diferentes civilizações num mundo que se orienta pela internacionalização da economia e dos valores, como mostram todas as formas de segregação, que têm como base a intolerância de uma sociedade em relação aos valores das outras (SPOSITO, 2013, p. 67).

Segundo a urbanista Rolnik (1988), é importante observar que a segregação se impõe em nível da constituição de territórios separados para cada grupo social. Ela esclarece que essa divisão territorial urbana não é feita pela sociedade como um todo, mas por um grupo dominante do poder que dispõe interesse nestes atos. São os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários e os promotores imobiliários os que Corrêa (1989, p. 12) define como os agentes hegemônicos. Essa divisão espacial resulta em conflito social.

Rolnik (1988, p.48) explica que “do ponto de vista político, a segregação é produto e produtora do conflito social. Separa-se porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrada poderá ser o confronto”. Assim o resultado de uma ação conduzida por agentes hegemônicos é a formação de territórios segregados tanto física como simbolicamente. Determinados interesses produzem uma estrutura direcionada, “a ocupação nos limites da metrópole vai acontecendo dentro de uma dinâmica marcada pela legitimação de múltiplos territórios que se alternam nos espaços da cidade” (ALVARENGA, 2022, p. 156). Dentre eles, encontra-se o que será chamado aqui de “territórios da prostituição”.

Milton Santos (2005) esclarece que a formação do território auxilia no processo do entendimento de como os espaços podem ser classificados e como a segregação urbana pode redimensionar e ressignificar estes espaços. Santos afirma que:

O território pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quicá divergentes ou opostas. (SANTOS, 2005, p.56).

Para o autor a marginalização é uma das formas de reformulação dos territórios da cidade e inaugura a segregação urbana socioespacial.

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo tem com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente (RAFFESTIN 1993, p. 153). Partindo da conceituação proposta por Raffestin, é possível afirmar que o grupo de indivíduos que mercantilizam o sexo, ou seja, as prostitutas, os michês e as travestis são produtores de território e o delimitam. “O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder.” (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8).

Seriam então as relações e as formas de observar e se colocar nos espaços que formam esses territórios. As ações dos pertencentes ao território criam relações que o constroem ao mesmo tempo que produzem competições com indivíduos externos a ele, práticas realizadas para a manutenção do território. Essas práticas são desenvolvidas para defesa do território, marcando no espaço “o que é nosso e o que não é”. A estratégia de proteção está ligada ao uso do espaço físico pelas pessoas, com sua organização espacial e com o significado que o lugar tem para elas. (SILVA, 2011, p. 25).

Esses territórios da prostituição se dão em áreas específicas da cidade, onde a sociedade tolera a prostituição, mesmo com algumas restrições. Andrade (2000) definem a constelação de estabelecimentos no qual se especializam a prostituição como territórios de tolerância. A ação do Estado produz a segregação urbana socioespacial, nesse caso, deslocando a atividade para lugares mais distantes e promove, nas áreas desocupadas, a tal revitalização, cujo resultado é a valorização dessas áreas que “revitalizam” o circuito da especulação imobiliária, comercial e produtiva.

No estudo do fenômeno da prostituição, os autores tratam esses sujeitos por meio de suas práticas, apropriando-se de determinados espaços urbanos por um período de tempo.

No momento em que se impõem a esse espaço uma dinâmica própria do grupo, espacializando suas posturas corporais e suas atividades, instituem seus territórios, os quais são vistos como campos de força que delimitam um grupo interno com identidades coesas e relação a grupos externos. (SILVA; ORNET, 2012, p.170)

A fronteira invisível nos espaços públicos acontece de forma simbólica, podem ser demarcados por postura, conduta, vestimentas, linguajar, são bem definidos e defendidos pelos grupos que pertencem. Esta barreira simbólica acaba criando questões de pertencimento a determinado lugar, havendo rejeição às pessoas consideradas diferentes. Criam-se assim,

territórios de exclusão como os da prostituição, que ao mesmo tempo que são defendidos pelos seus sujeitos, também são segregados por outros. Para Reckless (1970, p. 17):

O território, ao mesmo tempo em que dá identidade ao grupo, é base para a afirmação de seu poder, sendo controle do território fonte de poder. Dessa forma, os diferentes grupos urbanos ao territorializarem certo espaço, estão demarcando os seus territórios de sobrevivência e convivência, além de estarem delimitando fronteiras que vão definir suas posturas sociais tomadas no interior do espaço urbano.

Ao se projetar no espaço através de ações e comportamentos, a prostituição toma posse do que Raffestin denominou de códigos, de sistemas sêmicos, realizando, portanto, as objetivações do espaço, produzindo assim processos sociais. Nesse sentido, a formação do território da prostituição está entrelaçada a diversos fatores, podendo surgir em decorrência dos anseios sociais da criação de um espaço de exclusão para as prostitutas, associada a proibição de espaços para estes sujeitos que possuem o modo de vida e tipos de comportamentos moralmente rejeitados, como também pode ser uma forma das prostitutas possuírem um espaço de visibilidade e defesa pessoal.

Segundo Souza (2011) a prostituição, mesmo integrada à dinâmica das cidades, sofre uma “segregação natural” devido a determinados interesses, causando um “isolamento moral” do meretrício. Percebe-se que a formação desses territórios não depende somente dos indivíduos pertencentes a eles, em alguns momentos é formado pelas prostitutas para aumentar a probabilidade de sobrevivência, outrora pode ser resultado das ações dos atores sociais como a polícia e a sociedade que excluem esse território para facilitar o controle.

A prostituição se localiza em setores da cidade e acompanha sua organização interna, e é comum que esses espaços sofram com ações limitadoras como as questões políticas, a repressão pública e policial para que essas atividades sejam deslocadas mais distantes do centro. Geralmente o destino do território das prostitutas são áreas no qual sua presença não atrapalhe o desenvolvimento do mercado imobiliário e as atividades comerciais. Com isso, percebe-se que a segregação da prostituição faz parte da lógica de segregação espacial da própria cidade, sendo controlada de acordo com os interesses dos grupos dominantes economicamente.

A área da prática do meretrício de modo geral está relacionada a especulação imobiliária, geralmente localizam-se em regiões recusadas pela elite, classe média e pelas atividades comerciais. Para Lojkine:

Tal processo de seletividade, conhecido como segregação residencial, reflete um acesso diferenciado aos equipamentos habitacionais dentro da cidade (...) as prostitutas não podem disputar o espaço urbano com outras atividades, sendo logo taxada de inconvenientes. Quando o comércio da prostituição se torna uma atividade “importuna”, surgem reclamação por parte da vizinhança, muitas vezes seguidas por campanhas públicas em jornais pedindo a repressão policial e/ou a transferência das meretrizes para outros lugares. (1977 apud SILVA, 2011, p. 36)

A prostituição deve assim ficar distante das áreas residenciais por serem consideradas o “mundo da desrespeitabilidade” (SILVA, 2011, p. 35). O território da prostituição sofre com a estigmatização por abrigarem práticas consideradas desviantes, mesmo condenadas publicamente não é uma atividade criminalizada no Brasil, mas sofre repressão da polícia por estarem localizadas em regiões de interesses econômicos.

Tsaiher ChengCheng (2016) em seu livro “Cidade da luz vermelha” discorre sobre as relações entre prostituição e urbanismo na cidade contemporânea defendendo que o “território do sexo” é afetado pelas políticas urbanas como também desempenha um papel importante para a forma urbana, a organização espacial e dinâmica das cidades. A desvalorização do preço da terra devido à degradação do território abre espaço para a especulação imobiliária e para projetos que visam aproveitar dessa fragilidade para expulsar os moradores e todas as suas atividades "pecaminosas", e criar ali novos distritos urbanos gentrificados.

Além da segregação espacial, os processos de gentrificação também contribuem com à modificação do espaço urbano para atender os interesses de determinados grupos sociais. Segundo Ramos (2012), gentrificação é um processo socioespacial de mudança gradual dos moradores locais e alteração da paisagem de determinadas localidades. Para a autora, essas mobilidades humanas ocorrem:

a partir de políticas públicas urbanas que utilizam de uma estratégia de revalorização imobiliária e possuem intenção de que o espaço adquira um novo uso com nova população residente, contando com a expulsão dos antigos moradores e de suas habitações para regiões mais afastadas, afetando e destruindo as referências espaciais e afetivas locais da vida comunitária já consolidada na localidade (RAMOS, 2012, p.33).

No caso de Boa Vista, a gentrificação seria tanto como estratégia quanto como elemento decorrente desses processos de renovação urbana. A expulsão de prostitutas das zonas próxima ao centro da cidade e o apagamento de sua existência se concretizam via projetos de renovação com a participação do capital privado e a grande participação das administrações municipais, tanto pela injeção de dinheiro público quanto pela mobilização do planejamento urbano como dispositivo para viabilizar as renovações urbanas pretendidas.

Otília Arantes (2000, p. 45) assinala que denominações como renovação, revitalização, reabilitação, requalificação etc. visam encobrir discursivamente a gentrificação pretendida com a “invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades”. Assim, as áreas centrais onde a prostituição se faz presente passam a estar na mira dos interesses econômicos e ela se vê forçada a se reorganizar, a reduzir sua presença e/ou migrar para outras localizações onde haja menos resistência ao seu estabelecimento.

Nesta perspectiva, as regiões da prostituição boa-vistense vai migrar do Morro, região central, para regiões da zona sul (bairros Olaria/Beiral e 13 de setembro) e posterior zona Oeste (bairro Liberdade, Asa Branca e Caimbé). Espacializando-se nas regiões da cidade ainda em “transformação”, com terrenos vagos, áreas com atividades obsoletas ou pouco definidas e com valor funcional e imobiliário médio, habitados por uma população modesta e desprovida de recursos materiais.

Segundo Ramos (2015, p.123), a prostituição se localiza em “espaços periféricos, não somente geograficamente, mas principalmente no sentido de uma periferia social, buscando segregar os “impuros” da sociedade formal. Se, por um lado, o deslocamento proporciona a valorização urbana dos locais onde a prostituição se concentrava, por outro, seu confinamento a tornaria menos visível e facilitaria seu controle pelas autoridades públicas.

A mobilidade do meretrício do centro para as margens é comum na organização urbana das cidades. Criam-se leis para reprimir essas ações e o Estado controlar os espaços e seus consumidores, apoiado pelos discursos moralistas da sociedade. Portanto, os territórios da prostituição nos espaços urbanos sofrem influência de diversos fatores como a segregação moral, criminalização, polícia, mercado imobiliário que impõe a necessidade da instalação dessa atividade em ambientes marginalizados dos centros da cidade, escondidos dos olhos da sociedade.

A segregação social que as prostitutas sofrem produz o que Alvarenga (2022, p. 155) define como “privação coletiva do social” que gera falta de “identidade, miséria, inacessibilidade e, principalmente, discriminação, impossibilitando, inclusive, a representação pública deste grupo”. As prostitutas são marginalizadas, discriminadas, e são muitas vezes consideradas socialmente inferiores. Como as “atividades imorais” devem, dentro desse modelo urbano ocupar os espaços que mais conseguem "tolerar" esse continente, geralmente são em ruas e vielas menores, mais discretas, sem saneamento básico e tomadas pela pobreza, fome e degradação.

#### 2.4 ESTRUTURA E ESPACIALIZAÇÃO DO MERETRÍCIO E SUAS ESPECIFICIDADES

Diversos autores que se propõe a estudar a problemática da prostituição dividem o meretrício em três amplas categorias: Baixo meretrício como a prática da prostituição de rua ligada a hospedaria barata e alto grau de rotatividade dos clientes, ou seja, as meretrizes são obrigadas a atenderem um número elevado de homens. Médio meretrício as prostitutas trabalham em casas fechadas que proporcionam maior segurança. Alto meretrício são mulheres

exclusivas para clientes com alto poder aquisitivo, que podem atender em luxuosas boates ou irem ao encontro dos clientes em hotéis caros e/ou festas privadas. (CAPELO,2016)

Entretanto, em cada cidade a prostituição e os locais ou espaços utilizados para a prática prostituintes são variados e cada um apresenta uma organização singular, pois os espaços urbanos são decorrências de um conglomerado de vivências ímpares ao longo de sua formação e os espaços das práticas prostituintes não fogem dessas características, pois não podemos observar este evento fora do contexto social em que se inserem. O comércio sexual, segundo Rossiaud (1991) um fenômeno característico de cada sociedade, e é esta quem cria a prostituição a sua imagem.

A partir de 1950, com a “Convenção Internacional para repressão do tráfico de seres humanos e da exploração da prostituição de outrem”, aprovada em votação na Quarta Assembleia Geral das Nações Unidas, assinada pelo Brasil no ano seguinte, a prostituição passa a ser relacionada diretamente a uma forma de escravidão, exploração.

Partindo desta perspectiva, surgem trabalhos no qual a prostituição é relacionada a criminalidade e entendida como parte da miséria humana. Dentre eles está o trabalho do frade dominicano francês, Jean Pierre Barruel de Lagenest, que dedicou-se a pesquisar o lenocínio nas cidades brasileiras. Anos mais tarde, ele fundaria a Pastoral da Mulher Marginalizada e até sua morte foi lembrado como “o frade que pesquisou prostituição”. O resultado de suas pesquisas foram publicadas em livros, sendo a mais célebre de suas obras, *Lenocínio e prostituição no Brasil*, publicado em 1960.

O trabalho de Lagenest (1960) é uma análise de dados das pesquisas de campo realizadas na década de 1950 por vários pesquisadores distribuídos em cidades no norte, nordeste, sul e sudeste do país. O trabalho busca mapear a prostituição brasileira num panorama geral descritivo, por meio de gráficos e tabelas, e assim conhecer também os seus sujeitos. As mulheres que exerciam essa atividade, fossem em Marabá-PA ou em Curitiba-PR, são vistas pelo autor como “infelizes, abismo de tristezas e de miséria humana” (LAGENEST, 1960, p. 10) .

No caso do Rio de Janeiro, Barruel Lagenest (1960, p. 24), classifica o meretrício em “Meretrício Localizado” que assim sintetizou:

Chamaremos de meretrícia localizada, àquelas que frequentam um determinado bordel de uma determinada zona de prostituição, devendo a dona da casa ou gerente, obediência e porcentagem nos seus ganhos. O número de meretrizes em cada um desses bordéis é, em geral, determinado, só trabalhando lá quem a responsável permitir e dentro de um horário pré-estabelecido.

Esse tipo de meretrício era comum na zona do Mangue<sup>4</sup>, eram controlados pela polícia, seja quanto aos registros das prostitutas, seja quanto ao funcionamento do bordel. Contrapondo-se a ele, existiria o “Meretrício Flutuante”, que englobaria as prostitutas que praticavam o *trottoir* nos vários pontos do Rio de Janeiro e, por fim o “Meretrício Clandestino” que é caracterizado por prostitutas intelectualizadas, que não fazem da prostituição um meio de vida, e sim um caminho para o luxo, o conforto e a fama. (LAGENEST, 1960, p. 23-41).

Em São Paulo, Lagenest (1960, p.43- 58) denomina “casa de tolerância” o bordel fechado e o “*rendez-vous*”. Segundo o autor, “as casas de tolerâncias eram abertas mediante autorização e vigilância da administração pública, e as mulheres que nelas iam morar, eram inscritas em registros especial da polícia – o registro das meretrizes”. O funcionamento era autorizado pela polícia que controlava o horário, o local e as prostitutas do estabelecimento.

Os *rendez-vous* de Belo Horizonte traziam características, segundo Lagenest (1960, p. 67-78), similares com os de São Paulo e Rio de Janeiro, existindo na zona boêmia o baixo meretrício, localizados no centro, nos bairros da Floresta e Lagoinha e próximo à estação Ferroviária e rodoviária. Tinham como aspectos casa, hotel ou a pensão onde as prostitutas pagavam diárias gozando de plena liberdade. O alto meretrício era “constituído por *rendez-vous* espalhados por toda a cidade, e sustentados quase exclusivamente por clientes de alta categoria. São feitos em casas especialmente alugadas para esse fim e que, atualmente ultrapassam 300”. Ao contrário do bordel fechado, aqui o produto do aluguel dos quartos e a venda de bebidas eram as principais fontes de receita das proprietárias. Quanto às prostitutas, eram bonitas e com nível intelectual razoável, gastando tudo o que ganhavam com joias, roupas e hotéis caros. O alto meretrício mineiro era, na definição de Pereira Filho (2014), a fina flor da prostituição.

Embora o autor classifique a organização da prostituição de maneiras distintas entre as cidades, apresentando a dinâmica de cada uma a partir das suas particularidades, de modo geral seguia dentro da lógica de prostituição fechada e/ou aberta, a relação do ambiente e local de espacialização para definição do alto ou baixo meretrício.

As definições não são tão bem delimitadas e, em alguns trabalhos como o supracitado, não classificam a existência do termo “médio meretrício”. Portanto, neste trabalho nos

---

<sup>4</sup> Mangue ou Vila Mimososa foi considerada por décadas a maior zona do Brasil. Surgiu no século XIX, a expansão urbana ocorrida na segunda metade deste século promoveu uma grande agitação no porto da cidade do Rio de Janeiro, que se tornou o centro das atividades econômicas do país. Por ali, desembarcavam imigrantes estrangeiros ou migrantes de regiões mais pobres do país em busca de melhores condições de vida. Devido ao enorme fluxo de marinheiros e de uma população de baixa renda, abriu-se espaço ali para o desenvolvimento de um mercado de baixo meretrício. Ver: ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasilienses, 2004. LEITE, Juçara Luzia. **República do Mangue: controle policial e prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974)**. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2005.

referenciaremos nas definições dos antropólogos Maria Dulce Gaspar (1985) e Renan Springer de Freitas (1985) que ainda hoje são referências nos estudos da prostituição no Brasil. Os autores tomam como objeto de estudo duas metrópoles com famosas zonas de prostituição, respectivamente, a Vila Mimososa no Rio de Janeiro e a famosa “prostituição de *boite*” em Belo Horizonte. Esses trabalhos apresentam a dinâmica de organização no sentido macro das zonas e da própria estrutura social dentro desses estabelecimentos.

Gaspar (1985) em sua dissertação de mestrado intitulada “Garotas de programa de Copacabana” analisa a prostituição na cidade do Rio de Janeiro a partir da estratificação em três níveis, o baixo meretrício, o médio meretrício e o alto meretrício que funcionam da seguinte maneira:

O baixo meretrício se caracteriza a partir das mulheres e do local que se situa. Para a autora estas mulheres não fazem muitas exigências ao cliente, possuem diferentes idades, praticam a prostituição nas ruas ou em lugares mais “humildes” e estão frequentemente dispostas a praticar o ato sexual não apenas em lugares exclusivos como os hotéis, mas também em áreas mal iluminadas e pouco seguras, sendo comum o interior dos carros. A maioria delas já tem filhos, uma das razões principais de estar na profissão. O meio é mais violento por conta da região que vai dividindo espaço com o consumo e venda de drogas. A clientela na sua maioria se faz de trabalhadores com baixo poder aquisitivo. Segundo Bacelar (1982), esse nível de prostituição faz parte do que classifica como “prostituição da pobreza”, uma alternativa de sobrevivência de mulheres pobres no Brasil.

O médio meretrício é definido a partir da associação à prostituição praticada em boates e em casas de massagem. Nesses lugares há a exigência de que as mulheres, estejam sempre bem vestidas e com boa aparência. Elas não estão expostas nas ruas, diminuindo os riscos de violência e exploração. O preço do programa nestes locais são os mesmos para todas variando somente de acordo com o tempo de cada programa. Tem também as prostitutas que frequentam as boates sem vínculo e estabelecem seu próprio preço. Em geral, fazem um acordo verbal com os donos ou gerentes dos estabelecimentos, comprometendo-se a fazer com que os clientes consumam o máximo possível em bebidas e aperitivos.

Sobre a prostituição em estabelecimentos, Pereira Filho (2014) define dois tipos de bordéis: os abertos, quando a prostituta não reside no local e tenha vínculo esporádico. E os fechados, quando a meretriz mora no mesmo local que trabalha e possui uma relação mais fixa com o local e com a proprietária, podendo algumas vezes ser dependente da cafetina com relação a dívidas. Para o autor o bordel poderia ser classificado do baixo meretrício ou alto meretrício, o que dependia do “luxo e das mercadorias a disposição dos fregueses, com o alto

meretrício geralmente se instalando fora do perímetro urbano das cidades” (PEREIRA FILHO, 2014, p. 50).

E no mais alto nível, segundo Gaspar (1985), estão as prostitutas do alto meretrício que têm autonomia, divulgam seus trabalhos em anúncios em jornais com número de telefone para contato ou através de agências. Atualmente essas mulheres fazem uso também da internet com sites onde se expõe. O público alvo são homens mais abastados visto que o valor estabelecido por elas só é acessível a pessoas de alto poder aquisitivo e que geralmente prezam pela descrição, visto que os encontros são previamente marcados por telefone e as garotas vão ao encontro com a tarifa do transporte paga pelo cliente.

Freitas (1985) ao estudar a prostituição em Belo Horizonte na década de 1980<sup>5</sup>, dentro dessas três grandes categorias, seleciona e descreve física e funcionalmente alguns tipos de locais de prostituição. O autor faz uma análise das estratificações do meretrício na referida cidade em quatro categorias, definindo-as da seguinte maneira:

1- “Rua”- é entendida como local mais conhecido para a prática da prostituição, altamente estratificado, caracterizada como aberta e presente em regiões que possuíam grande movimentação de pessoas, geralmente mercado e porto por serem áreas de concentração masculina popular, os profissionais do sexo que trabalham na rua abordam e recrutam sua clientela, a interação sexual com o cliente pode ocorrer em espaço público (becos, carros dos clientes, praças escuras) e privado (hotéis ou casa dos clientes).

2- “Zona” - Também conhecidas como “hotel”, são tipos específicos de bordéis de Belo Horizonte, enormes com 2 ou 3 pavimentos e com corredores ao longo dos quais estão dispostos os quartos, geralmente em torno de 60. Neste tipo de bordel cada quarto é alugado a uma prostituta por um tempo determinado, geralmente turnos de 6 horas, e elas esperam os clientes nos próprios quarto, ficam deitadas, expostas numa vitrine a espera de um cliente. As vezes se faziam filas nas portas das prostitutas e geralmente o programa não duram mais de 10 minutos. Com alto grau de rotatividade de clientes, dificilmente menos 20 por prostituta<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Dissertação de mestrado transformada no livro “Bordel, Bordéis: negociando identidades” publicado em 1985.

<sup>6</sup> Gabriela Leite, famosa prostituta e ativista brasileira trabalhou em prostíbulos de 3 estados, na Boca do Lixo em São Paulo, da zona boêmia em Belo Horizonte, e da Vila Mimosa no Rio de Janeiro. Em seu livro biográfico “Filha, mãe, avó e Puta” (2009) relata suas experiências nesses ambientes. No que se refere a Belo Horizonte, ela retrata suas vivências nesse tipo de bordel mencionados por Freitas como “zona”. A rotatividade era tanta que chegou a fazer 78 programas num dia. Segundo Gabriela, isso seria possível porque em Belo Horizonte a forma de prostituição era rápida e sem tantas conversas como era comum em São Paulo. Além disso, para ela na década de 1980, a cidade mineira era a que melhor se faturava, “mesmo pagando uma diária alta em Belo Horizonte, se a prostituta estiver com disposição para a alta produtividade, ela faz num dia, cinquenta, sessenta programas. Enquanto em São Paulo faz cinco e, na antiga Vila Mimosa (RJ), dez no máximo.” (2009, p. 91)

3- *Rendez-vous*- São estabelecimentos bem menores que a zona, possuem salão no qual o cliente tem contato com a prostituta e de lá dirigem-se aos quartos no próprio estabelecimento, este salão possui uma luz vermelha característica. Possuem um grau de rotatividade menor e a duração de cada programa costuma ser entre 30 minutos a 1 hora. Os quartos podem variar entre os mais diferentes padrões de requinte, desde o mais barato ao mais luxuoso, e comumente não se tem mais do que 10 por estabelecimento. Os quartos servem como local de programas e, em alguns casos, a moradia das prostitutas. O pagamento feito a dona do estabelecimento é fixo por programa realizado. É comum que se concentrem distante dos centros urbanos e próximos de bares ou ruas com atividade boêmia agitada.

4- “Motel” - Não são motéis no sentido convencional, refere-se a estabelecimentos similares aos *rendez-vous*, não tem as luzes vermelhas, alugam quartos para casais “convencionais”, não estipulam horários para as prostitutas e não servem como moradia delas, ficam de portas fechadas e os clientes chegam, fazem soar a campainha e são recepcionados pela cafetina. A rotatividade é bastante reduzida, torno de 4 clientes por prostituta e a relação com o cliente é mais íntima a ponto de criar-se um grau maior de fidelidade.

Freitas (1985) não se limita as definições amplas de meretrício e sim as formas de organização dos estabelecimentos da prostituição. Para o autor cada local apresenta a sua estratificação interna, podendo ser classificados em baixo, médio ou alto meretrício depende do:

Preço do programa, padrão de requinte e de higiene do local onde a atividade é exercida, nível social da clientela e padrão da aparência da prostituta (pode ser expresso em termos dos padrões dos trajes utilizados, dos traquejos sociais que apresentam e da aparência física que exibem: grau de flacidez do corpo, idade, etc...). (FREITAS, 1985, p. 28)

Segundo Lagenest (1960, p. 50) no final da década de 1950, as prostitutas de diferentes cidades brasileiras trabalhavam em bordéis fechados, abertos ou na forma de ‘*trottoir*’. Na língua francesa Trottoir significa calçada. Em diversos países a palavra é utilizada para nomear uma prática específica do “mercadejar do corpo”, a prostituição de rua (OCANHA, 2014, p. 28). De acordo com as definições do antropólogo Perlongher (2008, p.54), o *trottoir* é uma prática da prostituição que consiste em procurar clientes em espaços públicos como a rua, bares com livre circulação, fliperamas, beiras de estrada, entre outros lugares onde é possível circular e ser visto com facilidade. Sua característica principal é o livre acesso a todos que procuram um programa para realizar os seus desejos sexuais e afetivos.

De acordo com Gaspar (1985), Freitas (1985), Perlongher (2008) os chamados *rendez-vous* e *trottoir* são o tipo mais clássico nos espaços de prostituição no Rio de Janeiro e em Belo

Horizonte. O meretrício de rua esteve presente ao longo da história de várias cidades brasileiras, por possuir um grau de rotatividade e atender geralmente uma clientela popular com valores mais baixos, sendo, portanto, classificada geralmente como baixo meretrício.

No caso de Boa Vista, tomando como base as definições de Freitas (1985) e Perlongher (2008), não se tem relatos da prostituição de rua até os anos 2000, quando vão surgindo em alguns pontos da cidade. Entretanto, a prostituição feminina boa-vistense permaneceu, em sua grande parte, enclausurada nos muros dos bares/prostíbulo, até meados da década de 2010. Com o processo migratório venezuelano para Boa Vista e um novo boom populacional, o *trottoir* feminino passa a ter mais destaque por conta das migrantes venezuelanas. Essas mulheres ocupam as ruas próximas dos bares/prostíbulo e pousadas principalmente no bairro Caimbé.

A sociedade boa-vistense, acostumada com a prostituição fechada, logo condenou essa prática e utilizou-se do termo “oitentas” (referente ao valor cobrado por programa) para referirem-se as mulheres venezuelanas que faziam pontos nas ruas da cidade. Essa terminologia reforçou um estigma propositadamente e apresentou um discurso que destinava a essas mulheres o “surgimento da prostituição na cidade”. Isso é resultado do estranhamento a essa prática visto que o comércio sexual da cidade desde sua gênese, com o Morro, seguiu a lógicas de algumas cidades da Amazônia que apresentam com algo próximo do que Freitas (1985) define o *rendez-vous* de Belo Horizonte.

A exemplo das cidades amazônicas tomemos a configuração da prostituição em Manaus. Segundo Lira (2014) e Pereira Filho (2014), até o início da década de 1870 não havia na cidade uma demanda por sexo pago suficiente que ensejasse a abertura de um bordel nos moldes do que já se apresentava, nesse mesmo período, em Belém ou nas demais capitais do sudeste do país. Pereira Filho (2014, p.51) afirma que até esse período, como havia uma pequena população com poucos recursos, para alimentar o desejo sexual desses habitantes bastavam “os caminhos que levavam as lavadeiras aos igarapés da cidade, uma ou outra prostituta a disposição em alguma janela de casa mal afamada ou um quarto numa taberna suspeita”. Os “bordeis clássicos” surgem em Manaus somente no fim do século XIX, “junto com todas as pompas e novidades que o dinheiro proveniente do período em que a economia girava em torno do extrativismo da borracha propiciou” (PEREIRA FILHO, 2014, p.53). Com isso percebe-se que a situação socioeconômica da cidade está diretamente relacionada a formação dos estabelecimentos da prostituição e a sua hierarquização.

A forma de organização e entendimento da prostituição em Manaus têm fortes influências francesas por conta da imersão da burguesia local nas ideias da Belle Époque, que tinham como

símbolos do progresso e de uma vida refinada tudo que vinha da Europa, inclusive, as “francesas” que faziam parte da vida noturna alegrando a paisagem de parte da cidade. Essa influência vai definir também a organização dos estabelecimentos e os nomes desses espaços. Cabaré ou bordel clássico eram os locais que tinham influências diretas dos bordéis franceses do século XIX. Segundo Pereira Filho (2014, p. 54) em Manaus, de meados da década de 50 até o ano de 1974, estes locais, com suas variantes e especificidades, passaram a ser chamados pelos seus clientes, de “puteiros”. Enquanto pela imprensa, defensora da moral e dos bons costumes, eram chamados de “lupanares, rendez-vous, antros de prostituição ou antros de licenciosidade”.

No caso da cidade de Boa Vista desse mesmo período, os bares/prostíbulo e, posteriormente, as boates<sup>7</sup> de alvenaria, seria uma espécie de “prostituição de boite” similar ao que se apresenta nas zonas de Belo Horizonte e Manaus, com adaptações a realidade boa-vistense. Segundo Oliveira (2020), Boa Vista por ser uma cidade pequena, quando comparada com outras capitais em meados do século XX, e possuir um modo de vida de cidade interiorana, com uma sociedade altamente influenciada pela Igreja, tinha um nível de repressão ainda maior a prostitutas expostas nas ruas, mesmo que no quadrilátero ocupado pelo Morro.

Assim como a situação socioeconômica de Manaus atrelada ao extrativismo vegetal vai influenciar na formação da ecologia da prostituição da cidade, em Boa Vista não será diferente. Com a economia boa-vistense pautada por um bom tempo na extração mineral, afetou a dinâmica socioespacial da cidade, criando uma relação íntima com a vida garimpeira. Esse ambiente diferenciado influenciou diretamente a vida noturna da cidade pois a cachaça, o cabaré e a prostituta são a vida do garimpeiro.

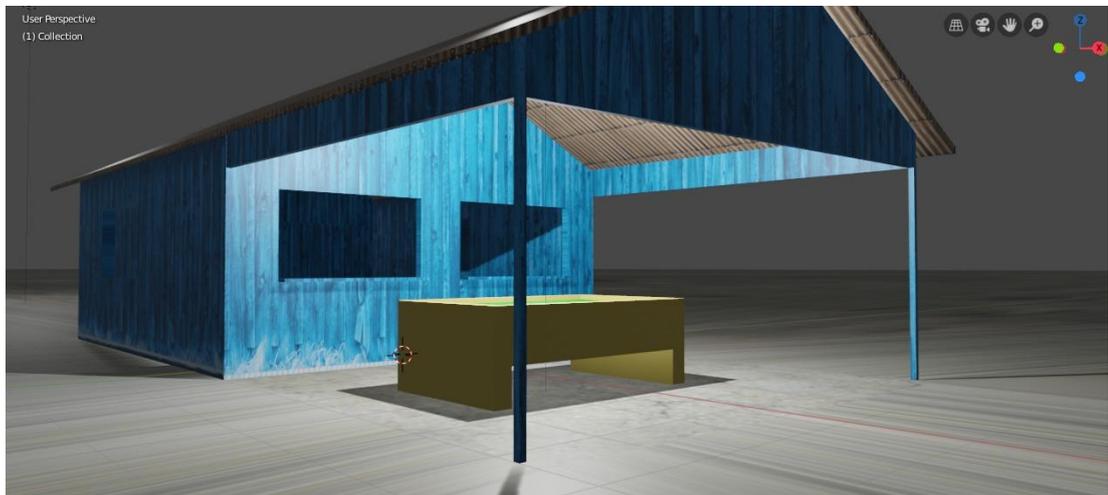
Por toda essa conjuntura da cidade, foram as paredes dos estabelecimentos que tornaram a prática da prostituição, em certo ponto, tolerável por anos pelos seus moradores. Mesmo existindo a prostituição era invisibilizada, controlada através de discursos moralistas e segregada nos seus espaços para proteger a sociedade “de bem” da “imoralidade” desses “antros de perdição”.

---

<sup>7</sup> Em algumas manchetes de jornais da cidade de Boa Vista da década de 1980 é utilizado o termo *boites* para se referir as boates da Avenida 13 de Setembro. Segundo Perlongher (2008), boite, vem do substantivo francês que originou o brasileiro buate, pois em francês o ditongo oi pronuncia-se uá. Margareth Rago (2008, p.63), em seu trabalho sobre a prostituição da cidade de São Paulo no início do século XX, descreveu a influência francesa no desejo sexual dos paulistanos durante a Belle Époque. Naquele período, manter relações sexuais com prostitutas de origem europeia significava entrar em contato com valores que muitos paulistanos acreditavam ser civilizados. Na busca de associar São Paulo a grandes centros europeus, palavras francesas como *trottoir*, *rendez-vous*, *boite* e *travestis* são termos que agregaram a linguagem popular brasileira nas primeiras décadas do século XX.

Quando os famosos cabarés foram decaindo a partir dos anos 1950, as boates surgem como uma forma bastante popular de prostituição nas cidades brasileiras. Enquanto essas metrópoles vivenciavam as boates atualizarem os cabarés ao “introduzirem a vitrola da ficha e os shows de strip-tease” (COSTA, 2016). Nesse mesmo período, Boa Vista presenciava sua incipiente zona, o Morro, com bares/prostíbulo feitos de madeira, com “quartos rústicos no fundo para encontro das meretrizes e seus clientes” e os ambientes eram “iluminados à luz de “petromax”, um possante lampião incandescente, a querosene” (OLIVEIRA, 2020, p. 49), como buscamos ilustrar abaixo.

**Figura 1 Representação gráfica de um bar na zona do baixo meretrício de Boa Vista década de 1950, elaborada a partir das descrições de Laucides Oliveira (2007)**



Organização: Édla Sonaira Salazar de Oliveira e Fabrício da Silva (2020)

O padrão de construção dos estabelecimentos do Morro não destoavam de outros similares, dadas as circunstâncias da própria estrutura da cidade, na qual predominavam as construções de madeira e de telha-vã, sendo água encanada e energia elétrica privilégios de poucos, destacando-se o único hotel da cidade, o Hotel Boa Vista (OLIVEIRA,2020, p. 50). A dualidade entre espaços de prostituição para ricos e pobres não se apresentava na cidade de Boa Vista em meados do século XX, ou seja, nas atividades de comércio sexual presente na chamada zona do Morro, não se faziam distinções de classe social dos clientes, visto que era a única da cidade.

Condicionou-se classificar a região do Morro como baixo meretrício possivelmente por não haver outros locais com os mesmos requintes do bordeis de outras capitais, isso porque a estrutura urbana da cidade não propiciava quaisquer ambiente similar e por também não ter sofrido com as influências que as outras cidades amazônicas vivenciaram ao longo da sua história. Em consonância com as definições de Freitas (1985) podemos concluir que o “Morro” não apresentava estratificação interna, era uma espécie de *rendez-vous* com estrutura bem precária.

Esse tipo de estabelecimentos na zona de prostituição boavistense permaneceu até meados da década de 1970, quando surgem várias boates pela cidade, com certa concentração delas na Avenida das Guianas no bairro 13 de Setembro. Eram boates nos moldes que as outras cidades brasileiras vivenciavam vinte anos antes. Com construções em alvenaria, tinham um aspecto mais organizado e discreto, por ser fechado, e por isso, fugia da característica comum presente até então nos prostíbulos das zonas do Morro e do Beiral. Em geral, essas boates eram ambientes mal iluminados com luzes vermelhas e com três “instituições” onipresentes: bar, shows e programas.

Costa (2018, p.40) ao trabalhar as zonas de prostituição em Belo Horizonte descreve as boates da seguinte maneira:

Todas possuem um bar, importante fonte de renda para os donos das boates, todas apresentam um palco onde são feitas apresentações de strip-tease, e em todas – obviamente – são feitos programas (...) Além do valor do programa, os clientes devem pagar um valor à boate, à título de “aluguel do quarto”. Se o cliente desejar realizar o programa fora da boate, deve pagar um valor extra à gerência. Todos os programas são pagos à gerência, e no fim da noite (geralmente) as mulheres recolhem seus valores com o administrador.

Possivelmente as boates boa-vistenses mantinham estrutura de funcionamento similar ao descrito.

A partir da década de 1970 surgem no Brasil os motéis, com esses novos estabelecimentos nas cidades tornou-se possível os programas não se realizarem obrigatoriamente nos quartos

das boates. A utilização do motel como local da prática do sexo pago reinou durante toda a década de 1980 e 1990. Com isso, os homens passaram a procurar um novo local, não só para a prática de sexo pago, mas também de sociabilidade dentro da cidade de Boa Vista, surgindo desta forma, diversas boates que exibiam *Streep tease* e ofereciam prostitutas para seus fregueses, tendo como pioneiras, as boates “Mil e Uma Noites” e a “Mineia Drink’s”, ambas na região da Avenida das Guianas. O bordel, portanto, como local de prática de prostituição não morreu.

Após esse período observa-se o surgimento de uma explosão desse tipo de estabelecimento na cidade. Em casos como da Mineia Drink’s, somente conseguiu alvará para funcionamento na prefeitura com nomenclatura hotel-motel. No início da década de 1990, com a popularização dessas boates em Boa Vista, um dos jornais da época, *Folha de Boa Vista*, estampava em várias edições, na sessão publicidade, propagandas dos “shows eróticos” de *strip-tease* nas boates *Playboy Nights Club* e *Privê Drink’s*. Muitas dessas fotografias comerciais anunciavam mulheres seminuas e também *strip-tease* masculino. Apresentando assim nas boates boavistenses, outra característica das boates mineiras apresentadas por Costa (2013).

Ao analisar a prostituição boa-vistense desde a década de 1950, a partir das definições de Gaspar (1985) e Freitas (1985), percebe-se que durante muito tempo a cidade apresenta uma espécie de baixo meretrício por conta da própria estrutura da urbe. A partir nos anos 70, com o crescimento e a urbanização de Boa Vista, o tipo de prostituição fechada vai perdurar, mas alguns estabelecimentos apresentam melhora na sua estrutura. Surgem as boates e mais áreas de prostituição na cidade, visto que há o alargamento de suas fronteiras. Com isso, observa-se o surgimento do que classificaremos como médio meretrício, visto que nenhuma dessas boates podem ser classificadas como de luxo embora concentrem no seu público a elite econômica local.

Desse modo, a prostituição na cidade de Boa Vista apresenta o primeiro momento de hierarquização dos espaços baseado na estrutura, na localização e nos tipos de clientela de cada estabelecimento. Nos bairros Beiral (atual Caetano Filho)<sup>8</sup>, Liberdade e Asa Branca vão prevalecer os bares/prostíbulo com estrutura precária de madeira e a presença maior da classe trabalhadora, justamente por se concentrar principalmente na zona oeste e sul, bairros ocupados por pessoas com menor poder aquisitivo. Em contrapartida, boates da Avenida das Guianas, Ville Roy e Brigadeiro Eduardo Gomes tornaram-se local de diversão dos jovens da elite, políticos locais e nacionais que viessem a Boa Vista.

---

<sup>8</sup> Boa parte da área ribeirinha que compunha o antigo bairro Beiral foi demolida para a construção de um equipamento público, o Parque do Rio Branco. Ver: <https://boavista.rn.gov.br/turismo/parque-do-rio-branco>.

A infraestrutura e os projetos pensados para a produção da cidade influenciou diretamente a sua vida noturna. Ao observarmos a prostituição em Boa Vista percebe-se as diversas formas socializadora e que seu entendimento auxilia na compreensão da própria dinâmica social-cultural da cidade.

### **CAPÍTULO 3 – AS NOVAS ZONAS DE PROSTITUIÇÃO NA CIDADE DE BOA VISTA**

Como observado ao longo desse trabalho, as zonas de prostituição em Boa Vista sofreram uma série de interferências externas que modificaram a dinâmica da prática na cidade. Desde da sua gênese, concentrada na antiga Zona do Morro, a prostituição boa-vistense foi moldada a partir de uma série de características que serão expressas nos códigos sociais internos na ecologia da prostituição que vai se expandindo conforme o crescimento da cidade.

Neste capítulo observaremos as novas formas de organizações das zonas de prostituição da cidade de Boa Vista nos anos finais do século XX, destacando a ocupação física da ecologia da prostituição na cidade e os seus códigos sociais, visto que estes refletem as normas de gênero, raça, classe e sexualidade de determinada sociedade. Partindo da análise de jornais impressos que circulavam na cidade no período estudado, buscamos identificar alguns elementos comuns em muitos códigos da prostituição ao redor do mundo, tais como a marginalização dos espaços ocupados pela prostituição, a estigmatização da própria mulher prostituta, o papel da cafetina, a criminalização da prostituição e a exploração sexual. Além disso, entender como os jornais contribuem na produção do imaginário social da prostituição.

Ao olhar a cidade pelas lentes da imprensa houve um esforço para não se perceber os discursos como mero espelho que reflete o real, mas, acima de tudo, como elemento passível de criar e modificar a realidade ao período que foram produzidos. O discurso presente nos jornais *Folha de Boa Vista*, *Estado de Roraima* e *Diário de Roraima*, reforçaram a marginalização e hierarquização dos espaços da prostituição boa-vistense. Criando espaços atrelados a criminalidade presentes nas sessões policiais dos jornais e outros somente a espaços de sociabilidade e diversão noturna, estampados nas sessões social, da cidade ou de publicidade do jornal. Esse tratamento diferenciado está relacionado aos seus frequentadores, a região que os estabelecimentos ocupavam e as relações dos proprietários e gerentes com pessoas que detinham poder político e econômico local.

Apontando assim a prostituição como um fenômeno complexo que envolve questões culturais, sociais e políticas. A análise apresentada parte da perspectiva no qual compreende que as zonas de prostituição, ao invés de serem espaços homogêneos e unificados, são ecossistemas complexos em que ocorrem várias formas de interação e poder.

#### **3.1 AS NOVAS ESPACIALIDADES: OS BARES-PROSTÍBULOS E AS BOATES**

A partir da década de 1970 Boa Vista experimentou um crescimento e uma urbanização significativos. De acordo com SILVA (2007), as intervenções governamentais na região

contribuíram para a consolidação de novas formas e funções urbanas, sendo que as mudanças na configuração do espaço foram resultado das novas relações políticas, sociais e econômicas. Este fato afetou diretamente na organização das zonas de prostituição boa-vistense.

Como explicitado no capítulo 2, Boa Vista apresenta nos anos finais do século XX estabelecimentos de prostituição distintos que, em alguns aspectos, configura uma espécie de baixo e médio meretrício. Os locais destinados para essa prática se concentraram principalmente em três regiões da cidade, no Bairro Caetano Filho, o chamado Beiral; na Avenida das Guianas; e nas proximidades da Avenida Ataíde Teive. Essas regiões apresentam o início da sua prática prostitucional em momentos diferentes, por conta da relação direta com o desenvolvimento espacial da cidade, entretanto, a partir da década de 1980 passam a existir concomitantemente e apresentarem uma ambiência muito característica em cada bairro.

Nas proximidades da rua Castelo Branco, no atual bairro Caetano Filho, conhecido popularmente como Beiral, situaram-se diversos bares-prostíbulo com estrutura rústica. Os nomes desses estabelecimentos geralmente iniciavam com a indicação “bar” e em seguida o nome do proprietário, mesmo que fossem locais de prostituição. Muitos dos bares da zona eram feitos de madeira, alguns não possuíam quartos e não eram propriamente prostíbulo, outros possuíam quartos rústicos no fundo para encontro das meretrizes e seus clientes. Por isso são entendidos neste trabalho como Bar-prostíbulo.

Possivelmente essa região tenha recebido parte dos antigos moradores da Zona do Morro quando estes foram retirados do centro da cidade, uma espécie de migração da prostituição na cidade. De acordo com Vale (2007), até 1970 a cidade crescia em torno do Centro histórico, com isso, a política de retirada da zona pioneira do centro da cidade tenha levado parte dela para o Caetano Filho, mais próximo e até então a margem do espaço urbano que se situava fora da área de interesse dos pensadores da nova cidade naquele momento. Esses bares-prostíbulo tinham como seus principais clientes agricultores, garimpeiros e trabalhadores braçais.

Falcão et al. (2011), ao analisar os dados da Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania – SEMGP (2009), relata que, no século XIX, os primeiros moradores da área conhecida como Beiral se dedicavam à criação de gado, agricultura de subsistência e pesca no rio Branco. A descoberta de minérios em Roraima impulsionou o processo de ocupação das margens do rio Branco, uma vez que garimpeiros desistiam da atividade e se mudavam para a capital, Boa Vista, se estabelecendo no Beiral. Com o tempo, as atividades econômicas desses moradores evoluíram e surgiram as primeiras olarias na região, o que deu origem à primeira denominação da área: Olaria. Entretanto, registros históricos da SEMGEP mostram que na década de 60 do século XX, o nome da região foi modificado para Francisco Caetano Filho em

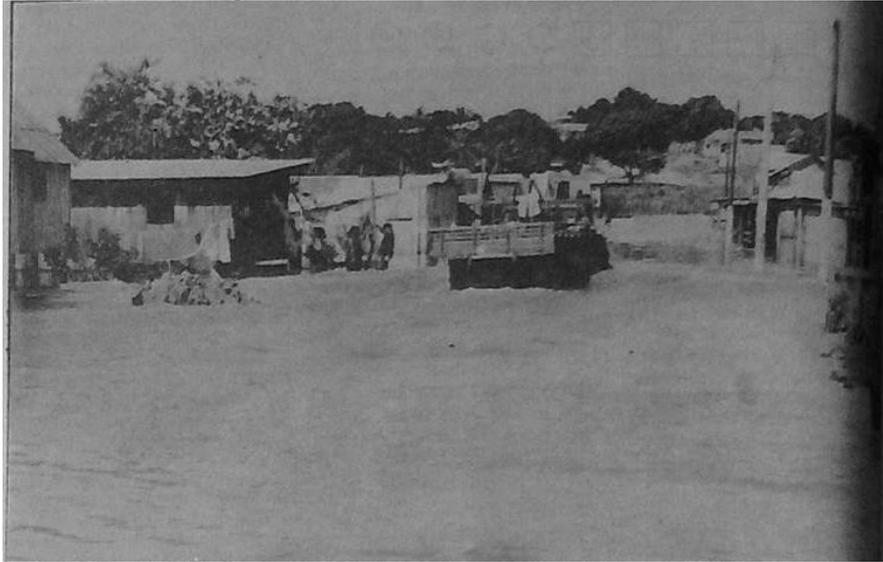
homenagem a um dos moradores que teve papel importante na história da localidade e que foi assassinado, em 1958, devido a suas posições políticas.

O bairro surge ainda nos primórdios da cidade marcado pela presença da classe trabalhadora e, partindo disso, vai se constituindo como reflexo das políticas urbanas segregacionistas. Santos (2008) destaca que a distribuição dos indivíduos na cidade é influenciada por sua classe social e poder aquisitivo, e, portanto, para aqueles sem acesso aos bens e serviços oferecidos na hierarquia urbana, a mobilidade ou imobilidade é condicionada tanto pelo lugar socioeconômico, quanto geográfico.

De fato, a partir das análises apresentadas por Veras (2009) e Silva (2012), é possível observar que as políticas urbanas em Boa Vista têm se desenvolvido de forma segregacionista. Henri Lefebvre (1999) argumenta que a segregação espacial é um processo inerente ao capitalismo e que as políticas públicas podem contribuir para fortalecer essa segregação. As políticas de planejamento urbano de Boa Vista muitas vezes favoreceram os interesses das elites, em detrimento dos interesses da população mais pobre. Isso pode levar à segregação de acesso aos sistemas públicos e de atividades culturais enquanto outras áreas são abandonadas e se tornam perigosas e desoladas.

No caso, o bairro Caetano Filho mesmo localizando-se na zona sul da cidade, nas proximidades de bairros nobres e do atual Centro da cidade, sofreu com falta de planejamento e de investimento nos espaços do bairro o que levou uma série de problemas sociais, como violência, exclusão social e precariedade das condições de vida. Os prostíbulos desta região refletiam toda essa conjuntura no qual o bairro estava imerso, com o agravante da condenação social da prática. A Figura 02 apresenta um exemplo da estrutura do bairro em 1991.

**Figura 2: Ruas do bairro Caetano Filho em 1991**



Fonte: Jornal Folha de Boa Vista, quarta-feira, 11 de julho de 1991, ano VII, edição 692, p. 4

Como podemos observar parte das ruas não eram asfaltadas e as construções habitacionais eram extremamente precários feitos a madeira. Os bares prostíbulos não eram a exceção, provavelmente muitos estabelecimentos eram ainda construídos a madeira, visto que, segundo Maia (2020), raras eram as habitações daquela região nesse período que seriam de alvenaria. Além disso, conforme descrição nos jornais, a organização interna dos estabelecimentos também era similar ao apresentado na zona pioneira, o Morro, bares de madeira com quartos ao fundo.

A notícia do Jornal Folha de Boa Vista no dia 6 de abril de 1986, sobre um crime de furto contra um agricultor na zona da Beiral, apresenta uma tática utilizada pelas prostitutas do Beiral para furtar os clientes. Após a realização do programa nos quartos ao fundo, o senhor teria ido para a pista de dança com uma outra prostituta, enquanto o comparsa dela, o seu marido, furtava o dinheiro da carteira do cliente.

Em outra notícia, já na década de 1990, do Jornal o Estado de Roraima do dia 10 de agosto de 1993, apresenta outra tática utilizada por essas mulheres e o reforço da organização interna dos espaços dessa região. A edição apresenta a denúncia do garimpeiro Francisco da Chagas Evangelista que teria sido assaltado por algumas mulheres no Bar do Antônio, na Castelo Branco. Na notícia o garimpeiro narra que teria ficado bebendo até as 2 horas da manhã, quando decidiu “se retirar para um lugar mais sussegado<sup>9</sup>, em companhia de uma mulher de nome Dete”. O garimpeiro alega que, ao chegar no quarto no fundo do bar, a mulher teria começado a “gritar desesperadamente como se alguém tivesse matando”, sem ele fazer nada, outra mulher

---

<sup>9</sup> Grafia do jornal.

entrou no quarto e começou a agredi-lo, o garçom do estabelecimento também teria adentrado para ajudar as moças, e o cliente “teve que sair correndo do local” sem o seu relógio que as mulheres teriam tomado. O Jornal afirma que policiais civis “garantem que este é um truque muito utilizado em certos locais de vida noturna” que visam “limpar os bolsos dos garimpeiros” (O Estado de Roraima, 10 de agosto de 1993, p. 12).

As duas notícias apontam que os bares-prostíbulo possuíam um local de socialização, mesa para beber e pista de dança, que eram os espaços para convivência entre clientes-prostitutas, e os quartos para realização dos programas que, possivelmente, também eram onde essas mulheres viviam. Observa-se que delimitação dos espaços e funções dentro do bar-prostíbulo do Beiral eram muito próximas daquelas existentes na antiga zona do Morro. Além disso, os jornais evidenciam que haviam alguns códigos de ação entre as prostitutas da região, que não se observam nas boates do bairro 13 de Setembro, a prática de alguns crimes de furto pelas prostitutas. Muito provavelmente porque isto faria com que essas boates pegassem “má fama” e afastariam os clientes endinheirados.

Foi no bairro 13 de Setembro, localizado na zona leste, que surgiram as primeiras boates de alvenaria da cidade. Segundo Vale (2007, p. 110) foi com a “construção das rodovias e de outras obras infraestruturais que surgiram os bairros de São Vicente, São Vicente Industrial e 13 de Setembro, ocupados pela população de poder aquisitivo baixo”. Conforme Silva et al (2014), o bairro leva esse nome porque o Território Federal do Rio Branco foi criado com o Decreto Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, e seria uma homenagem a data histórica.

Embora o bairro fosse ocupado para habitação de um grupo mais pobre da população, as boates que surgiram na década de 1970-1980 possuíam códigos internos próprios e contaram com a frequência de uma camada da população mais abastada. Ramos (2019), em seus estudos sobre a organização espacial de zonas de prostituição, aponta que essas áreas tendem a se localizar em bairros emergentes, onde há uma grande concentração de construções recentes e uma forte pressão imobiliária. Segundo a pesquisadora, isso ocorre porque esses bairros ainda estão em processo de formação e não possuem uma estrutura consolidada de equipamentos e serviços públicos, o que os torna mais experimentados para práticas como a prostituição.

A partir do Plano Diretor de 1991, houve a implementação das obras de urbanização em toda a cidade como asfaltamento de ruas e iluminação pública nas avenidas principais. Em 1994, a Avenida das Guianas, conforme a Figura 3, já tinha asfalto e os estabelecimentos eram de alvenaria, entretanto não havia iluminação pública.

**Figura 3: Imagem da Avenida das Guianas em 1994**



Fonte: Jornal Folha de Boa Vista 08,09 e 10 de janeiro de 1994 ano XI edição 01274 Pág. 05

Mesmo que as boates fossem marcadas pela presença de figuras ilustres da cidade, localizavam-se em um bairro emergente nos limites da cidade, como o 13 de setembro, porque a prática prostitucional não seria aceitável em bairros no qual seus clientes moravam, desvalorizariam os imóveis por ser uma prática moralmente não aceita. Além das questões simbólicas que dariam a esses clientes o desconforto de frequentarem esses ambientes a vista do seu núcleo social.

O processo de instalação desses estabelecimentos ocorre atrelado ao desenvolvimento da própria cidade, locais feitos de alvenaria em Boa Vista tornaram-se construções mais comuns nos fins dos anos 1980 e início de 1990. Acredita-se que as boates não tenham ligações diretas com resquícios da Zona do Morro, visto que as proprietárias desses estabelecimentos chegaram na cidade de Boa Vista na década de 1970/80, possivelmente não tiveram contato com a zona pioneira e começaram a formar suas “casas” principalmente na Avenida das Guianas, período no qual as práticas e espaços do Morro já teriam se diluído no Caetano Filho. Além disso, a estrutura em forma de boates teria uma inspiração em outras cidades, rompendo com os tipos de prostíbulos conhecidos na cidade até então. Nas boates mais famosas, geralmente figuravam

o termo "Drinks"<sup>10</sup>, palavra em inglês que significa "bebidas", para provavelmente atribuir a elas uma certa sofisticação.

O público das boates da Avenida das Guianas era na sua maioria políticos, jornalistas, empresários, policiais federais e tantos outros e, talvez por isso, esses locais marquem presença no jornal Folha de Boa Vista, na forma de propaganda do estabelecimento, ao contrário dos bares-prostíbulos do Beiral e da Avenida Ataíde Teive, que somente apareciam nas páginas policiais. Através das propagandas dessas boates nas páginas do jornal é possível perceber a organização desses espaços, conforme observamos as Figuras 04, 05, 06, 07 e 08.

**Figura 4: Propaganda da boate Privê Drink's no Jornal Folha de Boa Vista, 1992**



Fonte: Folha de Boa Vista, 18 de setembro de 1992 Ano IX Edição 00955 p. 11

Uma das primeiras boates a estampar propagandas no Jornal Folha de Boa Vista foi a Privê Drink's, em duas edições em meados do mês de setembro de 1992. Na imagem há desenhos de mulheres fazendo *strip-tease* e um destaque para a menção a shows eróticos tanto feminino quanto masculino, indicando que, possivelmente a casa não se restringia somente a prostituição feminina. Além disso, as mulheres da casa teriam origem do sul do país, corroborando a ideia de que as mulheres dessas boates fossem migrantes de várias regiões do país<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Geralmente, é usado para se referir a bebidas alcoólicas misturadas, como coquetéis, que podem ser servidas em bares, restaurantes, festas, entre outros lugares.

<sup>11</sup> Como podemos observar na Tabela 1, apresentada no Capítulo 2, a população da cidade cresceu bastante nas décadas de 1980/90, fruto do deslocamento de pessoas das áreas rurais para a capital, mas, principalmente pela migração, incentivada por vários aspectos, com destaque para o garimpo e a transformação do Território Federal de Roraima em estado. Ver: VERAS, 2009; VALE, 2014.

**Figura 5: Propaganda do evento “Bumbum de ouro”, na boate Nicash Drinks, 1994**



Fonte: Folha de Boa Vista 25 de janeiro de 1994 ano XI Edição 01284- Sessão policial, pág. 16

**Figura 6: Propaganda da “Noite da Eva”, na boate Nicash Drinks, 1994**



Fonte: Folha de Boa Vista 26 de janeiro de 1994 ano XI Edição 01285- Sessão esporte, pág. 14

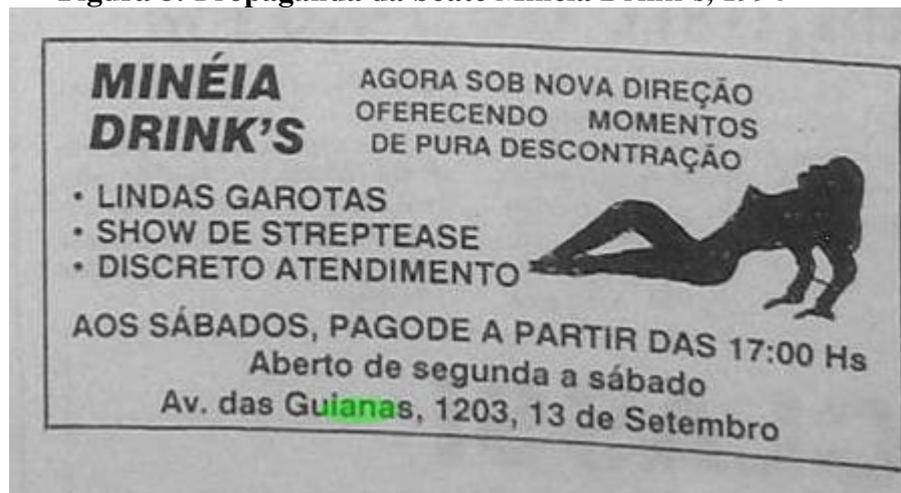
**Figura 7: Propaganda do Baile do Hawaí, na boate Nicash Drinks, 1994**



Fonte: Folha de Boa Vista 27 de janeiro de 1994 ano XI Edição 01286- Sessão esporte, pág. 14

As propagandas da boate Nicash Drinks estiveram nas edições do periódico entre os dias 25 e 27 de janeiro de 1994, aludindo eventos específicos e embora estampassem convites para festas temáticas ou concursos, a exposição de imagens de mulheres nuas ou seminuas em poses sensuais, justifica a frase/slogan da casa Nicash apresentada na Figura 5, “onde seu lazer é nosso prazer”. Além disso, revela a prática de realizarem bingos com as prostitutas como prêmio, por tudo isso demonstram que não havia nenhuma tentativa de esconder que essas eram boates de prostituição.

**Figura 8: Propaganda da boate Minéia Drink's, 1994**



Fonte: Jornal Folha de Boa Vista, sexta-feira 04 de novembro de 1994 ano XI Edição 01473 P. 6

Outra boate a fazer propaganda no mesmo jornal é a Minéia Drink's, sendo possível observar o oferecimento de um horário de funcionamento ainda no finalzinho da tarde, possivelmente para que funcionasse como *Happy Hour*. Aponta também que tinha música ao

vivo em dias da semana e show de *strip-tease*, evidenciando que a casa deveria ter um palco para essas apresentações. A imagem afirma que o atendimento era “discreto”, o que indica que os programas fossem feitos no próprio estabelecimento. Essa, assim como a propaganda da Privê Drink’s, não tem fotos reais, fazendo uso de um desenho sugestivo com a silhueta de uma mulher nua. A propaganda deste estabelecimento é recorrente no jornal, verificada seis vezes entre novembro de 1994 a maio de 1995.

Embora a boate Cassino Drink’s (Figura 09) não ficasse na área até aqui explicitada, é válido destacá-la por se localizar no centro da cidade, apontando que a prática da prostituição não teria sido totalmente extinta das áreas centrais após a retirada do Morro. Além disso, a organização da Cassino Drinks era similar a das boates da Avenida das Guianas, no 13 de setembro.

**Figura 9: Propaganda da boate Cassino Drink’s, 1994**

**BOITE CASSINO DRINKS**  
AV. CONSOLATA Nº 1313  
ANTIGO SENZALAS

NOVA DIREÇÃO  
- CONFIRA! -

SEXTA E SÁBADO  
BAILE DO CABIDE

LUGAR DE SAMBA E MULHER BONITA  
FREE LANCE  
Aberto diariamente das 14h às 03hs da manhã  
Criatividade é o que não falta na  
BOATE CASSINO DRINKS

SEX SHOP

AONDE VOCÊ TERÁ BELAS COMPANHIAS

- Som ao vivo
- Pista de dança
- Excelentes tira-gosto
- Bom atendimento

A MELHOR CASA NOTURNA  
DA CIDADE

Todas as noites show strip tease  
BELAS GAROTAS  
MULATAS - LOIRAS - MORENAS  
O oásis de tranquilidade e conforto  
num dos ponto mais requinte  
da cidade

VENHA CONHECER OS SEGREDOS  
DA BOATE CASSINO DRINKS

Fonte: Folha de Boa Vista 05 de junho de 1993 ano X Edição 01130- Sessão esporte, pág. 4

A propaganda contém uma série de informações, como os dias de funcionamento da boate, que seriam todos os dias da semana, o horário, que não se restringia a noite, abrindo as 14 horas da tarde, a organização interna com pista de dança, possivelmente um palco para cantores fazerem show ao vivo e para o *strip-tease* das “belas garotas”, “mulatas, loiras e morenas”. Além da descrição das mulheres da casa, demonstra haver uma ambiência de bar, com “tira gosto” e “música ao vivo” a propaganda deixa claro os serviços também prestados na

boate incluíam “mulher bonita free lance”, indício de que a casa aceitava a prostituição de mulheres de fora de seu elenco.

Observamos que as propagandas apareceram em períodos muito curtos até o ano de 1995, quando começam a surgir outros tipos de anúncios das Agências de Acompanhante, provavelmente em consequência da popularização dos telefones na cidade. Isso é mais um indício de que a forma como a prática da prostituição ocorre, se espacializa e se estrutura em Boa Vista está intrinsecamente relacionada a infraestrutura e a expansão da cidade.

O tratamento diferente do jornal destinado aos estabelecimentos do bairro 13 de Setembro pode se justificar pelos seus frequentadores, uma clientela mais abastada, o que pode contribuir para uma certa "tolerância" ou "aceitação" social da atividade. Uma das razões que justifique o tratamento policiaisco destinados aos estabelecimentos do baixo meretrício é o fato de que geralmente estes são pequenos e localizados em áreas mais pobres e menos visíveis da cidade, eles podem ser considerados mais compreensivos a atividades ilegais, como tráfico de drogas.

Como o caso dos bares-prostíbulos e boates da avenida Ataíde Teive nos bairros Liberdade, Asa Branca, surgem nas páginas dos jornais somente relacionadas a crimes de furtos, tráfico de drogas, perturbação a ordem e assassinatos. Assim como as regiões do Beiral, os estabelecimentos desses bairros serão frequentados por um grupo com menor poder aquisitivo, por conta também de seu processo de formação. A região da prostituição se espacializa nas margens daquela cidade, justamente nesses bairros que são fruto da ocupação humana desordenada, ou seja, bairros também sem estrutura.

Segundo Veras (2009), a cidade possui três espaços urbanos distintos: o arruamento histórico do núcleo embrionário, localizado às margens do rio Branco; o espaço definido no projeto urbanístico radial concêntrico de 1944; e a mancha urbana, que ultrapassou os limites do projeto inicial, a partir dos anos 1970 e se consolidou com a expansão urbana nas décadas seguintes, ocupando a Zona Oeste da cidade. A expansão da mancha urbana teve diversas consequências como “o impacto social na qualidade de vida da população e a formação de um cinturão de pobreza ao redor da cidade”. (CONCEIÇÃO, 2017, p. 66).

A cidade vai apresentando o desdobramento peculiar de um processo de reestruturação do espaço com a implantação de novos bairros no período que corresponde do início ao final da década de 1980, dentre eles o Bairro Liberdade e Asa Branca. Localidades essas que estarão concentradas no que o autor supracitado define como “cinturão de pobreza” da cidade, justamente por concentrar um grupo populacional com baixo poder aquisitivo, que chegam à cidade pelos motivos já apresentados anteriormente, os processos migratórios inter-regionais

atrelado ao garimpo, ao fracasso das políticas de ocupação nos assentamentos e a migração induzida pelo poder público para fins eleitoreiros.

A partir da década de 1980, nessa região surgem, junto com a formação dos bairros, estabelecimentos destinados para a prostituição. Entretanto, esse espaço apresenta uma característica singular que reflete o momento da cidade, existiam tanto bares-prostíbulo com organização similar ao do Morro e do Beiral, alguns construídos a alvenaria, quanto algumas boates aos moldes das encontradas no bairro 13 de Setembro. Ao longo da Avenida Ataíde Teive e proximidades, tinham tanto as chamadas *boites*, como a Amores, Boate do Baiano, Boite Globo de Ouro, quanto os estabelecimentos com título de bar como o Bar do Seu Raimundo ou o Bar da Viúva, ambos no bairro Liberdade.

Isso aponta que a cidade que surge para além da Avenida Venezuela, vai desenvolver tipos de estabelecimentos para prostituição que mesclam as formas apresentadas pelas zonas anteriores a sua existência. Embora se desenvolva numa região de “pobreza” e carregue consigo a repressão destinada para controlar esses espaços, a região do bairro Liberdade, Asa Branca e posteriormente Caimbé, na Zona Oeste, concentrarão grande parte dos empreendimentos voltados para prostituição de baixo meretrício da cidade de Boa Vista até o século XXI. É válido ressaltar que a prática da prostituição não se restringe as essas 3 regiões da cidade, entretanto, são nesses locais que se observa uma maior concentração de tipos específicos de ambientes da prostituição na década de 1980-90.

Santos Júnior (2011; 2014) em suas pesquisas, destaca a importância do contexto histórico e social para compreender a dinâmica da prostituição na região amazônica. O historiador afirma que as prostitutas consideradas de luxo recebem um tratamento melhor por parte da sociedade e das autoridades em relação às prostitutas do baixo meretrício. Ele destaca que isso ocorre devido à ideia de que a prostituição de luxo é destinada a uma clientela específica privilegiada socialmente, enquanto a prostituição do baixo meretrício é estigmatizada e associada à pobreza e à marginalidade. O autor argumenta que essa visão distorcida da prostituição contribui para a manutenção das desigualdades sociais e para a exploração das mulheres que se dedicam a essa atividade, especialmente aquelas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, no baixo meretrício.

Como já observado, a estrutura da cidade não desenvolve nesse período um tipo de prostituição que possa ser classificada de “luxo”, entretanto, as boates do 13 de Setembro serão observadas, dentro da hierarquia do meretrício apresentada ao longo desse trabalho, acima da que se desenvolve no Bairro Caetano Filho e da Região da Zona Oeste, mais por conta da sua clientela do que propriamente da região em que se espacializa visto que todas as regiões

mencionadas serão habitadas por um grupo de pessoas de baixo poder aquisitivo. Além disso, observa-se que, quanto mais a cidade cresce mais locais de prostituição vão surgindo, acompanhando esse desenvolvimento e produzindo uma prostituição *a lá* Boa Vista.

### 3.2 A ORGANIZAÇÃO DA ECOLOGIA PROSTITUCIONAL BOA-VISTENSE

Quando estudamos a Boa Vista a partir da segunda metade do século XX, o caráter dinâmico e transformador das áreas fronteiriças se expressa sobremaneira na formação dos espaços da prostituição desse período, assim como nas modificações que apresenta nas décadas seguintes e na atualidade. Como constatou Oliveira (2020), as políticas urbanas vão interferir diretamente não só na desapropriação da Zona do Morro, na década de 1950, como configuram um novo panorama social para a cidade, de modo a ser perceptível nos novos estabelecimentos e seus códigos internos que surgem a partir da década de 1970.

Conforme a expansão física e populacional de Boa Vista, as zonas vão sendo relocadas para regiões às margens dessa nova cidade e absorvem os novos modos sociais citadinos. Nessa conjuntura, a prostituição se apresenta enquanto um fenômeno social, e, têm em seus espaços os reflexos de códigos sociais da cidade em que se especializa, ao mesmo tempo que produz regras muito particulares. Silva (2002) destaca que a prostituição é uma prática social que muitas vezes é invisibilizada e ocultada pelas autoridades e pelos habitantes das cidades, mas que ainda assim se faz presente no espaço urbano.

Partindo da compreensão de Espinheira (1984), a espacialização da prática e todo esse aparato serão aqui entendidos como a ecologia da prostituição. Esta dinâmica é um sistema complexo de relações entre prostitutas, clientes, cafetões, policiais e outros agentes envolvidos nessa indústria, podendo ser um sistema dinâmico, em que as relações entre os diferentes agentes mudam ao longo do tempo e são afetadas por vários fatores, incluindo mudanças na legislação, ação policial, mudanças sociais e econômicas e outros fatores externos (ESPINHEIRA, 1984).

Silva (2002; 2012) aponta que as atividades de prostituição se concentram em determinados espaços urbanos, que se tornam zonas de prostituição. Embora a terminologia “zona” nos conceitos geográficos esteja relacionada a delimitação territorial, popularmente vai adquirindo uma definição relacionado a desorganização, ausência de ordem. Desse modo, os discursos estigmatizadores produzidos sobre as zonas de prostituição tornam-nas locais de “bagunça”, justamente o oposto do que esses espaços são. As zonas de prostituição são marcadas por uma série de regras e normas informais que regulam o comportamento dos agentes envolvidos

Miguel Angelo Ribeiro (2002), geógrafo referência nos estudos da geografia da sexualidade, argumenta que a territorialidade da prostituição se dá por meio da criação de um espaço simbólico próprio, que é construído pelos agentes envolvidos nessa atividade. Esse espaço simbólico é marcado por regras e normas que regulam a circulação de pessoas e o comportamento dos agentes envolvidos na prática de prostituição.

Como já mencionado anteriormente, na cidade de Boa Vista a prostituição vai ocorrer todo o século XX na sua grande maioria em espaços privados e fechados, com os bares-prostíbulos e as boates. Os espaços de prostituição fechados e privados “são uma realidade presente na prostituição, oferecendo certa segurança e controle para as prostitutas, mas também sofrendo com a repressão e estigmatização social.” (RIBEIRO, OLIVEIRA, 2012, p. 66). Esses locais oferecem certa segurança para as prostitutas, já que permitem o controle da entrada e saída de clientes e reduzem os riscos de violência ou exploração por parte dos clientes, pois geralmente esses espaços possuíam seguranças ou porteiros que auxiliavam na manutenção da ordem. O que não significa dizer que as prostitutas não sejam exploradas visto que para trabalharem nesses locais precisa negociar parte dos seus lucros com a cafetina ou cafetão, proprietários ou gerentes da boate.

As obras *Do Cabaré ao Lar: a Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil 1890-1930* e *Os Prazeres da Noite*, ambas de autoria da historiadora Margareth Rago (1985;1991), abordam em vários momentos a organização das casas de prostituição paulistas na década de 1920 e as regras que as regiam. De acordo com autora, as casas de prostituição, também conhecidas como bordéis ou cabarés, eram locais que tinham suas próprias normas e regulamentos para manter o funcionamento dos serviços oferecidos.

Além do trabalho historiográfico de Rago, temos outros estudos importantes sobre prostituição no Brasil na perspectiva antropológica como os de Ariento (1989), Gaspar (1985), Perlongher (1987), Freitas (1985) e de geógrafos como Ribeiro e Oliveira (2012) e Mattos (2002; 2012) que definem as regras que estabelecem uma ordem no espaço e nas relações entre as pessoas presentes em estabelecimentos que praticam a prostituição do tipo fechada nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais . Fazendo um compilado das regras que permeiam esses locais a partir dos trabalhos supramencionados, temos as seguintes:

- Normas de higiene: as casas de prostituição eram obrigadas a cumprir as normas de higiene para evitar a propagação de doenças sexualmente transmissíveis, que poderiam prejudicar a saúde das prostitutas e de seus clientes. Por isso, as prostitutas eram submetidas a exames médicos frequentes e eram proibidas de trabalhar se fossem diagnosticadas com alguma doença.

- Comportamento das prostitutas: as prostitutas eram orientadas a seguir um comportamento adequado durante o trabalho, evitando comportamentos violentos ou desrespeitosos com os clientes. Havia a proibição de relacionamentos afetivos com clientes e elas eram incentivadas a usar roupas limpas, atraentes e a se maquiar, como forma de agradar aos clientes. As prostitutas eram obrigadas a seguir uma série de regras de comportamento, tais como a proibição de brigas entre elas, o respeito aos clientes.

- A utilização de códigos e simbologias para indicar a disponibilidade das prostitutas e seus serviços, como por exemplo o uso de um colar de determinada cor ou o posicionamento de uma cadeira em frente ao quarto.

- Controle da entrada e saída dos clientes: os bordéis são espaços fechados, com um controle rígido da entrada e saída dos clientes. Para entrar, era necessário pagar uma taxa ou uma quantia pré-determinada. As prostitutas também tinham o direito de recusar clientes que elas considerassem indesejáveis ou que não pagassem o valor acordado.

- Proibição de relações sexuais sem pagamento: as casas de prostituição eram estabelecimentos comerciais, e por isso o sexo sem pagamento era proibido. As prostitutas eram orientadas a não se envolverem em relações amorosas ou afetivas com os clientes, para evitar prejuízos financeiros.

- Organização das próprias prostitutas em relação às hierarquias internas do bordel: dentro das casas de prostituição, havia uma hierarquia estabelecida entre as prostitutas, que variava de acordo com a experiência, beleza, elegância e outras características valorizadas pelos clientes. Essa hierarquia poderia influenciar no preço dos serviços e na escolha dos clientes. As prostitutas mais experientes geralmente ocupavam os melhores quartos e tinham preferência na escolha dos clientes. Além disso, as prostitutas também tinham o direito de se reunir e discutir questões relacionadas ao trabalho e à vida pessoal, como forma de apoio mútuo.

Conforme algumas notícias dos jornais da época, os estabelecimentos da ecologia da prostituição boa-vistense da década de 1970-80 e 90 apresentam algumas similaridades a essas descritas nas áreas de prostituição das metrópoles sudestinas.

No tocante a utilização de preservativos, durante a década de 1980, com a eclosão da AIDS, as prostitutas tornaram-se alvo de políticas públicas para informações e prevenção da doença em todo o país. Em Boa Vista, essas políticas se concentravam principalmente, na distribuição de preservativos em motéis, visitas regulares em algumas boates da cidade e na realização de exames periódicos para detecção do HIV. A edição do jornal *Folha de Boa Vista* referentes aos dias 11,12 e 13 de janeiro de 1992 apresenta uma das ações conjuntas das Secretarias de Saúde do Estado e do município que tinham distribuídos cerca de 3 mil

camisinhas nas “boites” e motéis da cidade. A reportagem teria acompanhado as equipes em alguns motéis e nos “bordéis mais conhecidos como Minéia e Privê”. Segundo o jornal, a média de idade das mulheres nessas boates era de 20 anos e que a segurança era “palavra de ordem” nesses estabelecimentos.

De acordo com uma da prostituta, que pediu para não ser identificada, todas as “meninas” que trabalhavam junto com ela só transavam se fosse com camisinha. Não fica claro o nome da boate em que ela trabalhava, entretanto, a reportagem esclarece que os preservativos eram distribuídos gratuitamente na boate Privê e vendido na boate Minéia. Fato que, segundo especialista consultado pelo jornal, dificultava o uso da camisinha visto que muitos clientes se recusavam a usar, principalmente, a comprar a preços elevados, no caso, a unidade era mil cruzeiros.

Com relação aos exames para detecção do HIV, o jornal explicita que “as damas da noite” sempre o realizam em intervalo de dois e dois meses”. Não há relatos se essa era uma regra imposta pelas cafetinas dos estabelecimentos e muito menos o que aconteceria com as mulheres que fossem diagnosticadas com alguma doença. Percebe-se que havia um cuidado das prostitutas dessas boates que se localizavam na Avenida 13 de setembro, mas em nenhum momento, seja dessa reportagem ou de outras que são citadas tanto no jornal *Folha de Boa Vista* quanto dos demais jornais aqui pesquisados, a presença dessas equipes nos bares-prostíbulo nos arredores da rua Castelo Branco, no bairro Beiral ou daqueles que se localizavam nas proximidades da Avenida Ataíde Teive entre os bairros Liberdade, Asa Branca e Caimbé. O que acarretaria na concentração da efetivação dessas políticas públicas em regiões que possivelmente fossem frequentados por um grupo social mais abastado. Possivelmente não havia uma preocupação com a prostituta em si, mas com a imagem do estabelecimento e sua clientela.

A antropóloga Elisiane Pasini (2000; 2001) realizou pesquisas sobre a relação entre a epidemia de HIV/AIDS e a prostituição. Em suas análises, Pasini argumenta que a disseminação do vírus na população de trabalhadoras sexuais esteve diretamente relacionada às condições sociais e econômicas que cercavam essa atividade. Segundo ela, a precariedade do trabalho das prostitutas, a falta de acesso a informações e serviços de saúde adequados e a estigmatização social em relação à prostituição foram fatores que contribuíram para a propagação da doença nesse grupo.

Com relação ao comportamento das prostitutas, era comum que elas oferecessem bebidas aos clientes como uma estratégia para prolongar o tempo de permanência e aumentar a possibilidade da efetivação do programa. A exemplo dessa prática, a notícia do Jornal Folha

de Boa Vista do dia 6 de abril de 1986, com o título o “Velho foi dançar com a dama no beiral e ‘dançou’”, relata que um agricultor chamado Danquino Simpício teria ido dar uma “voltinha no Beiral”, referindo-se aos prostíbulo da rua Castelo Branco, e lá conheceu uma “dama<sup>12</sup>” que respondia pelo apelido de “Sanfona”. Os dois teriam passado algum tempo no salão de dança tomando cerveja e posteriormente ido para o quarto do estabelecimento, efetivar os acordos previamente definidos. Ao retornar, o senhor teria sido abordado por outra prostituta de apelido “Beleza Pura” que o “tirou” para uma dança. Por fim, ao pagar a conta percebeu que havia sido roubado.

Embora a notícia fosse para relatar o crime de furto, é possível perceber alguns aspectos da dinâmica prostitucional da cidade, como por exemplo, o uso de apelidos ou “nome de guerra” pelas prostitutas. Geralmente esses nomes têm alguma relação com características físicas da prostituta. O significado dos nomes apresentados nos jornais é desconhecido visto que não se apresentou nas fontes aqui analisadas. Conforme Piscitelli (2005), é comum que mulheres que trabalham na prostituição escolham nomes de "batalha" com o intuito de esconder suas identidades ou por terem nomes que não "chamem a atenção" no meio, nomes muito complexos e que não sejam considerados atraentes. Em confluência com a autora, Monique Prado (2018) afirma que esse mecanismo é uma forma de esconder a verdadeira identidade, visto que a atividade que exercem as colocam como clandestinas e, por isso, devam viver às sombras, apesar destas estarem em todos os espaços físicos.

Para Costa (2018) a utilização por parte da prostituta de codinomes diferentes do seu nome de registro está relacionada à construção de uma persona que as distancie da sua vida cotidiana e familiar, que pode ser permeada por preconceitos e julgamentos. Ao adotar um nome fictício, a prostituta pode se sentir mais livre para se expressar e se comportar de maneira que não é possível na sua vida fora da prostituição. Outra razão para o uso de nomes fictícios é a possibilidade de as prostitutas mudarem sua identidade quando decidem abandonar a prostituição, evitando assim o estigma e a discriminação em sua vida futura. De todo modo, ao longo de várias notícias do Jornal Folha de Boa Vista aparecem prostitutas utilizando o nome de “batalha” não só nos bares-prostíbulo como também nas boates do 13 de Setembro.

Além disso, é possível perceber que a relação das prostitutas com o cliente não cessava após a ida aos quartos, elas continuavam a socializar no salão de dança acompanhando os clientes no consumo de bebidas, muito provavelmente fosse uma tática do proprietário do local. Segundo Gabriela Leite (2009), ao longo de sua passagem pela Vila Mimosa, zona de

---

<sup>12</sup> O termo é utilizado pelo jornal para se referir a terminologia “dama da noite” comumente utilizado como sinônimo de prostituta.

prostituição do Rio de Janeiro, era comum em alguns estabelecimentos que as prostitutas oferecessem bebidas aos clientes. Em muitos casos, os próprios donos dos estabelecimentos incentivam a venda de bebidas, já que essa era uma fonte de renda adicional.

A ação de oferecer bebidas também fazia parte dos códigos e símbolos da disponibilidade das prostitutas nas boates do bairro 13 de setembro. Júnior Brasil Xaud publicou no seu blog semanal hospedado no site de notícias local chamado “Portal 28”, algumas lembranças pessoais vivenciadas junto a Leidimar Silva, popularmente conhecida como Minéia, proprietária da famosa boate Mineia Drink’s. Xaud (2023) afirma que as prostitutas da boate serviam as bebidas aos frequentadores “distribuindo também um chamego cá, um carinho mais afoito ali”, como formas de chamar atenção dos clientes e garantir o programa.

Outra prática social atrelada ao território da prostituição é a negociação dos serviços sexuais, o chamado “programa”. Como a decisão de contratar os serviços de uma prostituta é sempre do cliente, Prado (2016) afirma que elas sempre usam várias táticas para procurar se destacar como usar roupas provocantes, maquiagem carregada, danças sensuais, aproximação e também o flerte com os clientes, uma conversa descontraída com o intuito de conquistá-lo.

De acordo com Costa (2018), a negociação dos serviços sexuais de uma prostituta envolve uma série de códigos e normas específicos. Uma das principais características da negociação é a utilização de uma linguagem simbólica, que permite aos clientes e prostitutas negociarem os serviços sexuais muitas vezes de forma discreta e velada. Essa linguagem inclui o uso de eufemismos e metáforas, que permitem aos clientes indicarem seus desejos e às prostitutas oferecerem seus serviços de forma sutil.

Conforme Freitas (1985), o preço dos serviços sexuais é determinado de forma negociada, e pode variar de acordo com diversos fatores, como o tempo de serviço, o tipo de prática sexual oferecida e a demanda dos clientes. A exemplo disso, a edição do Jornal Folha de Boa Vista referente aos dias 13, 14 e 15 de agosto de 1994, no qual a viúva pede elucidação do assassinato do seu marido, Wilian Monteiro, dono da loja Pofeno, que tinha morrido em 13 de agosto de 1993. Ele estava na boate Playboy onde teria sido atingido por uma faca, ele teria combinado de passar a noite na boate com uma garota de programa identificada por “Eliane” que trabalhava na boate Nicash.

A notícia mostra que as prostitutas podiam sair da boate para realizarem programas em outros lugares, inclusive acompanhar os clientes nas danceterias da cidade como no caso mencionado, apontando que provavelmente essa saída custaria um valor maior visto que passar a noite fora requeria da prostituta abdicar de outros programas que poderia fazer na noite. É comum que os clientes tentem barganhar o preço dos serviços, enquanto as prostitutas procuram

maximizar seus ganhos. Desse modo, as prostitutas desenvolvem habilidades sociais específicas para lidar com os clientes e negociar os serviços sexuais. Essas habilidades incluem a capacidade de escutar e compreender as necessidades do cliente, bem como a habilidade de se comunicar de forma eficaz e persuasiva.

Gabriela Leite (2009) defendia que a chave para conquistar o cliente era o diálogo e o estabelecimento de uma relação de confiança. Ela destacava a importância de uma boa conversa, do bom humor e da empatia para criar um ambiente acolhedor e propício à contratação dos serviços sexuais. Além disso, ela enfatizava que era importante estabelecer limites claros e deixando evidente para o cliente o que era permitido e o que não era, para evitar conflitos e garantir a segurança de ambas as partes.

Entretanto, essa autonomia e segurança descrita por Leite não é uma constante em todos os ambientes de prostituição. No caso de Boa Vista, aquelas mulheres que trabalhavam em algumas boates como a Minéia Drink's, Nicash Drink's e a Privê Drink's mesmo nesses locais considerados "seguros" por ter porteiros e uma estrutura um pouco mais privativa, sofriam transgressões nos acordos do programa por parte dos clientes. Esses ambientes eram palcos para muitas confusões que contavam frequentemente com a presença homens que adentravam armados e acabavam agredindo algumas prostitutas quando contrariado.

O Jornal Folha de Boa Vista apresenta duas ocorrências que retratam a violência do cliente contra a prostituta em diferentes estabelecimentos. Na edição de 08 de fevereiro de 1985, as páginas policiais do jornal retratam o assassinato de um garçom na boate Amores, localizada na Avenida Ataíde Teive, no bairro Liberdade, teria começado uma briga generalizada quando o cliente agrediu uma das prostitutas da boate e o garçom interviu a favor da moça violentada. Essa briga teria causado a morte do garçom que foi atingido por diversos tiros pelo cliente descontrolado.

Já na edição de 25 de maio de 1994 do mesmo jornal, apresenta a confusão entre um policial e um garimpeiro que também acabou em assassinato. O desentendimento teria começado na boate "Nicash", localizada na Avenida das Guianas-Bairro 13 de Setembro, quando o garimpeiro teria dado um tapa no rosto de um das garotas de programa. Essa agressão teria deixado o policial revoltado, que mesmo a paisana, teria saído do estabelecimento junto do garimpeiro para revistá-lo e posteriormente, segundo testemunhas, ele teria disparado alguns tiros contra o garimpeiro. As manchetes não informam o motivo das agressões mas revelam a relação violenta das prostitutas com alguns clientes, no qual a negociação do serviço nem sempre ocorre de maneira tão bem delimitada e segura para as mulheres.

Desse modo, a autonomia dos corpos femininos pode ser afetada quando as prostitutas se negam a fazer o que o cliente quer, já que muitas vezes elas estão em uma posição vulnerável e subordinada dentro dessa relação comercial. Quando o cliente assume o papel de quem detém o poder e as decisões, a mulher pode ser forçada a realizar práticas sexuais que não deseja ou mesmo sofrer violência física e psicológica para atender às expectativas do cliente. Essa dinâmica pode ser ainda mais complicada em ambientes onde a prostituição é criminalizada, no caso da região do Beiral e da Avenida Ataíde Teive, já que as prostitutas podem ficar mais expostas a abusos por parte dos clientes e das autoridades.

Outro caso que mostra a violência de clientes e dos cafetãs contra a prostituta é a apresentada pela jornalista Valdeiza Gomes, em reportagem para o Jornal Folha de Boa Vista em 29 de outubro de 1992. Ela descreve os relatos de menores que reclamam de maus tratos dos clientes e abusos dos donos de bares-prostíbulo do Caetano Filho, o Beiral. A reportagem aparece na capa da edição como manchete principal e é descrito com detalhes nas páginas policiais. Ao longo do texto é produzido a ideia de que nessa região estariam um grande número de meninas a partir de 12 anos, sujeitas a situações de exploração extrema no qual não se apresentaria em outras áreas de prostituição da cidade.

**Figura 10: Manchete de capa sobre a presença de menores em bares/prostíbulo do bairro Caetano Filho, o Beiral**



Fonte: Folha de Boa Vista, quinta-feira 29 de outubro de 1992 ano X Edição 00983, pág. 1

Gomes apresenta o relato de duas jovens de 17 e 15 anos, ambas têm os nomes protegidos por serem menores de idade. N.S.A. de 17 anos morava no bar em que trabalhava a cerca de 4 anos, ou seja, teria iniciado a vida aos 13. Relata que já foi agredida após a negativa ao pedido

do cliente que queria “fazer tudo<sup>13</sup>”. Analfabeta, a menor detalha que bebe cerca de 10 cervejas por noite com acompanhantes e que não faz uso de drogas. Afirma também fazer em média de três programas por noite e que finaliza as três da madrugada quando vai dormir, pois no dia seguinte precisa acordar cedo para fazer a limpeza do bar.

A adolescente não tinha acesso aos seus ganhos, ela informa que o dinheiro que ganhava dos programas era “guardado em poder do dono do estabelecimento onde “trabalha””. Provavelmente trabalhava por comida/moradia e fosse enganada pelo proprietário do lugar, uma vez que Leite (2009) esclarece que “guardar” dinheiro da prostituta é uma tática comum do gigolô, que faz a mulher acreditar que está cuidando e ajudando quando na verdade explora, principalmente mulheres jovens.

A outra jovem de 15 anos, morava/trabalhava no mesmo bar-prostíbulo. Ela era do Bonfim, município a 124 km de Boa Vista, teria sido levada ao bar pela sua irmã mais velha para que “ganhasse dinheiro”. Não há informações se teria sido vendida pela irmã para o dono do bar, se seu dinheiro dos programas era enviado para sua irmã ou ficava com o dono do estabelecimento. Segundo a jovem, o seu programa era no valor de 50 mil cruzeiros e que teria sido agredida por um cliente que queria pagar somente 15 mil cruzeiros, ou seja, bem menos que a metade do programa que havia previamente definido.

Os relatos dessas jovens prostitutas apresentam uma série de características que corroboram com o que foi mencionado anteriormente, como a estrutura do estabelecimento da região do Beiral, a relação de sociabilidade com o cliente que envolve ingerir bebidas alcoólicas, violência da relação entre cliente-prostituta e cafetão-prostituta e a moradia delas no mesmo quarto que fazem os programas. Mas a notícia também insere novas perspectivas dessa mulher prostituta das zonas boa-vistense, a sua origem vinda de outro município do estado e a questão da exploração sexual, fato que se apresenta também nas boates do 13 de Setembro e na zona oeste da cidade.

A notícia fala ainda que a prática de menores sendo prostitutas seria comum nos bares e casas noturnas da cidade pois “esses seriam protegidos da lei caso cometessem algum delito”. A reportagem aponta que nos prostíbulo do Caetano Filho, existem menores a partir de 12 anos que sofrem agressões físicas dos clientes e seriam exploradas pelos donos dos bares, fazem uso de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas além de se prostituírem. As duas adolescentes afirmam que a noite, a presença de menores para se prostituírem na região é alta, e que isso não se

---

<sup>13</sup> Nos códigos dos acordos descritos por prostitutas como Monique Prado, Gabriela Leite, Lourdes Barreto “fazer tudo” significa a realização do sexo oral, vaginal e anal. Cada serviço teria um valor e fazer todos geralmente tem um preço mais elevado.

restringiria somente ao Beiral, mas como em toda a cidade os “bares e casas noturnas exploravam menores sem restrição” pois seria uma forma de “chamarem a atenção dos clientes”.

No que diz respeito às emoções sexuais dos homens em relação às prostitutas, é importante considerar que a prostituição é uma atividade que envolve poder, dinheiro e vulnerabilidade. Pateman (1993) argumenta que os homens que compram serviços sexuais experimentam um sentimento de poder sobre as mulheres, que são vistas como objetos disponíveis para a satisfação masculina. Ela afirma que essa relação sexual é baseada na dominação masculina e na submissão feminina, e que o dinheiro que o homem paga pela prostituição é uma expressão desse poder. Em confluência com Pateman, Dias (2017) expõe que prostitutas jovens e inexperientes são mais dóceis e fáceis de serem controladas, o que pode ser um atrativo para homens que desejam exercer poder sobre outras pessoas.

Corroborando com a ideia de busca sexual por mulheres jovens, Naomi Wolf (2020) argumenta em seu livro *O mito da beleza*, que a cultura da beleza e da juventude feminina pode afetar o desejo sexual masculino, já que os homens são socializados para defender a juventude e a beleza feminina. De acordo com a autora, essa valorização pode levar os homens a associar a juventude feminina ao desejo sexual e a buscar parceiras mais jovens. Ou seja, as construções desses padrões sociais levam homens a procurarem essa juventude atrelada a sexualidade nas jovens das zonas de prostituição.

Outro caso de exploração de menores é denunciado na boate Privê, no bairro 13 de Setembro, no Jornal Folha de Boa Vista nos anos seguintes, figura 11.

**Figura 11: Manchete do Jornal Folha de Boa Vista sobre esquema de exploração de menores na boate Privê.**



Fonte: Folha de Boa Vista, 22 de setembro de 1993 ano X Edição 1204 pág. 14

O fato é anunciado em um pequeno espaço da capa e os detalhes são expostos na página 14, na sessão policial. A notícia apresenta a denúncia de três jovens manauaras realizada no 1º Distrito Policial de Boa Vista contra Nilva Nascimento, dona de algumas “casas” na cidade, dentre elas o Privê Drink’s<sup>14</sup>. Guiomar Roseane Belém da Silva e Elizabeth Silva Ramos, ambas com 18 anos e uma menor de 17 anos, acusavam a proprietária da boate de trazer para Boa Vista “estudantes amazonenses para trabalharem como garota de programa e manter duas menores em cárcere privado”.

As jovens afirmaram na polícia que, ainda em Manaus, duas delas teriam sido “contratadas” para dançar numa escola de samba e a outra para fazer massagem em Boa Vista. No acordo do trabalho, provavelmente feito oralmente, as passagens aéreas seriam pagas pela contratante. Ao chegarem em Boa Vista, na sexta dia 17 de setembro de 1993, foram informadas que deveriam trabalhar como garotas de programa e ao discordarem, teriam sido coagidas a pagarem as passagens. Além disso, Guimar e Elizabeth afirmaram à polícia que Nilva mantinha “em cárcere privado duas menores de 13 e 15 anos”.

O livro *Prostituição à brasileira* de José Carlos Meihy (2015), explica o sistema utilizado por cafetãs e cafetinas que deixa a prostituta dependentes dos seus exploradores através de um mecanismo conhecido como "dívida". A cafetina fornece à prostituta uma série de serviços, como acomodação, alimentação, roupas e outros itens necessários para o trabalho e sobrevivência delas. Esses serviços são cobrados da prostituta a preços elevados, muitas vezes com juros exorbitantes. A prostituta é então forçada a trabalhar para pagar a dívida que contraiu com a cafetina. Muitas vezes, como no caso mencionado na notícia, essa dívida vai ser adquirida sem conhecimento prévio da prostituta já que eram interceptadas por agenciadores com propostas para falsos empregos de massagistas, modelo, dançarina em outra cidade.

A cafetina da boate Privê, em resposta ao jornal, tenta demonstrar que todo o processo descrito pelas jovens era legal, que elas ficavam cientes, no momento da contratação, do que se referia o trabalho e que a despesa das passagens, em média 11 mil e 500 cruzeiros reais cada, seriam pagas por elas através de trabalhos quando chegassem a boate. Fato que, para a cafetina, seria fácil visto que, dependendo do cliente, um programa atingiria cerca de 5 mil cruzeiros reais. Demonstrou ainda ser comum “mandar buscar” em Manaus garotas que ao chegarem, elas teriam o prazo de 40 dias para quitar a dívida das suas passagens.

Ainda tentando demonstrar ares de legalidade a sua prática, Nilva Nascimento afirma que no período da entrevista tinha 17 mulheres trabalhando em suas casas noturnas, nenhuma menor

---

<sup>14</sup> Como mencionado anteriormente, é uma das boates da Avenida das Guianas, Bairro 13 de Setembro.

de idade, e que fornecia moradia, alimentação e elas não tinham a obrigação em ingerir bebidas alcoólicas. Entretanto, não deixa claro se os custos com a hospedagem eram gratuitos ou anexada a dívida inicial da prostituta. Justificou-se ainda dizendo que trabalhava há seis anos no ramo “sem nenhum problema” justamente por não contratar menores, e assim que soube que havia uma entre as três denunciadas recém-chegadas, mandou-as embora. A todo momento a proprietária coloca-se como a vítima e as moças que a acusavam como as criminosas, ao afirmar que as jovens estavam mentindo como uma tentativa de se livrar da acusação do roubo de 100 dólares pertencentes a uma das “garotas da casa”. As denunciadas não foram encontradas pela reportagem, não se tem informações posteriores do que aconteceu com elas, se ficaram em Boa Vista ou retornaram para a cidade natal.

É importante destacar que, no caso das boates de Boa Vista, as mulheres vítimas que frequentemente estamparam as denúncias nos jornais, eram de origem da capital amazonense, Manaus. O que aponta uma rede de agentes em ação para captação de mulheres, principalmente menores, para prostíbulos tanto boa-vistenses quanto manauara, já que também constam manchetes denunciando tráfico de menores no eixo Boa Vista-Manaus. A exemplo, cerca de um ano antes das denúncias na boate Privê Drink’s o Jornal Folha de Boa Vista referente aos dias 25, 26 e 27 de julho de 1992 estampa em sua capa a investigação policial de um possível crime do que classifica “tráfico de brancas”, conforme figura 12.

**Figura 12: Manchete sobre esquema de tráfico de menores boa-vistenses para Manaus.**



Fonte: Folha de Boa Vista, quinta-feira 25, 26 e 27 de julho de 1992 ano IX Edição 00917 pág. 12

A Manchete de capa denuncia uma possível rede de exploração de menores de idade roraimenses para prostíbulos em Manaus. Os detalhes da denúncia estão na página policial com foto de uma mãe que procurava por sua filha de 16 anos há 2 semanas. Segundo a reportagem, donas de prostíbulos em Manaus vinham a Boa Vista com propostas de emprego para meninas que acreditavam e iam enganadas. O jornal chama essas mulheres de “traficante de escravas brancas”. Havia então um *modus operandi* desses agenciadores que agiam nos moldes do que apresentado no caso da boate Privê.

Em 2002, foi realizada no Brasil a Pesquisa Nacional sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes (PESTRAF), que serviu como ponto de partida para os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), instalada no Congresso Nacional entre 2003 e 2004, para discutir medidas de combate ao problema no Brasil, além disso, o trabalho tornou-se uma das maiores referências sobre o tema visto que fez um levantamento que alcançou as cinco regiões brasileiras. O Relatório da Região Norte descreve a seguinte situação apresentada em Roraima já nos anos 2000:

...em julho de 2000, a Polícia Federal desbaratou, não só na cidade de Boa Vista, mas no município de Iracema, uma quadrilha de traficantes que atuava em bares e restaurantes para onde as jovens amazonenses (entre 16 a 17 anos) foram levadas com promessas de emprego e bom salários. No Município de Iracema (a 680 km de Manaus), as garotas foram mantidas em regime de cárcere privado, agredidas e obrigadas a fazerem programas com caminhoneiros e garimpeiros, algumas vezes em troca de duas refeições diárias. Elas faziam “ponto” no “Malocão Zanz-s BAR” e só conseguiram fugir ao contarem com a ajuda de um caminhoneiro que as levou à Polícia Civil de Boa Vista. Na ocasião, a polícia conseguiu prender outras adolescentes e mulheres que, posteriormente, foram enviadas para Manaus. As jovens eram submetidas à tortura e a ameaças de morte... tiveram a documentação apreendida para evitar que fugissem... (Relatório Região Norte apud Relatório Nacional, 2002, p. 66).

O excerto mostra que a questão da exploração sexual de menores na Amazônia vai perdurar para os anos 2000 e que, conforme outras cidades roraimenses fossem formadas as margens da BR-174, as suas zonas de prostituição eram alimentadas também por essa rede de tráfico de menores, fortalecendo a prática criminosa. Além disso, apresenta a mesma prática das jovens denunciadas da boate Privê, que, ao chegarem na cidade de Boa Vista se disseram iludidas por descobrir que trabalhariam como prostitutas e ao se negarem disseram que foram “coagidas a pagarem suas passagens aéreas se não teriam seus pertences apreendidos” (Folha de Boa Vista, 1993, p. 14).

Tanto Nilva Nascimento da boate Privê, como seus colegas exploradores em Manaus e em Iracema/RR, usavam de táticas de intimidação e coerção para manter a prostituta sob seu controle. Isso pode incluir ameaças de violência física, chantagem emocional ou mesmo a

retenção de documentos importantes, como passaportes, que a prostituta precisa para se sustentar ou escapar da situação. Essa dependência financeira e psicológica pode ser extremamente difícil para a prostituta, que pode sentir-se presa e sem opções para escapar da situação. Muitas vezes, as cafetinas/cafetãs se aproveitam da vulnerabilidade econômica e social das prostitutas para mantê-las sob seu controle e explorar suas economias (SERPA; FELIPE, 2019).

De acordo com o Relatório Nacional do PESTRAF organizado por Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal (2002, p. 88), a Amazônia é uma região que favorece o tráfico de seres humanos devido às suas características geográficas e culturais. Segundo elas, “a extensão das fronteiras com sete países vizinhos, o isolamento geográfico e a infraestrutura precária, além da migração desordenada, projetos temporários e a presença frágil das instituições” são fatores que indicariam esse processo. Para as autoras a mobilidade das mulheres e jovens na região norte do Brasil está diretamente relacionada ao mercado de sexo e ocorre em três níveis de tráfico: interno, internacional e transcontinental. Nas rotas interestaduais e intermunicipais, adolescentes e mulheres circulam entre as capitais e áreas de grandes empreendimentos. As rotas internacionais seguem as rodovias e hidrovias da região, enquanto o tráfico internacional acontece nas fronteiras secas da Amazônia. Já o tráfico transcontinental ocorre em direção à Europa e é identificado através de rotas que geralmente passam por locais de transição no Brasil, países vizinhos ou se destinam diretamente à Europa.

Leal e Leal (2002) sugerem que as rotas de tráfico de pessoas na região apresentam conexões com outras atividades criminosas, como o tráfico de drogas e falsificação de documentos, o que reforça o envolvimento dessas atividades com o tráfico de seres humanos. O tráfico de pessoas na Amazônia não se restringe à transnacionalidade, mas envolve diferentes níveis e circuitos que se inter-relacionam. As pesquisas estaduais revelaram que as redes de tráfico organizam rotas de interesse interestaduais e intermunicipais de forma a dificultar a desmobilização da ação criminosa e evitar movimentos criminosos. Os traficantes possuem critérios estratégicos para escolher as localidades de origem e lidar com uma lógica própria da ilegalidade.

A exemplo de atividades criminosas atrelada ao tráfico de pessoas, o Jornal Folha de Boa Vista na sua edição de 02 de fevereiro de 1994 noticia a tentativa de uma adolescente de 16 anos de tirar documentação com nome e idade falsas. Flagrada por funcionários do Instituto de Identificação, a adolescente havia dito que fazia aquilo “para poder continuar “trabalhando” na boate Nicash Drink’s. A jovem, identificada na reportagem por M.L.G, teria sido trazida de Manaus em companhia de outra adolescente, a segunda moça conheceu um homem e foi viver

com ele, abandonando a “vida”<sup>15</sup>. A jovem detida acusa a dona da boate, Marinalva Maia Barroso, de tê-la induzido a tirar o documento falsificado para evitar problemas no funcionamento do estabelecimento, onde, segundo ela, outras garotas da sua idade costumam frequentar sem nenhum constrangimento. Segundo a reportagem:

A menor tirou a carteira de identidade com o nome de Dagmara Barbosa Costa, mas tinha conseguido emprestada de Marinalva a certidão de nascimento expedida ao cartório do Amazonas, em nome de Iranir Braz Penha. Por sua vez, outra garota de programa da mesma boate, Wilma Braz Penha, foi tirar carteira de identidade usando uma certidão de nascimento em nome de Ivanilde Braz, cujo documento foi expedido por um cartório da cidade Satélite denominada Núcleo Bandeirantes, no Distrito Federal. (Folha de Boa Vista, 02 de fevereiro de 1994 ano XI Edição 01290 pág. 16)

Ao Jornal, a cafetina Marinalva Maia Barroso negou que menores trabalhassem na boate e qualquer participação no crime de falsificação. Na tentativa de diminuir a fala da jovem, a acusou de ter furtado a documentação apresentada e uma quantia em dinheiro de Iranir Braz Penha, colega de boate. A chegada de adolescentes de Manaus para trabalharem nas boates em Boa Vista e as táticas das cafetinas em fugir das acusações desqualificando as falas das prostitutas são aspectos em comum com as demais notícias.

Além disso, apresenta a tentativa das cafetinas em esconder a prática criminosa da exploração de menores cometendo outro crime, a falsificação de documentos. O fato da jovem, menor de idade, tentar tirar o documento falso para conseguir trabalhar na boate “sem problemas”, talvez elucide uma questão anteriormente mencionada por Nilva Nascimento, proprietária da boate Privê. A cafetina, na manchete anterior, ao ser acusada da presença de menores em seu estabelecimento orgulhava-se de ter se mantido “sem problemas” durante os seis anos trabalhando com as boates, fato provável mais pelo uso das mesmas técnicas de sua colega Marinalva, a falsificação de documentos, do que pela real inexistência da presença de adolescentes na boate.

Não há relatos posteriores se as acusadas chegaram a responder processo, se houve uma real investigação a partir do relato das jovens. Apontando para possível inércia da polícia com relação às denúncias contra as cafetinas das boates do 13 de Setembro. Fato que não se apresenta diante das denúncias contra os estabelecimentos da zona Oeste, no bairro Asa Branca, no qual apresentam uma ação direta dos policiais incluindo a prisão da cafetina do local.

---

<sup>15</sup> Termo utilizado para referir-se a vida enquanto prostituta.

**Figura 13: Imagem de policiais que se infiltraram no bar do Asa Branca para investigação do caso.**



Fonte: Jornal Folha de Boa Vista, 15 de agosto de 1996 ano XII edição 1909, p. 18.

A notícia relata um trabalho de investigação da polícia a partir da denúncia anônima de que Maria Conceição da Silva Bandeira, proprietária de um bar na rua C-7, Asa Branca, mantinha menores de idade no seu estabelecimento para fazer programa. Os policiais teriam se infiltrado no local para conseguirem flagrar o crime, fato comprovado na noite anterior da publicação da notícia que teria ocasionado a prisão em flagrante da senhora e o fechamento imediato do seu estabelecimento. Ação policial esta que não ocorreu nas denúncias anteriores como no caso da Boate Privê e Nicash Drinks, mesmo com relatos das jovens que estavam em situação de exploração.

É fato que os períodos das notícias são distintos e que a fiscalização nos anos finais da década de 1990 teriam se intensificado por contas das discussões sobre políticas nacionais que combatessem a exploração sexual infantil no Brasil. Entretanto, a maneira como a polícia agiu nas situações anteriores aponta um possível encobrimento de crimes das cafetinas do 13 de Setembro visto que após a notícia da denúncia, as edições posteriores do periódico não mencionam qualquer informação sobre o possível início de investigações.

Segundo Jussara Leite (2005) há casos que policiais protegem estabelecimentos de cafetinas, seja por receberem propina ou por terem relações próximas com as donas dos locais. Como a presença de policiais, fossem federais ou civis, é recorrente nas notícias sobre algumas boates boa-vistenses, é possível que a relação destes sejam de amizade com a cafetina no qual são tratados com algumas regalias em troca da proteção contra os crimes cometidos pelas proprietárias dos estabelecimentos.

A presença de cafetinas ou intermediários que controlam a negociação entre prostitutas e clientes nos territórios da prostituição faz parte dos códigos presentes nas zonas, portanto, uma das muitas formas de prostituição. Na cidade de Boa Vista, a cafetina será uma figura de poder tanto nesses ambientes quanto também na relação com seu mundo externo. Para Despenes (2016, p.73) uma cafetina é “uma mulher que explora mulheres. Ela vive à custa da desgraça dos outros. Ela pode até cuidar das mulheres que trabalham para ela, dar-lhes um lugar para dormir, mas ela é a responsável pela posição delas” porque a manutenção desse poder da cafetina é através do controle dos corpos de outras mulheres.

Algumas cafetinas boa-vistenses, em algum momento, tonaram-se intocáveis devido ao poder que possuíam sobre a rede de prostituição, a exemplo seria a frase “nesta cidade não tem lei e quem manda nela são as cafetinas” (Folha de Boa Vista, 22 de set. de 1993 p. 14) supostamente proferida por uma cafetina da cidade. O que estas figuras teriam feito para alçarem o patamar acima da lei? Como esses indivíduos com práticas criminalizadas no Código Penal brasileiro e de conhecimento público de seus atos teriam tanto poder?

Ao entender a relação dos códigos internos da prostituição com a dinâmica socioespacial da cidade, faz-se necessário também compreender figuras tão marcantes e importantes para a manutenção dessa prática, a cafetina. Destacaremos neste trabalho a cafetina Leidimar Silva, cognominada por Minéia, uma personagem que abrilhantou os palcos na Avenida das Guianas e que ficou na memória daqueles que vivenciaram as agitadas noites boa-vistenses. Ela foi proprietária do Mineia Drink's, a mais famosa boate da cidade de Boa Vista na década de 1980. Para tanto, contextualizaremos o papel da cafetina e sua prática e posteriormente, apresentaremos a personagem desse enredo que nos ajudará a elucidar algumas indagações.

### 3.2.1 A CAFETINA

As narrativas sobre prostituição recorrente na literatura e dramaturgia brasileira criaram personagens que contribuíram para a formação do imaginário social sobre as prostitutas e seu adstrito. As figuras são corporificadas com narrativas contemporâneas que destacam o glamour dos “bordeis clássicos” ou das novas formas de prostituição e a relação dessas mulheres com seus clientes. Além de produzirem a imagem extrovertida, alegre e autoritária, quando necessário, de uma personagem um tanto controversa, a cafetina.

No Brasil atual, o “cafetão” ou “cafetina” é uma espécie de agente de prostitutas que recolhe parte de seus ganhos em troca de serviços de publicidade e proteção física, além de agenciamento. O termo “cafetina”, segundo Santos e Batista (2015), originou-se do masculino “cafetão”. É o mesmo que “caftina”, que no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2023),

quer dizer: “mulher dona de Bordel, que tem negócios de meretrizes. Senhora responsável por uma casa de diversão masculina, bordel. Cuida das "meninas" e de suas respectivas agendas”.

Trevizani (2015), ao fazer uma análise jurídica e sociológica da prostituição e seus reflexos no Brasil, descreve os praticantes da cafetinagem como os proprietários/gerente de um local onde a prostituta pode encontrar com os cliente. Geralmente a cafetina ou cafetão tem um assistente que serve como gerente de escritório que informa sobre as atividades, a aplicação da lei do estabelecimento e a recolha do dinheiro das prostitutas. Além também de terem um papel fundamental na exploração de mulheres e meninas e trabalharem para recrutar, transportar e alojar as vítimas para fins de exploração sexual.

É importante destacar que a prostituição não constitui um tipo penal em nosso ordenamento jurídico, visto que é entendida como a troca consciente de favores sexuais por dinheiro. Entretanto, o lenocínio, proxenetismo, rufianismo ou cafetinagem são tipificado no Código Penal brasileiro desde a década de 1940 por se configurar como atividades de exploração de pessoas. Muitas vezes tidos como sinônimos, esses termos traduzem um mesmo conceito fundamental, por meio da facilitação ou a prestação de uma prostituta no arranjo de um ato sexual com um cliente A prostituição não se torna clara e efetivamente um crime, apenas criminaliza as pessoas que tiram proveito ou lucram com ela, sendo dessa forma acusados dentro das formas da lei do crime de lenocínio. Segundo Sousa (2017, p. 4):

O lenocínio trata de toda ação que visa facilitar ou promover a prática da prostituição de pessoas ou ainda dela tirar proveito. Consiste, portanto, na mediação para servir à lascívia de outrem, no favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual, na manutenção de casa de prostituição e no rufianismo.

Segundo o autor, o atual Código Penal brasileiro (1940) trouxe a expressão lenocínio num sentido lato, abrangendo os aproveitadores da prostituição em geral. Assim o proxenetismo, rufianismo e o tráfico de mulheres são modalidades do lenocínio, pois todos visam à exploração da dignidade sexual. Por esse motivo o termo cafetão/cafetina adquire novas terminologias como “gerente de boate”, “agente” ou “promoter”, com intuito de mascarar a prática ilegal mesmo exercendo as funções da cafetinagem.

Sobre cafetinagem, Gabriela Leite (2009, p. 61), afirma em sua biografia que o Código penal é muito antigo e que nesses anos não sofreu mudanças substanciais. Embora os artigos tenham sido feitos para “proteção da puta”, teve efeito contrário ao desejado. Segundo ela:

A prostituta acabou no meio da total marginalidade porque aqueles que a cercam são considerados criminosos e, de alguma forma, transfere essa condição a ela. A cafetina, mesmo do mais baixo meretrício, gasta altas somas com corrupção, paga todas suas despesas e ainda ganha muito dinheiro. Um dinheiro que a outa jamais verá. (LEITE, 2009, p. 61)

Para Leite cafetãs são parasitas que se aproveitam de mulheres, mas é o preconceito e a falta de segurança para a prostituta que a faz buscar por essa falsa proteção de um indivíduo.

Em seu livro *Putafeminista (2018)* Monique Prada relata sua própria experiência como prostituta e como conheceu diversas cafetinas ao longo de sua trajetória. Ela descreve as cafetinas como mulheres cruéis e opressoras, que se aproveitam da vulnerabilidade das prostitutas para explorá-las financeiramente. Prada (2018, p. 65) também destaca que a relação entre cafetina e prostituta é profundamente desigual, com as “cafetinas detendo um grande poder sobre as trabalhadoras sexuais”. Ela critica a romantização dessa relação, muitas vezes retratada na mídia e na cultura popular, e defende que as mulheres que trabalham na prostituição devem ter autonomia sobre seus corpos e suas vidas, sem serem exploradas por terceiros. A autora destaca a importância da autonomia e da liberdade das mulheres que trabalham na prostituição, sem a intervenção de intermediários que lucram com a exploração de seus corpos.

Observa-se que, apesar de não haver uma criminalização da prostituição, também não há uma regulamentação propriamente dita e por este fato alguns profissionais do sexo preferem estar associados à cafetões e cafetinas para que assim possam sentir-se minimamente seguros mediante a violência presente neste mundo marginalizado em todos os âmbitos. Embora não se possa negligenciar a gravidade dos casos de violência, abuso ou tráfico de mulheres na ecologia da atividade, resumir toda a prostituição a crime transformam as mulheres que exercem tal prática em vítimas, desconsiderando as livres escolhas e consentimentos na maneira como as prostitutas independentes lidam com seu corpo e sua sexualidade.

Rago (1991;1985) ao analisar a prostituição no final do século XIX e início do século XX em São Paulo, destaca o papel das cafetinas nos bordéis. De acordo com a autora, as cafetinas desempenhavam um papel fundamental na organização do trabalho das prostitutas, garantindo a segurança e a proteção das mesmas, mas também controlando e explorando sua força de trabalho. As cafetinas mantinham um rigoroso controle sobre as atividades das prostitutas, estabelecendo horários e regras para o trabalho no bordel. Elas também controlavam as finanças das prostitutas, muitas vezes retendo parte de seus lucros e cobrando taxas extras por serviços como alimentação, roupas e alojamento. Além disso, as cafetinas frequentemente usavam de violência física e psicológica para manter as prostitutas sob seu controle.

Apesar disso, Rago (1991) acentua que muitas prostitutas viam as cafetinas como figuras maternas, que ofereciam proteção e apoio em um ambiente hostil e perigoso. As cafetinas também forneciam assistência médica e social, bem como um senso de comunidade entre as mulheres que trabalhavam no bordel. No entanto, a relação entre cafetina e prostituta era profundamente desigual, com as cafetinas tendo um poder de controle e exploração sobre as

prostitutas. Essa relação é resultado de um contexto social e econômico em que as mulheres eram frequentemente privadas de acesso a educação e oportunidades de trabalho, e eram forçadas a buscar a prostituição como uma forma de sobrevivência.

A relação abusiva entre cafetina e prostituta pode ser exemplificada por Eny Cezarino, conhecida como a “maior cafetina do Brasil” nos anos 1980. Segundo Melo (2002, p. 45), em sua biografia intitulada *Eny e o Grande Bordel Brasileiro*, a cafetina tinha um lado “bruxa” pois, ao providenciar abortos para as prostitutas, ordenava que o médico as esterilizassem, acreditando ter controle sobre seus corpos.

Dentro da perspectiva foucaultiana a prostituição é um exemplo claro de como o poder se manifesta em um nível muito íntimo e como o corpo feminino é controlado e explorado como objeto sexual. Nesta atividade, as mulheres são transformadas em mercadorias para consumo sexual, reduzidas a corpos a serem utilizados e descartados conforme a vontade dos clientes. A figura da cafetina, que lucra com a prostituição de outras mulheres, é emblemática deste processo de controle.

As cafetinas atuam como intermediárias entre as prostitutas e os clientes, gerenciando e organizando o comércio sexual, enquanto mantêm um poder de controle e exploração sobre as mulheres que trabalham para elas. Essa relação de poder na prostituição é moldada pelas normas culturais e sociais que definem as mulheres como objetos sexuais e que perpetuam a desigualdade de gênero. As prostitutas enfrentam o estigma e a marginalização social, enquanto as cafetinas muitas vezes são vistas como figuras poderosas, mesmo que estejam envolvidas em atividades ilegais e imorais.

Para a cafetina do médio e alto meretrício criam algumas regras para alcançar e manter a “boa” reputação da casa, para tanto, ela treina suas “meninas” para seguirem regras rígidas de tratamento ao cliente e de cuidados com o corpo. De acordo com Margareth Rago (1991), as cafetinas criam uma série de regras e rituais para manter uma imagem positiva do prostíbulo. Essas regras incluem, por exemplo, a exigência de que das prostitutas se apresentem sempre bem arrumadas e perfumadas, com roupas sensuais e maquiagem impecável. Ainda de acordo com a autora, as cafetinas costumavam adotar normas rígidas de comportamento, como a suspensão de beber ou usar drogas durante o trabalho, em algumas casas as prostitutas que fossem pegas consumindo drogas eram expulsas.

Sobre as táticas das cafetinas para evitar prostitutas bêbadas pelo salão, Gabriela Leite em entrevista à TV Cultura em 2009 detalhou a prática de uma cafetina que conheceu nas zonas paulistanas. Ela fazia uso de bebidas adulteradas para as “meninas” da casa, criando formas também de incentivar o consumo do cliente no estabelecimento. Em acordo previamente

estabelecido, o garçom servia uma “bebida especial” para as prostitutas, com pequena porcentagem de bebida alcoólica misturada com água, a fim de diminuir o efeito nas prostitutas, embebedar o cliente e o lucro da cafetina.

Outra estratégia comum das cafetinas é estabelecer um relacionamento próximo e afetivo com as trabalhadoras, muitas vezes presentes como uma espécie de mãe adotiva, oferecendo apoio emocional e financeiro e protegendo-as de agressões ou ameaças externas. Essa relação de dependência e gratidão ajudava a manter as prostitutas no negócio e garantir que elas comprem as regras protegidas.

As proprietárias de casas de prostituição podem ter seu fim motivado por diversos fatores, como a atuação das autoridades e da justiça, a concorrência com outros estabelecimentos do mesmo ramo, mudanças nos padrões sociais e culturais, entre outros. Em alguns casos, elas podem ser presas ou processadas por delitos relacionados à exploração sexual, tráfico humano ou outros crimes. Em outras ocasiões, elas podem optar por se propor ou mudar de ramo em função de pressão externa ou pessoal. Além disso, é possível que as cafetinas tenham sucessores que assumam seus negócios, perpetuando o ciclo de exploração e violência nos bordéis. (LEITE, 2005; GASPAR, 1985; FREITAS, 1985)

### 3.1.3 MINÉIA, A CAFETINA DA ELITE BOA-VISTENSE

Leidimar Silva (figura 14) nasceu na década de 1940 em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. Filha de uma família humilde, começou a trabalhar desde muito cedo. A pobreza e suas penúrias teriam, segundo ela, obrigado-a a "vender seu corpo para sobreviver" (Diário de Roraima, 14 de nov. de 1993, p. 11). Na década de 1970, Leidimar chega à cidade de Boa Vista já se apresentando como Minéia. Provavelmente tenha criado o codinome "Minéia" ao longo de sua carreira de prostituta, e esse seria o seu "nome de batalha".

**Figura 14: Foto de Leidimar Silva, a Minéia.**



Fonte: Jornal O Diário de Roraima, 21 de abril de 1993 edição 922

O Jornalista e artista plástico Júnior Brasil Xaud, foi colunista do Jornal Folha de Boa Vista na década de 1990, era figura carimbada nos eventos sociais da cidade no período, foi amigo da cafetina nos tempos áureos do "Minéia'drinks". Em 2023, publicou um relato em seu blog "Plural" da coluna eletrônica o Portal, com o título "O inusitado fim da cafetina", no qual ele apresenta desde os primeiros passos de Minéia em Boa Vista até a sua morte. Segundo Xaud (2023), Minéia chegou na capital do então Território Federal de Roraima em 1974 e teria sido prostituta na então única boate boa-vistense do período, a Mil e uma Noites. Ele não relata quanto tempo demorou para que começasse seu próprio negócio, entretanto, afirma que ela teria adquirido um "pequeno casebre, a meio caminho da ponte dos Macuxi, na avenida das Guyanas" com dinheiro de um amante português que teria encontrado ao chegar em Boa Vista.

Os estudos brasileiros sobre a prostituição do século XIX e XX apontam que os famosos bordeis, cabarés, boates e/ou casa de "tolerância" são gerenciados na sua maioria por mulheres. Estas geralmente são ex-prostitutas que terminam dona de algum estabelecimento em que trabalhou ou na compra de outro graças ao sucesso junto aos clientes endinheirados. Assim começaram as histórias de algumas famosas cafetinas, fossem no nordeste com Maria Boa que agitou as noites da capital potiguar nos anos 1940, no sudeste com Eny Cezarino, proprietária de um dos mais famosos bordeis dos anos 1960-80, a "Casa da Eny" instalado em Bauru/SP. Ou

no caso da nossa ilustre personagem, Leidimar Silva, a Minéia. Essas mulheres têm em comum, entre outras similitudes, o início da carreira sendo prostitutas e a “sorte” de encontrarem um cliente generoso que investissem no início da carreira.

Segundo a própria Minéia, em entrevista concedida ao jornal Diário de Roraima no ano de 1993, período que se encontrava presa e condenada por assassinato de uma ex-funcionária, a cafetina afirma que chegou em Boa Vista já para montar uma boate e que teria se hospedado durante 15 dias no hotel Roraima, um dos mais caros e luxuosos da cidade na época. Ela afirma ter frequentado a boate Mil e uma Noites todos os dias nesse período, não detalha se teria ido a lazer ou a trabalho, e que demorou muito para encontrar uma casa para comprar.

É importante ressaltar que na data da entrevista Minéia procurava produzir a imagem de uma prostituta vítima com tática de defesa diante do crime que tivera cometido, talvez não teria uma boa repercussão na sociedade se afirmasse que veio para se prostituir em Boa Vista. De todo modo, este fato reforça a relação da cafetina com a prostituição, apontando que a carreira é iniciada ainda na prática de programas, sendo a cafetina o posto de ascensão dessas mulheres.

Lagenest (1987), em uma análise da prostituição na região do Nordeste, apresenta uma idade média para iniciar a vida na prostituição se situa entre 12 e 14 anos de idade, onde, aos 20 a prostituta já é considerada velha, e aos 30 parece já ter 60. Desse modo, a relação da idade das mulheres prostitutas e tempo de trabalho está atrelado também a atração presente no imaginário dos clientes. A partir da perspectiva do autor, Mineia já seria uma prostituta experiente quando chegou a Boa Vista, visto que teria por volta de 30 anos. Mulheres nessa idade, dentro da dinâmica da prostituição, já são vistas como velhas.

Minéia chegou na cidade e pouco a pouco foi conquistando seu espaço, a Minéia Drink's se tornou uma das principais boates da cidade. A cafetina sabia “aonde (sic) queria chegar”. Segundo Xaud (2023), “em sua casa nunca permitiu cliente de chinelo ou de bicicleta. Desde já selecionava a clientela”, explicando que “talvez, por isso, o Mineia Drink's tornou-se o puteiro mais chic de uma incipiente e moralista Boa Vista, porém frequentado pela elite da cidade”.

Entretanto, em entrevista ao Jornal Diário de Roraima Minéia contradiz a fala do repórter/amigo e revela que:

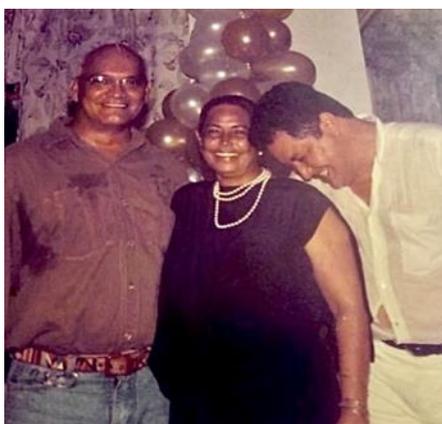
Toda a cidade sabia que minha casa era bem frequentada, não que não recebêssemos os mais humildes, nunca me desfiz de uma pessoa simples, recebendo todas do mesmo jeito com toda atenção possível (...) Nas noites de Natal sempre foi realizado na boate Minéia uma cesta natalina, com o objetivo de amparar justamente quem se sentia só. (O DIÁRIO DE RORAIMA, 14 de nov. de 1993, p. 11)

Ao longo do trabalho foram encontrados outros personagens populares como os garimpeiros nas boates do 13 de Setembro, entretanto, a região era ocupada na sua maioria por uma elite econômica e política local.

Através da sua boate, Mineia dizia ter cultivado amizades com renomados advogados, influentes empresários e políticos igualmente proeminentes, personalidades de nível nacional como o último dos presidentes militares no Brasil, João Batista Figueiredo e seu vice Aurelino Chaves, além de juízes, promotores, advogados, empresários, usineiros, prefeitos e governadores e as autoridades civis e militares, os quais frequentavam sua residência, principalmente para encontrar amigos, desfrutar de algumas bebidas e trocar ideias informais ou se atualizar sobre as últimas novidades políticas e sociais da cidade.

Frequentou a alta sociedade boa-vistense apresentada como empresária ou socialite, figurando algumas vezes as páginas sociais do Jornal Folha de Boa Vista. A exemplo, tomemos a edição do dia 30 de abril de 1992, no qual o jornal noticiava a festa de aniversário que Minéia fez junto a seu amigo Tuti Leno (foto 1), Carnavalesco da escola de Samba chamada Tutis Bar e proprietário de um bar do mesmo nome localizado na Avenida Venezuela. Segundo o jornal esse evento teria contado com um “chiquérrimo” jantar de “200 talheres da expert Graça Coelho”, com presença da “society local em peso”, e que teriam passado horas bastante agradável. Nessa coluna social, Minéia é apresentada como uma empresária e não comenta de que área. Além disso, ela parece ter grande influência na sociedade local apesar de ser uma famosa dona de bordel desde a década de 1970, isso não parece interferir nas suas relações com a dita “society local” pelo contrário, por ser uma cafetina dona de boates famosas da cidade seja conhecida de muitas pessoas famosas que frequentavam seus estabelecimentos.

**Foto 1: Da esquerda para direita, os amigos Júnior Brasil Xaud, Minéia e Tutty Leno no aniversário da cafetina**



Fonte: Acervo pessoal de Júnior Brasil Xaud

Descrita pelos amigos como alguém de temperamento forte, Minéia relata algumas vezes que teria se machucado com sua própria arma em momentos no qual teria ficado muito nervosa por problemas no início com sua boate. Além disso, a cafetina também conta um pouco da sua vida com o ex-marido, Lourival Senzala.

Afirma que o teria conhecido em Salvador ainda na década de 1960 e que, após a cafetina ter vindo para Boa Vista ele teria decidido passar a morar com ela na capital do então Território Federal de Roraima. O encontro descrito por ela aponta que teria viajado por outras capitais antes de chegar a Boa Vista, talvez trabalhando em outras zonas de prostituição visto que não alegou outra ocupação ao longo da vida se não prostituta. Além disso, não tinha formação e era analfabeta.

Braga (1982) afirma que uma das formas de se penetrar no mundo da prostituição, essas mulheres chegam aos grandes centros urbanos como migrantes, iludidas pelo trabalho fácil, pelo dinheiro, pelo estudo, porém, associando-se tudo isto a desqualificação profissional, ao problema da documentação irregular e do analfabetismo, as oportunidades de emprego tornam-se cada vez mais escassas para essas jovens. Entretanto, a necessidade e a luta pela sobrevivência, são fatores que contribuem para grande parte de mulheres ainda muito jovens optarem pela prostituição como uma maneira aparentemente mais fácil de sobreviver.

Com a chegada do seu marido ela conta que construiu o restaurante dele<sup>16</sup>, pois sua freguesia na boate toda “começou a frequentar até então o restaurante Senzala, muito badalado na época”. Depois do restaurante, teriam aberto outra boate, a Cassino Drink’s na Avenida Consolata próximo ao centro da cidade, atrás do restaurante Senzala.

Ela conta que tinham boas relações, mas começaram a entrar em conflito por questões de administração dos estabelecimentos, foi quando atentou contra a vida do ex-marido. Este fato a levou para cadeia, onde ficou 5 dias presa, mas que teria contratado um dos melhores advogados da cidade para defendê-la, relatando isso também na tentativa de demonstrar seu poderio econômico (Jornal O Diário de Roraima, 14 de nov. de 1993 p. 11)

É fato que, em setembro de 1993, Nilva Nascimento aparece nas manchetes do jornal Folha de Boa Vista apresentada como dona da Boate Privê e sócia do “Clube do Samba”, antigo Senzalas, não tendo informações se ela se tornou sócia de Lourival Senzala após romper relações com Minéia ou se seria outra pessoa seu sócio. De todo modo, observa-se que tanto Minéia quanto Nilva mantêm por um momento mais de um estabelecimento fora da Avenida

---

<sup>16</sup> Restaurante que levava o sobrenome do marido ficava na Avenida Nossa Senhora da Consolata, no bairro Centro.

das Guianas, no 13 de Setembro. O que demonstra ser uma indicação que nesse período as cafetinas seriam poderosas na cidade.

Geralmente as cafetinas consolidam seu poder através do estabelecimento de relações entre seus principais clientes/amigos, aqueles que controlam o poder político e os agentes policiais. A relação entre a cafetina e esses clientes é de interesse mútuo. Para fugir da perseguição policial, o gerente/dono do local busca agradar aos desejos sexuais dessas figuras públicas em troca da proteção da sua casa. Essas figuras no momento do auge das suas carreiras dentro da cafetinagem tornam-se “intocáveis”, ou seja, nenhuma repressão aos seus estabelecimentos ou a seus possíveis crimes. Xaud (2023) relata que:

Mineia fez amizades, nome e história. Muitas histórias envolvendo a elite, da qual foi amante de alguns expoentes, que lhe cortejaram também na cama. E por causa de sua fama e dessas amizades poderosas, conseguiu se livrar de poucas e boas, ou, ao menos, ter atenuantes nos diversos escândalos em que se envolveu.

Ciumenta, meteu bala em amantes e nas “fura olho” que tentaram roubar seus namorados. Um de seus mais célebres escândalos foi num jantar de um governador, no restaurante de um de seus amantes. Ao saber que ele, o empresário, não o governador, a estava traindo, ela chegou lá, subiu em cima da mesa do banquete, chutando pratos e talheres. Tocou o foda-se, como se diz por aí. O resultado terminou com o amante ferido na virilha, a bala e ela presa.

Pelo relato do repórter Minéia agia sem medo de punição da lei, pela certeza da falta de condenação por seus crimes, confiando-se nas relações políticas que havia consolidado, que são entendidas aqui, não somente por amizades ou relações sexuais, mas como relações de troca de favores ou de segredos que muitos desses senhores mantinham com a cafetina.

Na coluna “Parabólica”, sessão do Jornal Folha de Boa Vista que apresenta comentários sobre a política local e não é assinada por ninguém o que induz a entender que são opiniões do Jornal, em edição do dia 22 de abril de 1993, um dia após o homicídio cometido por Minéia, apresenta uma pequena notícia intitulada “impunidade” no qual comenta sobre o crime de Mineia afirmando que era corriqueiro crimes e abusos cometidos por ela, que sempre eram impunes por esta contar com a presença frequente de “Figurões da sociedade local” na sua boate. A notícia busca relacionar a impunidade até então dada aos ditos crimes de Mineia à sua relação com pessoas influentes da cidade, ou seja, essa breve nota apresenta novamente a existência de uma relação de proximidade com a elite política e econômica da cidade, corroborando com o relato de Xaud.

No livro *Meretrizes e doutores: saberes médicos e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*, a autora Magali Engel (2004) aborda a relação das cafetinas com clientes poderosos, especialmente aqueles pertencentes à elite social e política da cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX. Segundo a autora, as cafetinas estabeleciam relações de cumplicidade com esses clientes, utilizando-os como meio de acesso a recursos econômicos e sociais mais amplos. Essas

relações muitas vezes envolviam a troca de favores e serviços, além da oferta de serviços sexuais.

Engel (2004) destaca ainda que as cafetinas exerciam um grande poder de influência sobre esses clientes, sendo capazes de manipular suas escolhas e preferências. Essa influência era ampliada pela posição social privilegiada das cafetinas, que muitas vezes se destacavam por sua beleza, sofisticação e habilidade em seduzir e manipular os homens. Para autora, as cafetinas eram capazes de atuar como intermediárias entre esses clientes poderosos e outros membros da sociedade, como profissionais liberais, políticos e membros da elite econômica. Essa atuação permitia às cafetinas consolidar ainda mais seu poder e influência sobre a sociedade em geral.

Sobre a relação das cafetinas com clientes poderosos da elite social e política da cidade do Rio de Janeiro início do século XX, Juçara Leite (2005), em confluência com autora supracitada, descreve que as cafetinas mantinham uma relação de dependência com esses clientes poderosos, que lhes proporcionavam proteção e benefícios econômicos em troca de serviços sexuais e de outros favores. A relação era marcada por um forte desequilíbrio de poder, em que as cafetinas eram subordinadas aos clientes e dependiam deles para manter seu negócio.

Leite (2005) destaca que as cafetinas exerciam um grande poder de sedução e manipulação sobre esses clientes, utilizando seu charme e habilidades sexuais para conquistá-los e mantê-los sob seu controle. Além disso, as cafetinas eram capazes de proporcionar aos clientes um ambiente de prazer e divertimento, em que podiam se desligar das preocupações do mundo exterior e desfrutar de momentos de lazer. A autora destaca também que as cafetinas mantinham uma relação de rivalidade e conflito com outras cafetinas, em que disputavam clientes e territórios de atuação. Essa rivalidade muitas vezes levava a situações de violência e vingança, em que as cafetinas buscavam se proteger e preservar seu negócio.

Para Costa (2014, p. 61) as famosas boates brasileiras no final dos anos 1980 e 1990 têm seus fins por diversos fatores, fossem desorganização financeira, golpe de assistentes de confiança, assassinato ou mesmo prisão do proprietário do estabelecimento por algum crime que não fosse a cafetinagem. É justamente este último motivo que marca o fim da era de Minéia, a cafetina até de presidente.

Na manhã do dia 21 de abril de 1993, Minéia, a ilustre cafetina das noites boa-vistenses, tem sua foto estampada nas capas dos jornais da cidade (figura 15 e 16), sob acusação de assassinato da sua ex funcionária que estaria namorando com seu amante, Franco. Um crime com motivação passional. Este fato era o início da sua derrocada. A figura marcada por

polêmicas, vivenciou as alegrias e luxúrias junto a elite local e a solidão entre as grades da Cadeia Pública de Boa Vista, teve um fim sem plateia ou sem o glamour que vivera outrora.

**Figura 15: Manchete do Jornal O Estado de Roraima, noticiando o crime de Minéia**



Fonte: Jornal O estado de Roraima Quarta-feira, 21 de abril de 1993 n° 922, p. 1

**Figura 16: Manchete do Jornal Folha de Boa Vista noticiando o crime de Minéia**



Fonte: Jornal Folha de Boa Vista, Quarta-feira, 21 e de abril de 1993 ano X edição 1098 p. 1

Na capa do Jornal O Estado de Roraima (figura 15) aparece a foto da Minéia, de Franco, considerado o pivô do crime, e da moça assassinada, Genilda Martins Rodrigues. O jornal afirma que a vítima era ex-funcionária da boate da cafetina, e enquanto prostituta, ficou conhecida pelo seu nome de guerra “Suelen”. A página 12, sessão policial do jornal, é preenchida quase em sua totalidade pela notícia do assassinato, nela estampa um outro título “Minéia matou a rival por ciúme doentio”.

O jornal O Estado de Roraima afirma que o crime teria sido passional e premeditado visto que Minéia não teria aceitado que tinha perdido “de vez o amor de Franco da Silva para Suelen” e teria atirado na vítima grávida enquanto dormia na casa da mãe de seu amado, e fugido para evitar o flagrante. Tanto O Estado de Roraima quanto o Folha de Boa Vista referem-se a vítima somente pelo seu nome de trabalho, Suelen, e afirmam que ela já teria sofrido outros atentados fracassados perpetrados por Minéia.

O Jornal Folha de Boa Vista (figura 16) aponta os motivos do crime a partir da explicação de Franco, visto que Minéia até aquele momento estava foragida. Segundo o homem, ele teria mantido relação de amante por muitos anos com a “cafetina” mas que, no período, havia quatro anos, teria rompido a relação amorosa e mantido somente a relação comercial, ele ainda era gerente da boate “M Drink’s”, local onde afirma ter conhecido Genilda Martins. A vítima teria chegado à boate vinda de Manaus, reforçando a característica das boates desse período, a manutenção de mulheres migrantes de outros estados. Após algum tempo mantendo um relacionamento as escondidas, “por conta do ciúme doentio de Minéia” resolveram fugir para Guiana Inglesa<sup>17</sup> onde ficaram por 3 meses e posteriormente retornaram, período que começaram, segundo ele, as ameaças de Minéia.

O caso da cafetina toma uma dimensão na qual as informações não se restringiam somente a página policial. Minéia aparece novamente na coluna Parabólica, da página 3 do Jornal Folha de Boa Vista do dia 23 de abril de 1993. A notícia fala que Minéia ainda não havia sido encontrada após o crime pois havia um “aparato montado para evitar que a assassina pudesse ser presa no período do flagrante” e essa proteção acontecia porque ela saberia “tudo da vida de muita gente”.

Em outra notícia, na mesma edição do Jornal Folha de Boa Vista, Minéia aparece como assunto na sessão social da página 3. Nesta edição, portanto, Minéia aparece 2 vezes, numa pequena notícia na coluna Parabólica, e uma segunda vez na página social. Nesta última, um pequeno comentário afirma que Minéia “sempre esteve enrolada em atitudes suspeitas” de

---

<sup>17</sup> República Cooperativista da Guiana, país que faz fronteira com Roraima.

conhecimento da população e que apesar disso sempre fazia grandes festas na sua casa, que contavam com a presença de “gente grande”.

A notícia cita que no dia anterior a mesma teria se envolvido em mais um crime, o assassinato da então namorada do seu ex-companheiro, e que na ocasião o jornal Diário de Roraima, de propriedade do governo de Roraima Ottomar de Souza Pinto, publicou uma foto noticiando o fato nas páginas policiais chamando-a de assassina, usando uma foto e que em dias anteriores fora publicada na página social, chamando-a de socialite. O periódico faz uma crítica ao jornal Diário de Roraima destacando a mudança de tratamento a Minéia que até então não era problema para o jornal nem para a elite local a relação desse personagem com atitudes conhecida por todos que o jornal classifica como suspeita. O crime de assassinato da sua antiga prostituta teria sido um fato que não daria para fazer como as demais. De fato, Minéia não conseguiria escapar da punição pelo assassinato de sua ex-funcionária.

Novamente Mineia é apresentada como alguém que possuía bastante influência entre a elite local a ponto de ser acobertada de um crime gravíssimo. Além disso, apresenta a hipótese de ela saber muito sobre a vida dessa mesma elite que frequentava sua boate. Conforme Costa (2014) em situações específicas, uma cafetina pode tentar obter informações comprometedoras sobre um cliente poderoso durante seus encontros ou por meio de manipulação emocional. Em seguida, ela pode usar essas informações para extorquir dinheiro, bens materiais ou outros favores do cliente. Os segredos poderiam ser a presença dessas pessoas influentes no bordel ou o fato de a cafetina prezar pela satisfação dos desejos sexuais dos seus clientes que não fossem “convencionais” mas que ocorria dentro desse ambiente e faziam com que estes indivíduos ficassem possivelmente “nas mãos” de Mineia.

Decorridos 3 dias do crime, Minéia se apresentou na delegacia e alegou que ainda mantinha relação amorosa com Franco, inclusive ela que o sustentava. Além disso, ele era responsável por controlar suas finanças e assinar os cheques. No dia do crime teria descoberto que havia um desfalque de 20 milhões de cruzeiros na sua conta. Além disso, Desnorteada, ela teria ido à casa de Franco esclarecer o “rombo” e chegando lá encontrou a vítima deitada na cama que “era ocupada por ela e Franco”, a cena despertou na cafetina um descontrole, sentimento que a fez pegar a arma, que sempre andava carregada na sua bolsa, e atirou na “Mulher que teria roubado o seu amante.” Ela prestou depoimento e foi liberada. (O Estado de Roraima, 23 de abril de 1993 n° 924, p. 14).

A edição do mesmo dia do Jornal Folha de Boa Vista apresenta maiores detalhes e informações diferentes do Jornal O Estado de Roraima. Segundo o periódico Minéia argumentou que a arma não era dela e teria pegado no quarto de Franco, onde ocorreu o crime.

Ela argumenta ainda que estaria a 7 anos junto com o homem, que ele a violentava fisicamente, inclusive na noite anterior ao crime ele teria a agredido por ela questionar o dinheiro que estava faltando em sua conta. Suelen seria a amante de Franco que a perturbava frequentemente na boate. Além disso, acusou o amante de ter a explorado e ser o responsável por ela estar “no chão”. Ainda negou que tivesse falado que não seria presa por “confiar em amizades influentes”. (Jornal Folha de Boa Vista, 23 de abril de 1993 ano X edição 1099 p. 14).

A partir desse crime Minéia será personagem recorrente nos jornais, desde o dia do ocorrido até mesmo após o processo. Cada passo sobre o crime passou a ser noticiado no jornal folha de Boa Vista, o Estado de Roraima e no Diário de Roraima. As manchetes apresentam disputas políticas de narrativas entre jornais da cidade. O crime toma dimensões políticas justamente por essa influência da cafetina com certos grupos, principalmente o governista, e há de certo modo uma pressão para que este crime ela pagasse.

Mineia é presa no dia 28 de abril de 1993, fato noticiado na capa dos jornais. Mesmo presa ainda aparece na manchete do dia Na edição do Jornal Folha de Boa Vista do dia 12 de novembro destaca como manchete de capa a acusação e a pena de 14 anos de Mineia. Dois dias após a condenação, Mineia é entrevistada por Conceição Silva, editora da sessão policial do jornal O Diário de Roraima. Ela recebe quase uma página completa de destaque conforme figura 17.

**Figura 17: Entrevista de Minéia ao Jornal O Diário de Roraima- 1993**



Fonte: Jornal O Diário de Roraima, 14 de Novembro de 1993 Ano III edição 695 p. 11

Como já mencionado antes, essa entrevista ao jornal seria uma forma de criar uma boa imagem da cafetina visto que tinha acabado de ser condenada a 14 anos de prisão e buscava reverter a pena. Na foto, uma mulher sem a maquiagem, os brincos chamativos e as roupas de grife, a imagem de uma mulher abatida. O discurso construído é de uma boa samaritana vítima das durezas da vida, mas que ainda sim teria se mantido firme e tornado-se alguém de sucesso. Estaria ela afirmando que por trabalhar com prostituição sofria com os preconceitos da rigidez de sua pena. Tanto no julgamento quanto na entrevista busca colocar Franco como culpado pela sua ação, entretanto, a fama de impulsiva e violenta ao longo dos anos à frente das suas boates nesse caso tenha lhe atrapalhado.

Segundo Xaud (2023) depois que foi presa o seu “prestígio entrou em declínio. Mesmo depois de solta, a vida mudou e o Mineia Drink’s foi vendido, decaindo, até fechar”. A boate Mineia drink’s permaneceu com esse nome e ainda figurou em algumas propagandas no jornal Folha de Boa Vista até os anos de 1995, na foto do seu comercial afirmava estar sob nova direção. Não se tem informação quando Minéia saiu da prisão e quem teria gerenciado a boate em sua ausência. De acordo com relato de Xaud (2023), Minéia passou a viver de maneira precária e sozinha.

De todos os amigos do tempo da Minéia Drink’s o único que teria permanecido foi o Tuti Leno, a este foi incumbido a responsabilidade dos trâmites do enterro da cafetina da elite roraimense. Não se tem o ano e a causa da sua morte, entretanto Xaud afirma que estaria em período de pandemia do Corona Vírus, ou seja, entre 2020 e 2022. O repórter descreve o momento a seguinte forma: “sepultada sem pompas e sem cortejo (apenas eu, Tutty e um casal), quase como indigente, depois de tanto glamour e poder” (XAUD, 2023). Seu fim teria sido sem plateias, sem amigos, sem o brilho das festas da sua famosa boate.

Quando analisamos todas as notícias sobre o crime da Minéia, nos é apresentado uma personagem com bastante relevância ao longo de todo processo. Enquanto cafetina, ela estampa várias manchetes de capa dos jornais e não somente as páginas policiais como sessão social e política. A personagem Minéia e sua relevância na sociedade local torna-se um ponto fulcral para se entender a relação dessa elite política e econômica com os ambientes de prostituição.

É válido ressaltar que crimes de homicídio por motivos passionais em si eram corriqueiros nos periódicos, sobretudo nas zonas de prostituição do Caetano Filho e nas proximidades da Avenida Ataíde Teive. Entretanto, o crime de Minéia levantava uma discussão maior, sua proteção e o poder das cafetinas nesse período na cidade. Quais códigos definiam a relação de uma cafetina, dona de estabelecimentos com tantos estereótipos sociais, com grupos políticos do governo que buscavam de alguma forma dar a oportunidade para que seus

crimes fossem impunes? Uma cafetina condenada ter tanto espaço no jornal do governo estadual é uma indicação de que esta teria bons amigos para defendê-la ou bons segredos das pessoas certas.

### 3.3 O IMAGINÁRIO SOCIAL E A TRANSFORMAÇÃO DESSES TERRITÓRIOS DA PROSTITUIÇÃO EM ESPAÇOS (MAL)DITOS A PARTIR DOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS

A estigmatização dos espaços ocupados pela prostituta é um dos códigos mais evidentes na cidade. A mulher prostituta é frequentemente vista como uma pessoa de moral duvidosa, perigosa para a saúde pública e responsável por ameaçar a estabilidade da família. Esses estereótipos são construídos a partir de discursos moralizantes que visam controlar a sexualidade feminina e reforçar as normas de gênero e sexualidade.

Em Boa Vista os discursos jornalísticos na época alimentaram disputas políticas no campo simbólico e foram importantes na delimitação do que é certo ou errado por aquela sociedade, fosse no julgamento sobre Minéia ou as zonas de prostituição, principalmente nas regiões destinados para o prazer dos trabalhadores. Davi Bloor (2009), argumenta que o imaginário social desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento e da realidade social. O imaginário social está intrinsecamente ligado a crenças e valores coletivos que permeiam uma determinada sociedade. Ele defende a ideia de que nossas semelhanças da realidade são moldadas por meio de concepções e representações transmitidas compartilhadas, que são construídas socialmente.

Canclini (1998), em sua obra *Culturas Híbridas*, aborda a relação entre mídia, imaginário e poder. Segundo o autor, os discursos jornalísticos desempenham um papel fundamental na construção do imaginário coletivo, influenciando a percepção social sobre determinados grupos e espaços. No caso da prostituição, os jornais têm o poder de moldar a visão pública, confiantes para a estigmatização das prostitutas e dos lugares onde exercem sua atividade. São os jornais Folha de Boa Vista, O Estado de Roraima e O Diário de Roraima que, algum modo, podem ter reforçado estigmas contra a prática prostitucional em Boa Vista.

Sobre os jornais impressos de Roraima, Munaro e Correia afirmam que:

Na medida em que escreve, o jornalista fixa determinados fragmentos de memória, hierarquiza aquilo que é importante em detrimento do que deve ser esquecido e, assim, acaba sendo um ator ativo no processo de construção – político – da história. Foi nesse sentido que, como demonstrado, o jornalismo roraimense serviu de voz e expressão de determinados grupos políticos, mitigando os seus ideais de independência e imparcialidade, servindo de mediador para benefício político de grupos que disputavam a posse dos aparelhos de poder. (MUNARO; CORREIA, 2019, p. 54).

Para os autores, os veículos de comunicação tiveram um papel relevante ao se tornarem vozes e expressões de grupos políticos específicos. Essa atuação pode ter como objetivo legitimar e promover os interesses desses grupos, utilizando o jornalismo como uma ferramenta para influenciar a opinião pública em favor de suas agendas políticas. Munaro e Correia (2019) sugerem que essa postura dos meios de comunicação roraimenses pode afetar a imparcialidade e a independência jornalística, uma vez que os jornais procuram defender e promover certos interesses políticos em detrimento de outros. Isso pode gerar um viés na forma como os eventos são retratados, reforçando determinadas narrativas e perspectivas, e influenciando a construção da história e a percepção da sociedade sobre os acontecimentos. Para melhor entendimento dessa imparcialidade dos jornais se faz necessário uma breve contextualização histórica da origem das fontes aqui analisadas.

Sobre a criação do Jornal Folha de Boa Vista Correia (2021, p. 96) relata que:

No que diz respeito ao jornal “Folha de Boa Vista”, este teve a sua primeira edição em circulação em 21 outubro de 1983. No início, circulava apenas com uma edição semanal e ainda era impresso em Manaus. Os idealizadores do jornal foram os jornalistas: Fernando Estrela, Cosete Spíndola, Sônia Tarcitano e Cícero Cruz Pessoa. Em 1998, quando Getúlio Cruz saiu do Governo do Estado, o jornal “Folha de Boa Vista” atravessava mais uma crise financeira. Esta crise provocou a rendição dos sócios à proposta de compra por parte do então ex-governador. Getúlio impôs um novo estilo ao jornal, que voltou a circular três vezes por semana, dispensando parte dos funcionários.

O jornal tinha como subtítulo a frase “Um jornal a serviço de Roraima”, entretanto, conforme a autora supracitada, Cruz teria adquirido o jornal por causa das intensas disputas políticas com outro indivíduo que se tornaria cacique político local e patrocinador de jornais, Romero Jucá. Ou seja, estaria mais a serviço dos interesses de seu proprietário.

O jornal O Estado de Roraima era de propriedade do grupo político ex-senador Romero Jucá, suas páginas abordavam uma série de políticas de urbanização propostas pela prefeita Tereza Jucá, então esposa do político supracitado. O Jornal tinha uma linha de oposição ao Governo do Estado, Ottomar de Souza Pinto. As informações sugerem que a criação do O Estado de Roraima foi motivada não apenas pela intenção de fornecer informações à população, mas também por interesses políticos e rivalidades entre os protagonistas citados. Isso indica que o jornal pode ter sido usado como uma ferramenta para promover os interesses políticos do grupo de Romero Jucá e possivelmente, para contrapor-se às ações de Ottomar de Souza Pinto.

Por fim, o Jornal de Roraima que depois de um ano mudou o nome para Diário de Roraima e o “dono era Mozart M. da Silva, deixando de circular em 1994. Em 1995 voltou a circular, passando a se chamar O Diário” (MUNARO; CORREIA, 2019, p. 49). Conforme Correia (2021, p. 102)

A equipe do jornal era formada por 42 pessoas, sendo 17 repórteres e diretores e 25 da equipe de apoio. Os jornalistas acreditam que a empresa pertencia ao ex-governador Ottomar de Sousa Pinto tendo sido passada depois para o governador Neudo Campos. A diretora administrativa era Lourdes Carvalho. Expedito Peronico era diretor de redação, Humberto Silva editor executivo, Gonzaga de Andrade secretário de redação. Manoel Lima editor de política, Wilson Barbosa repórter policial, e os repórteres Eudiene Martins, Leila Camargo, Edjane Matias, Neuraci Lima, Francisco Espiridião, Jonas Elmore, Jessé Souza, Ester Bastos, Fernando Matos, Chagas Neto diretor comercial e José Alves departamento comercial (...) Tinha uma linha de oposição ao grupo do ex-senador Romero Jucá.

Enquanto representante do governo de Roraima, o jornal atuou como um meio de comunicação que se apresentou como responsável por disseminar as ideias e obras do governo de Ottomar e Neudo Campos. De acordo com Rodrigues (1996), o jornal funcionava como uma vitrine para propagar as ações realizadas pelo governo estadual, buscando conectar a população com notícias relacionadas aos projetos de desenvolvimento aos interesses políticos da administração.

Durante esse período, os jornais estavam intimamente ligados a certos grupos políticos e que pararam de circular após o termo de seus mandatos. Conforme ressalta Jupira Joaquim, "os jornais estavam ligados aos políticos, sendo comum o envolvendo-os durante a eleição e seu desaparecimento quando o processo eleitoral chegava ao fim, especialmente se o proprietário do jornal não fosse eleito ou reeleito" (JUPIRA, 2003, p. 138 apud CORREA; MUNARO, 2019, p.42).

Munaro e Correia (2019) destacam que a relação intrínseca entre a imprensa e a política, mostram como os veículos de comunicação podem ser usados como instrumentos de poder e influência no cenário político local. A criação de jornais com objetivos políticos específicos pode afetar a imparcialidade e a independência jornalística, levantando questões sobre a transparência e a objetividade das informações veiculadas.

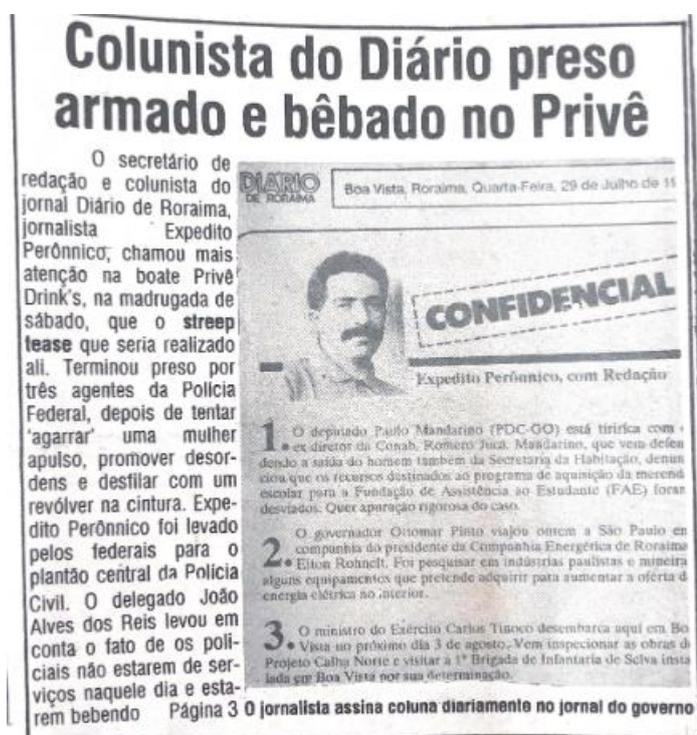
A criação dos jornais na década de 1980 em si demonstra o interesse desses atores políticos em ter uma plataforma de comunicação e divulgação de suas ideias e propostas. O fato de políticos importantes também serem mencionados como patrocinador de jornais da região sugere que havia uma competição pelo controle da mídia. A presença desses líderes políticos e suas disputas políticas pode ter exercido influência sobre o conteúdo e a abordagem editorial do jornal, uma vez que a mídia muitas vezes reflete os pontos de vista e as agendas dos indivíduos ou grupos que a financiam ou controlam. (BOCHETT, et a., 2017).

Dentro dessa disputa política a prostituição é um recurso utilizado por esses indivíduos que controlam os jornais para atacar o adversário, visto que sempre é associada com a imoralidade. Como já relatado anteriormente, a presença de políticos e jornalistas do período eram constantes nas boates do bairro 13 de setembro. Os discursos moralistas buscam retratar

a atividade como algo degradante e contribuem para a marginalização e o estigma enfrentados pelas prostitutas.

A exemplo dessa disputa política através dos jornais e a formação de discurso estigmatizante sobre a prostituição, analisaremos o caso do jornalista de Expedido Perônico e o uso do seu caso pelo Jornal o Estado de Roraima para fins políticos. Na edição do Jornal o Estado de Roraima do 11 de agosto de 1992 a manchete de capa estampava a seguinte notícia:

**Figura 18: Foto da capa do Jornal O Estado de Roraima noticiando a prisão de Expedito Perônico na Boate Privê**



Fonte: Jornal o Estado de Roraima, 11 de agosto de 1992 ano III ed. 726, pág. 01

Na capa contém, ao lado da manchete, um recorte do jornal Diário de Roraima no qual o jornalista escreve intitulada “confidencial” com a foto de Expedito Perônico. Como o jornal era contrário ao governo e fazia questão de destacar que o jornalista preso é colunista do “jornal do governo” relacionando este diretamente a figura do governador Ottomar. O jornalista era secretário de redação do jornal Diário de Roraima, ou seja, cargo de importância no jornal.

A notícia se refere a boate Privê na Avenida das Guianas bairro 13 de setembro e a edição do jornal vai utilizar essa prisão não só nas páginas policiais como também nas sessões políticas ao longo de várias edições seguintes. Na página 03 da edição de 11 de agosto, o título da notícia é “Jornalista dá show no Privê e consegue abafar mulheres”, Segundo o disc jockey da boate, entrevistado pelo jornal, estava havendo um *strip-tease* na boate, o jornalista teria chegado no

local alcoolizado, tentou, nu dentro do banheiro, “agarrar a pulso” uma mulher, chamada Francineide Santos Cavalcante, que estaria no local acompanhada do namorado. Além disso, Perônnico teria promovido desordem e desfilado com revólver na cintura sem porte de arma. Entretanto, a informação sobre a moça é um tanto conflituosa visto que o jornal apresenta uma foto dela e abaixo na legenda escrito “Anita: vítima do jornalista” conforme a figura 19.

Figura 19: Notícia na página policial do ocorrido com o jornalista, 1992



Fonte: Jornal o Estado de Roraima, 11 de agosto de 1992 ano III ed. 726, pág. 03.

Uma estratégia utilizada para aumentar a valorização do caso foi atribuir à pessoa envolvida, chamada “Anita” possivelmente codinome de trabalho, o status de visitante do local em questão, ao invés de ser rotulada como prostituta. Essa abordagem visa conferir maior importância ao incidente, uma vez que, ao retratar a pessoa como uma visitante, sua agressão é percebida como mais impactante do que se ela fosse simplesmente uma profissional do sexo. Essa tática pode ser analisada à luz da teoria da valorização social de Erving Goffman.

Segundo Goffman, (2017), a sociedade atribui valores diferentes às pessoas com base em características que são consideradas estigmatizadas. No caso da prostituição, há uma

estigmatização social em relação a essa atividade, o que resulta em um estereótipo negativo associados aos sujeitos desta prática. Essa estigmatização pode levar à desvalorização da experiência dessas pessoas, incluindo situações de agressão. Ao retratar a mulher envolvida como visitante do local, os responsáveis pela valorização do caso estão tentando contornar esse estigma social associado à prostituição.

O jornal busca alterar a percepção da sociedade sobre a gravidade da agressão, destacando a identidade da vítima como alguém que não se enquadra no estereótipo de prostituta. No entanto, é válido considerar os possíveis impactos dessa estratégia. Embora ela possa ajudar a chamar a atenção para a agressão e destacar a necessidade de proteção e justiça, também pode reforçar a estigmatização associada à prostituição. Ao enfatizar a diferença entre a vítima e a imagem estereotipada de uma prostituta, há o risco de perpetuar o estigma e a desvalorização das pessoas envolvidas nessa atividade.

O jornalista Expedito Perônnico foi preso por policiais federais que estavam na boate à paisana. Os 3 policiais federais que também estavam na boate tentaram amenizar a situação e então o jornalista teria desacatando-os e ameaçado por ser assessor do governador Ottomar de Souza Pinto. A confusão teria terminado com a prisão do jornalista. Levado para a delegacia de polícia civil, o delegado teria descartado o flagrante visto que os policiais federais não estavam de serviço, estariam bêbados e na hora da entrega da arma na delegacia, houve uma confusão com a arma do próprio agente federal. O jornal na notícia afirma que o delegado estaria prevaricando ao não prender o jornalista, isso por conta da relação dele com o governo.

Conforme publicado no jornal oposicionista O Estado de Roraima de 11 de agosto de 1992, p. 03, “o jornalista do Diário de Roraima, segundo frequentadores da casa noturna, já estava acostumado a chegar ali de maneira inadequada apesar de o ambiente ser ponto de encontro para programas e um antro de prostituição”. A afirmação sugere que o comportamento do jornalista é considerado inadequado mesmo para um local associado à prostituição, insinuando que o lugar em si está em uma posição inferior e que a conduta do jornalista é ainda mais desprezível em relação a esse contexto que já é considerado socialmente degradante.

A sociedade rotula certas características e comportamentos como estigmatizados, atribuindo-lhes um status social inferior. Nesse caso, a prostituição é frequentemente estigmatizada e vista como uma atividade degradante, sendo associada a estereótipos negativos. (GOFFMAN, 2017). Ao enfatizar que o comportamento do jornalista é inadequado mesmo para um lugar de prostituição, sugere-se que ele ultrapassou os limites sociais estabelecidos, violando normas ainda mais baixas do que as já atribuídas àquele contexto específico. Essa estratégia retórica visa ressaltar a gravidade da ação do jornalista, enfatizando sua transgressão

moral e destacando que sua conduta é considerada inaceitável, mesmo em um ambiente socialmente estigmatizado.

O incidente é veiculado tanto nas páginas policiais quanto em uma coluna intitulada "entrelinhas", que consiste em uma seção de opinião não assinada por nenhum jornalista, o que sugere que a opinião expressa é representativa do jornal como um todo. Segundo Silva (2014) a teoria da agenda-setting argumenta que a mídia desempenha um papel fundamental na seleção e ênfase de determinados assuntos, influenciando a percepção do público sobre quais questões são consideradas importantes e merecem atenção. Essa estratégia editorial permite ao jornal influenciar a interpretação dos leitores sobre o incidente, reforçando determinadas narrativas ou perspectivas. Nesse sentido, a decisão do jornal em destacar o incidente tanto nas páginas policiais quanto na coluna de opinião sugere que o veículo de comunicação está direcionando a atenção do público para esse acontecimento específico, moldando a agenda pública.

Na seção escrita do "entrelinhas" da mesma edição do dia 11 de agosto, é perceptível uma tentativa de relacionar o incidente ao governo do estado, utilizando termos como "representantes do Diário da Pintolândia no baixo meretrício". Além disso, são expressas críticas à falta de cobertura do fato nas páginas do que eles chamam novamente de "Diário da Pintolândia", em referência ao sobrenome do governador e como forma de dizer que é o jornal de Ottomar de Souza Pinto. Ao fazer críticas à falta de notícias sobre o incidente nas páginas do jornal, o veículo reforça a ideia de que sua própria cobertura é deficiente e se posiciona como uma voz alternativa e crítica em relação à mídia estabelecida.

A utilização desse fato pelo jornal para tentar relacioná-lo ao governo e assim desmoralizá-lo visto que o mesmo repercutiria em algumas edições posteriores. Essa notícia tomar maiores dimensões por ser período das eleições municipais e o jornal defender a candidatura de Teresa Jucá e o governo apoiar o candidato Doutor Alceste. Essa notícia não esteve presente nas edições do jornal Folha de Boa Vista e muito menos do Diário de Roraima. Ao escolher não divulgar a notícia nas edições os veículos demonstram uma postura seletiva na cobertura dos eventos, possivelmente alinhada com seus interesses políticos e posicionamento editorial.

Ao final da notícia, há um julgamento de valor, sugerindo que aquele ambiente não seria adequado para "homens casados sérios". No entanto, ao finalizar com um julgamento de valor sobre a adequação do ambiente para "homens casados sérios", o jornal também está promovendo estereótipos e reforçando normas sociais conservadoras.

A notícia sobre a confusão com o jornalista se estendeu até a edição do dia 13 de agosto, quando o jornalista Expedido sai do Diário de Roraima e passa a assessorar o irmão do

governador. Acima da coluna, tem uma charge grande que remonta o ocorrido, conforme figura 20.

**Figura 20: Charge do Jornal O Estado de Roraima retratando o caso de Expedito Perônnico, 1992**



Fonte: Jornal o Estado de Roraima, 11 de agosto de 1992 ano III ed. 726 pág.

O jornalista é descrito como um cowboy de filmes do faroeste com duas armas para cima atirando num espaço similar a boate, na ocasião tem duas mulheres seminuas em cima do palco que num balão de conversa está escrito “lá vem aquele jornalista do Diário!”. Rodrigues (2017) argumenta que as imagens e representações visuais nos meios de comunicação desempenham um papel significativo na construção de significados e na influência sobre as percepções do público. No caso, o jornal direciona o público para a ideia de que Expedito estaria no faroeste, alguém que estaria se divertindo ao transgredir as leis na certeza da sua impunidade.

Dez dias após o ocorrido na boate a seção “Entrelinhas” da edição do Jornal o Estado de Roraima, as questões políticas envoltas do caso são expostas de maneira sarcástica. A publicação seria uma resposta a um comentário do jornalista, Expedito Perônnico, na sua coluna semanal sobre uma crítica a capacidade da candidata de Teresa Jucá a prefeitura pelo partido PDS. O jornal acusa o jornalista de ser devoto de Macunaíma, o herói sem caráter que no caso da boate tentou colocar-se no lugar de vítima de uma possível violência perpetrada pelos agentes da polícia federal, colocando-os como os culpados. No caso, o jornal julga a moral do jornalista para tecer críticas de capacidade da então candidata que o jornal Estado de Roraima.

O jornal fala quem se apresentará no showmício do candidato governista a prefeitura de Boa Vista, dr. Alceste Madeira, seria a atração “Pequinho e as meninas do privê” logo abaixo

uma charge do jornalista Expedido dançando com mulheres seminuas e um homem vestido como agente da polícia federal, ver figura 21.

**Figura 21: Charge satírica do Jornal O Estado de Roraima**



Fonte: Jornal o Estado de Roraima, 21 de agosto de 1992 ano III ed. 735 págs. 2

A utilização da charge representa uma forma de simbolização do poder e do domínio. Ao retratar Expedido dançando com mulheres seminuas e um homem vestido como agente da polícia federal, o jornal busca desmoralizar o jornalista, associando sua imagem a uma suposta imoralidade e questionando sua credibilidade como crítico político. Essa estratégia visa influenciar a percepção do leitor, colocando-o em uma posição de desconfiança em relação às opiniões expressas por Expedido e, por consequência, em relação à candidatura de Teresa Jucá.

Os jornais, ao explorarem sensacionalismo e estereótipos, reforçam a imagem negativa das prostitutas e dos locais onde elas atuam. Essa representação tendenciosa impacta diretamente a percepção pública, confiante para a marginalização das trabalhadoras sexuais e a criminalização de suas atividades. Ao retratar os territórios da prostituição como espaços perigosos e degradantes, os discursos jornalísticos reforçam estigmas e preconceitos, dificultando a compreensão das complexidades e diversidades presentes nesse contexto. (COLE, 2006)

O fato analisado teria ocorrido em uma das boates do 13 de setembro que era o local de diversão da elite boa-vistense. Entretanto, embora reforce estigmas sobre esses lugares, o tratamento destinado as zonas do Beiral e da Zona Oeste são ainda mais violentas. Através de uma seleção de palavras pejorativas, animadas, exageradas e de abordagens moralizantes, os

discursos jornalísticos constroem uma narrativa que associa a prostituição desses lugares frequentados pela classe trabalhadora a aspectos negativos não só da imoralidade, como também a violência e perigo.

A exemplo dessa construção dos jornais, tomemos a notícia veiculada no dia 9 de abril de 1989, na página policial do Jornal Folha de Boa Vista. Intitulada "Cadáver é desovado no Beiral", revela uma abordagem que pode ser analisada à luz da teoria do lugar central de Christaller. Nessa perspectiva, o jornal descreve o local onde o corpo foi encontrado, Beiral, como uma região associada à prostituição, violência e criminalidade, conferindo a ele uma conotação negativa.

Ao mencionar que a vítima era uma mulher seminua, o jornal estabelece uma conexão imediata entre sua presença no local e a atividade da prostituição, perpetuando estereótipos e preconceitos em relação a mulher prostituta. Essa associação automática entre a condição de seminudez e a profissão de prostituta revela a tendência do jornal em rotular e julgar a vítima com base em sua aparência e localização.

Além disso, a notícia destaca que a mulher não foi identificada pelos moradores locais e um dos depoentes afirma que ela não era conhecida na região. Essa afirmação, juntamente com a suposição do jornal de que ela provavelmente era uma prostituta, demonstra a forma como a mídia pode estigmatizar e desvalorizar as pessoas que não se enquadram nos padrões estabelecidos. A referência à possibilidade de suicídio, levantada pela polícia devido à ausência de lesões no corpo, é tratada de maneira superficial pelo jornal, que enfatiza o histórico de homicídios na região do Beiral. Essa abordagem sensacionalista contribui para reforçar a percepção negativa e estigmatizada do local, criando uma atmosfera de violência e impunidade (GONZALEZ et. al., 2011).

Podemos perceber como o jornal utiliza o contexto espacial e social para construir narrativas que perpetuam estigmas e preconceitos. A ênfase no Beiral como um local associado à prostituição e criminalidade contribui para a marginalização e a desumanização da vítima, negando-lhe o direito à identidade e à dignidade mesmo após sua morte. Além disso, é comum que a rua Castelo Branco, local de concentração dos prostíbulos do bairro Caetano Filho, estampe as páginas do jornal por conta das prisões frequentes de traficantes na região. Apresentando assim o papel dos jornais na construção de estereótipos e na reprodução de desigualdades sociais.

Com relação as regiões de prostituição nas proximidades da Ataíde Teive, também são recorrentes estamparem o jornal Folha de Boa Vista na seção policial, noticiando mortes ou prisão de traficantes. Como no caso da edição do dia 28 de setembro de 1984. A manchete

principal trata do assassinato de dois jovens menores de idade, conhecidos por cometer pequenos delitos e ter passagem pela polícia. O exame balístico aponta que a bala foi disparada pela arma do policial Abel Menezes Nunes, que nega o fato. Testemunhas afirmam que o policial esteve com uma das vítimas até as 3 da manhã do dia do crime em uma boate chamada "Amores" no bairro "Liberdade". O policial teria ameaçado uma das vítimas devido ao furto de um aparelho de TV de sua amásia chamada Vanda Xaud. É interessante notar que o crime não ocorreu na boate mencionada, mas a relação entre os envolvidos e os ambientes de prostituição é mencionada.

As outras 2 notícias sobre a região são das edições do dia 22 de agosto e 10 de dezembro de 1991. A primeira relata a prisão de um traficante no bairro Liberdade. O destaque é dado à informação de que o traficante vendia maconha em frente à boate do Baiano, localizada na Avenida Ataíde Teive, considerada a boca de fumo mais movimentada da cidade. Essa informação ressalta a ligação entre o tráfico de drogas e a boate mencionada. A segunda se refere ao Crime na boate Globo de Ouro, ambos no bairro Liberdade, sendo a vítima um carpinteiro. O assassino já tinha passagem pela polícia. A localização da boate no bairro Liberdade, sugere uma conexão entre o local e o crime.

Essas manchetes revelam uma conexão entre crimes, boates e ambientes de prostituição, especialmente na região do bairro Liberdade. Os jornais destacam essas informações, sugerindo uma relação entre os locais e os eventos criminais. Além disso, os jornais mencionam a presença de policiais nos mesmos ambientes frequentados por criminosos, indicando que a região da prostituição aproximava os dois grupos. Esses elementos revelam a forma como a imprensa retratava a criminalidade e sua associação com determinados locais e comportamentos.

Já no ano seguinte, é noticiado no jornal Folha de Boa Vista, em 28 de maio de 1992, a reclamação dos moradores da Rua José Rodrigues, no bairro Asa Branca, em relação a um bar chamado "Encontro dos Amores". Os moradores descrevem o estabelecimento como um "verdadeiro meio de atentado à moral", citando a presença de mulheres sem roupas, linguagem inadequada e falta de respeito com os filhos menores da região.

De acordo com teoria da estigmatização, proposta por Erving Goffman (2017), que trata dos processos sociais pelos quais certos indivíduos ou grupos são rotulados como desviantes, imorais ou indesejáveis pela sociedade. No caso em questão, os moradores estigmatizam o bar e suas frequentadoras, associando-as a comportamentos considerados inadequados e imorais.

Por outro lado, a dona do bar, Maria das Dores Oliveira, em resposta à denúncia, defende-se das acusações, alegando que não aluga quartos para programas e que as mulheres são apenas clientes ocasionais. Ela nega a presença frequente das mesmas e rejeita as acusações de palavras

de baixo calção. A proprietária também destaca que possui licença para funcionar 24 horas e menciona a presença policial em seu estabelecimento apenas uma vez, relacionada a um furto em que ela foi vítima, não a acusada.

O caso desmascara a questão da ausência de segurança pública nesses lugares, a falta de estrutura básica no incipiente bairro que propiciam um elevado número de criminalidade na região. A falta de estrutura básica no bairro Asa Branca, mencionada na notícia, pode contribuir para um cenário propício à ocorrência de crimes e ações que desafiam a moralidade pública. A carência de investimentos em infraestrutura, educação, saúde e oportunidades de trabalho podem levar ao aumento da criminalidade e agravar os problemas enfrentados pela comunidade local (VERAS, 2009).

Segundo Canclini (2002) as relações espaciais são refletidas nos textos jornalísticos e esses discursos desempenham relevante papel na construção simbólica da realidade urbana, constituem-se como instrumento de mediação da vida urbana. A construção de um discurso jornalístico que perpetue os estigmas sobre as prostitutas é entendida aqui como uma das formas de controle social e político. Como a região dos bairros Liberdade, Asa Branca e Caimbé, eram ocupadas rapidamente por uma massa populacional significativa, uma das formas dos pensadores da cidade de controlar essas regiões é fazendo também uso dos discursos simbólicos de controle do jornal, grande parte controlado por políticos, e também fazendo uso da polícia.

O discurso jornalístico produz o esquecimento de que a verdade é uma construção, constituída de uma formação discursiva que determina o que pode e deve ser dito a partir de um lugar social historicamente determinado (MAIA, 2003). O discurso criado sobre a imagem do baixo meretrício vinha inevitavelmente associado “à ideia da animalidade da carne, da bestialidade do sexo, do gozo irrefreável e da orgia sem limites, atestando o último degrau de degradação atingido pela humanidade. Tudo aí passava pelo crivo do negativo, do sombrio, da brutalidade humana” (RAGO, 1991, p. 242)

Essa representação tendenciosa impacta diretamente a percepção pública, contribuindo para a marginalização das prostitutas e a criminalização de suas atividades. Ao retratar os territórios da prostituição especialmente nas zonas da rua Castelo Branco e Avenida Ataíde Teive, como espaços perigosos e degradantes, os discursos jornalísticos reforçam estigmas e preconceitos, dificultando a compreensão das complexidades e diversidades presentes nessa prática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o deslocamento do Morro para a área do bairro Caetano Filho percebe-se que os códigos internos de funcionamento da prostituição não sofrem muitas modificações visto que a estrutura da cidade, naquele bairro, permaneceu muito similar ao que era encontrada no Centro da cidade dos anos 1950. Pesquisadores como Silva (2012) e Veras (2009), nos ajudaram a entender que isso ocorreu porque até a década de 1970 a cidade cresceu e se organizou urbanamente nas atuais áreas centrais da cidade, no entorno do Plano Urbanístico concebido para a capital do antigo Território Federal do Rio Branco. Eram as áreas ocupadas por aqueles que pensavam a cidade, concentrando assim políticas urbanas próximas das suas habitações, fato que no seu processo de expansão vai formar uma cidade com espaços segregados que serão ocupados por pessoas mais pobres e que por isso permaneceriam sem investimentos infraestruturais importantes.

Com o *boom* populacional a partir dos anos 1970 e intensificado pelo garimpo na década de 1980, houve um crescimento desordenado da cidade que reconfigurou o traçado urbano planejado. Os estudiosos das cidades aqui cotejados nos permitem afirmar que o desenvolvimento capitalista e as forças econômicas influenciam a organização espacial das cidades, resultando e aprofundando desigualdades e segregação. Como no caso de Boa Vista, tendo em vista a formação de novas zonas de prostituição nas margens da cidade emergente, novas zonas de prostituição localizadas às margens da cidade que surgia, notadamente a expansão das zonas do baixo meretrício para áreas nos atuais bairros 13 de Setembro, Liberdade, Caimbé e Asa Branca quando estes estavam no limite da cidade.

Conforme a cidade ia crescendo a prática prostitucional foi se adaptando de acordo com essa expansão e diversificando sua estrutura seguindo o ritmo da própria cidade. Até 1970 a prostituição possivelmente concentrava-se na zona do Caetano Filho, o que não impedia de haver estabelecimentos espaçados ao longo de outros bairros. Com o desenvolvimento da cidade a partir da BR-174, em direção à Zona Oeste, conforme surgiam novos bairros, com o aumento populacional significativo, políticas de urbanização eram colocadas em prática. Nesse contexto surgem as boates de alvenaria no 13 de Setembro e, posteriormente, os bares-prostíbulos ao longo da Ataíde Teive. Portanto, a configuração do território da prostituição feminina em Boa Vista, no final do século XX, é um reflexo das transformações urbanas, das desigualdades socioespaciais e das forças sociais, econômicas, políticas e morais presentes na cidade.

Essa nova conjuntura estabelece condutas internas muito específicas que refletiam a estrutura social e espacial da época. Boa Vista vai desenvolver desde sua gênese um tipo de

prostituição de *boite*, menos exposta que aquela de rua. No contexto de Boa Vista, a influência das concepções religiosas e a pressão de uma sociedade moralista, que vimos bem representada nos jornais, contribuíram para a condenação moral associada à prostituição, condenando-a ao submundo e a uma invisibilidade consentida, representada na concentração dessa prática em estabelecimentos fechados, como bar-prostíbulos e boates, limitando a presença de prostituição de rua na cidade até o século XXI.

Como constatou-se ao longo do trabalho, a cidade de Boa Vista desenvolve por muito tempo a prostituição de baixo meretrício visto que a própria estrutura da cidade não propiciava a formação de espaços mais sofisticados. Com isso, observamos que a delimitação da divisão da prostituição e a hierarquização do meretrício se dá na década de 1970, com as boates concentradas na Avenida das Guianas, bairro 13 de Setembro. Esses locais foram palco de diversão para a elite política e econômica local. Com códigos sociais rígidos, o período dos anos 1980 será marcado pela forte influência das cafetinas, proprietária das boates, na cidade, visto que suas ações, muitas vezes fora da lei, terão apoio de indivíduos pertencentes aos grupos com controle político e econômico e de agentes de segurança local que estabelecem uma relação de interesse mútuo.

Esses locais sofriam menos com as pressões policiais e dos jornais da época visto que eram locais “da elite”. Já as demais regiões como o Caetano Filho e as proximidades da Ataíde Teive sofreram tanto com a pressão policial quanto com os reforços na estigmatização produzida pelos discursos jornalísticos da época. Enquanto as boates tinham espaços nos jornais para divulgação, expondo fotos de mulheres peladas inclusive, as outras zonas de prostituição estampavam as páginas policiais, relacionadas sempre a violência, criminalidade e a sujeira moral. Acreditamos que perseguição contra esses espaços se deu muito mais pela clientela presente nela do que pela prática em si. Os motivos para a vigilância da polícia dobravam porque os clientes dessas zonas eram homens de baixo poder aquisitivo e eram considerados suspeitos e perigosos tanto como as prostitutas, gentes que habitavam as margens da cidade.

Os jornais desempenham um papel significativo na estigmatização das prostitutas, contribuindo para a reprodução de preconceitos e estereótipos negativos sobre essa profissão. Os vários autores/as trabalhados na pesquisa, mostram que os estigmas sociais são construídos e reforçados por meio de interações sociais, discursos e representações simbólicas. Nesse sentido, os jornais boa-vistenses desempenham um papel importante na construção e perpetuação do estigma associado à prostituição, através de manchetes sensacionalistas, descrições estigmatizantes e narrativas moralizadoras, retrataram as prostitutas de maneira

negativa, reforçando estereótipos de promiscuidade, imoralidade e criminalidade. Em muitos casos, para fins políticos e para disputar poderes no espaço da cidade.

Compreender a relação entre a prostituição e o processo de rotulação e estigmatização dos indivíduos que não se enquadram nas normas sociais dominantes perpassa pelo entendimento de que esta é um fenômeno social atrelado as dinâmicas urbanas. Becker (2008) argumenta que a sociedade, por meio de seus agentes de controle, atribui rótulos negativos a determinados grupos, marginalizando-os e excluindo-os da sociedade. No contexto da prostituição, as trabalhadoras sexuais são rotuladas como "outsiders" (marginalizadas), sofrendo estigma e discriminação por parte da sociedade. O estigma associado à prostituição é resultado de processos sociais que rotulam e desvalorizam certas atividades, identidades, espaços e lugares. No caso das prostitutas, esse estigma é construído por meio de sofrimento social, discursos e normas culturais que perpetuam a marginalização e a exclusão dessas mulheres da sociedade.

Em confluência com Becker (2008) e Diane Ramos (2017), pudemos entender como a segregação espacial da prostituição está ligada à estigmatização dessas mulheres. A concentração da atividade em áreas periféricas e desvalorizadas da cidade é resultado do processo de um processo histórico de rotulação e exclusão social. Essa segregação espacial reforça o estigma e a marginalização das prostitutas, pois são confinadas a espaços urbanos e a lugares específicos onde a prostituição é tolerada ou invisibilizada.

Nesse contexto, espaços urbanos específicos são designados para a prática da prostituição, sendo percebidos como margens da cidade. Esses espaços, muitas vezes precários e desvalorizados, são resultado de dinâmicas sociais complexas que reproduzem a segregação e a estigmatização. No caso de Boa Vista, conforme a cidade se expandia e mesmo após a inserção dessas regiões na dinâmica da cidade, não estando mais à sua margem física, ainda assim, os espaços de exercício do meretrício permaneceram existindo e se adaptando, e as novas personagens que vão surgindo, como a prostituição de travestis, por exemplo, e aos códigos sociais que vão sendo desenhados, tanto internamente quanto externo a zona.

Portanto, a prostituição boa-vistense se especializou no limite da cidade, em bairros emergentes sem grandes estruturas, por uma questão intrínseca a prática e a forma como a sociedade lida com ela. Permitida somente quando não for visível aos olhos da moralidade, esses locais incomodam o poder público somente quando passam a ser percebidos, existindo uma espécie contrato socialmente firmado para sua existência com consentimento do Estado, havendo uma "cláusula" que determina o devido controle sobre os indivíduos pertencentes aos

espaços da prostituição – dos seus corpos, seus lugares e espaços habitados –, mantendo-se assim a “ordem social”.

A pesquisa aqui apresentada abre um caminho para a compreensão da atual configuração do território da prostituição feminina em Boa Vista, atrelando-a às modificações ocorridas na própria cidade nos últimos anos. Esta é uma das formas possíveis de abordar a questão, isto é, levando em consideração as características singulares dessa prática em Boa Vista e observando que mesmo historicamente condenada moralmente, esteve e está intimamente ligada ao desenvolvimento da própria cidade.

## FONTES

- Jornal Folha de Boa Vista, domingo 28 de setembro de 1984 - Ano I 00050 págs. 8  
 Jornal Folha de Boa Vista, domingo 08 de fevereiro de 1985 - Ano II Edição 00069 p.8  
 Jornal Folha de Boa Vista, domingo 6 de abril de 1986 - ano III Edição 00172 págs. 3  
 Jornal Folha de Boa Vista, domingo 9 de abril de 1989 - ano VI Edição 00509 págs. 8  
 Jornal Folha de Boa Vista, quarta-feira 12 de novembro de 1990 - ano VII Edição 00612  
 Jornal Folha de Boa Vista, quarta-feira 11 de setembro de 1991 - Edição 00720  
 Jornal Folha de Boa Vista, Terça-feira 13 de agosto de 1991 - ano VII Edição Ano VII Edição 00706  
 Jornal Folha de Boa Vista, quarta-feira 11 de julho de 1991 - ano VII edição 692 p.  
 Jornal Folha de Boa Vista, Terça-feira 20 de agosto de 1991 - ano VII Edição 00709 p.12  
 Jornal Folha de Boa Vista, Quinta-feira 22 de agosto de 1991 - ano VII Edição 00710  
 Jornal Folha de Boa Vista, Quinta-feira 29 de agosto de 1991 - ano VII Edição 00713  
 Jornal Folha de Boa Vista, Terça-feira 10 de dezembro de 1991 - ano VIII Edição 00771  
 Folha de Boa Vista, quinta-feira 28 de maio de 1992 - ano VIII Edição 00877 págs. 12  
 Folha de Boa Vista, sábado 21, 22 e 23 de novembro de 1992 - ano X Edição 01000 p. 12  
 Folha de Boa Vista, sexta-feira 20 de novembro de 1992 - ano X Edição 00999 p. 12  
 Folha de Boa Vista, quinta-feira 26 de novembro de 1992 - ano X Edição 01003 p. 12  
 Folha de Boa Vista, quarta-feira 02 de dezembro de 1992 - ano X Edição 01007 p. 12  
 Folha de Boa Vista, quarta-feira 16 de dezembro de 1992 - ano X Edição 01016 p. 12  
 Jornal Folha de Boa Vista 30 de abril de 1992 - edição 00661- p 8  
 Folha de Boa Vista, quinta-feira 25, 26 e 27 de julho de 1992 - ano IX Edição 00917 p. 12  
 Folha de Boa Vista, quinta-feira 28 de julho de 1992 - ano X Edição 00918 p. 4  
 Folha de Boa Vista, quinta-feira 29 de outubro de 1992 - ano X Edição 00983 p. 12  
 Folha de Boa Vista, 05, 06 e 07 de dezembro de 1992 - ano X Edição 01010 p. 6  
 Folha de Boa Vista, quarta-feira 02 de fevereiro de 1994 - ano XI Edição 01290 p. 16  
 Folha de Boa Vista, 26 de maio de 1994 - ano XI Edição 01364 p. 16  
 Folha de Boa Vista, 13, 14 e 15 de agosto de 1994 - ano XI Edição 01418 p. 16  
 Folha de Boa Vista, 13, 14 e 15 de agosto de 1994 - ano XI Edição 01571 p. 16  
 Folha de Boa Vista, 05 de junho de 1993 - ano X Edição 01130 p. 4  
 Folha de Boa Vista, 08 de junho de 1993 - ano X Edição 01131 p. 4  
 Folha de Boa Vista, 10 de junho de 1993 - ano X Edição 01133 p. 4  
 Folha de Boa Vista, 11 de junho de 1993 - ano X Edição 01134 p. 4  
 Folha de Boa Vista, 12, 13 e 14 de junho de 1993 - ano X Edição 01135 p. 13

- Folha de Boa Vista, 15 de junho de 1993 - ano X Edição 01136 p. 7
- Folha de Boa Vista, 19, 20 e 21 de junho de 1993 - ano X Edição 01140 p. 4
- Folha de Boa Vista, 22 de junho de 1993 - ano X Edição 01136 p. 7
- Folha de Boa Vista, 24 de junho de 1993 - ano X Edição 01143 p. 4
- Folha de Boa Vista, 25 de janeiro de 1994 - ano XI Edição 01284 p. 16
- Folha de Boa Vista, 26 de janeiro de 1994 - ano XI Edição 01285 p. 14
- Folha de Boa Vista, 27 de janeiro de 1994 - ano XI Edição 01286 p. 14
- Folha de Boa Vista, 24 de fevereiro de 1994 - ano XI Edição 01304 p. 13
- Folha de Boa Vista, 21 de junho de 1995 - ano XII Edição 01304 p. 4
- Jornal Folha de Boa Vista, 08, 09 e 10 de janeiro de 1994 - ano XI Edição 01274 p. 05
- Jornal Folha de Boa Vista, sexta-feira 04 de novembro de 1994 - ano XI Edição 01473 p. 6
- Jornal Folha de Boa Vista, 12 de novembro de 1994 - ano XI Edição 01479 p. 6
- Jornal Folha de Boa Vista, 26, 27, 28 de novembro de 1994 - ano XI Edição 01479 p. 6
- Jornal Folha de Boa Vista, 20/21 e 22 de maio de 1995 - ano XII Edição 01605 p. 4
- Jornal Folha de Boa Vista, 25 de maio de 1995 - ano XII Edição 01607 - p. 4
- Jornal Folha de Boa Vista, 26 de maio de 1995 - ano XII Edição 01608 - p. 4
- Jornal Folha de Boa Vista, 20 de junho de 1995 - ano XII Edição 01624 - p. 5
- Jornal O Estado de Roraima, 10 de agosto de 1993, ano IV, ed. 1012, p. 12
- Jornal O Estado de Roraima, 11 de agosto de 1992, ano III, ed. 726, p. 2
- Jornal O Estado de Roraima, 11 de agosto de 1992, ano III, ed. 726, p. 3
- Jornal O Estado de Roraima, 13 de agosto de 1992, ano III, ed. 728, p. 11
- Jornal O Estado de Roraima, 21 de agosto de 1992, ano III, ed. 735, p. 2
- Jornal O Diário de Roraima, 14 de nov. de 1993, p. 11

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Nayara Elisa de Moraes. **Um incômodo moral: o meretrício e seus meios de controle em Curitiba (1929-1937)**. 202 f. Dissertação (Mestrado) Programa em Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, 2016, p. 29-54.
- ALVARENGA, Alexandre Andrade. **Geopolítica de guerras híbridas por recursos: um estudo sobre métodos indiretos, disputas e conflitos no setor de petróleo do Brasil**. Tese 222f. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022.
- ANDRADE, L. T; TEIXEIRA, A. E. **A territorialidade da Prostituição em Belo Horizonte**. Caderno Metrôpole, n. 11, p. 137-157, 1º sem. 2004.
- ANDRADE, Iarê Lucas. **“Dalinha do trem prá lá”. O discurso sobre a prostituição na Cidade do Crato -1940/1960**. Dissertação. Rio de Janeiro, 2000.
- ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, Vozes, 2000.
- ARIENTE, M. A. **O cotidiano da prostituta em São Paulo: estigma e contradição**. [dissertação]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo; 1989.
- BARRETO, Letícia Cardoso Barreto. **Prostituição, gênero e sexualidade**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), defendida em Agosto de 2008.
- BASSERMANN, Lujo. **História da prostituição: uma interpretação cultural**. Civilização Brasileira, 1968.
- BECKER, S. Howard. **Outsider: estudo de sociologia do desvio**. Tradução: Maria Luiza. de A. Borges. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2008, 15-30 p.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BENATTI, Antônio Paulo. **O CENTRO E AS MARGENS Boêmia e prostituição na capital mundial do café, (Londrina: 1930-1970)** - 241f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996, 157-215 p.
- BOCHETT. Amanda Canterle; CALLEGARO, Erick Kader; FREITAS, Jéssica Cantele de; CABRAL, Sara Regina Scotta. **Concepções de discurso político: caminhos para uma discussão teórica**. Revista Moara –Edição 47 –jan -jun 2017, Estudos Linguísticos. P. 128-151.
- CANCLINI, Néstor García. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. VIII, no1, 2002, p.40-53.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CAPELO, Tatiana Raquel Abreu Freitas. **A Prostituição de Luxo: uma construção cultural**. 233f. Dissertação (mestrado em gestão cultural), Universidade da Madeira, Portugal, 2016.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CONCEIÇÃO, Cleudimar Araújo. **Surgimento do bairro Asa Branca na década de 1980 em Boa Vista/RR**. Monografia 55 folhas (graduação em História) - Universidade Federal de Roraima – UFRR, Centro de Ciências Humanas, Curso de História, 55 folhas, 2012.

CONCEIÇÃO, Cleudimar Araújo. **A evolução sócio espacial do bairro Asa Branca dentro do desenvolvimento regional e urbano, a partir dos anos 1980, em Boa Vista-RR**. Dissertação 99f. Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPGDRA)- Universidade Federal de Roraima (UFRR). Boa Vista, 2017.

COLE, Sary Calonge. **La representación mediática: teoría y método**. Psic. da Ed., São Paulo, 23, 2º sem. de 2006, pp. 75-102

CORREIA, Cyneida Menezes. **Jornalismo e memória a construção da política nos jornais de Roraima (1907-1988)**. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2021. 129 f.

CORREIA, Cyneida Menezes; MUNARO, Luís Francisco. **Os jornais impressos de Roraima e as transformações na atividade política estadual (1914-1989)**. Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação, Palmas, v. 3, n. 3, p. 36-55, set.-dez. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. São Paulo editora ática, 1989. p. 10-55.

COUTO, V. R. **Nem Eva, nem santa, “eu nasci pra ser quenga”:** **Marcas que rasgam vidas, dilaceram almas – Gênero, poder e subjetividade na prostituição feminina em Pouso Alegre-MG (1969-1982)**. ENCONTRO REGIONAL ANPUH – MG, 18., 2012, Mariana. Anais... Mariana: Associação Nacional de História – Seção Minas Gerais. Disponível em: <http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/site/anaiscomplementares> Acesso em 01 de fevereiro de 2023.

CUNHA, Valmir Pereira da. **A (re)produção como forma de valorização do espaço urbano em Boa Vista-RR: um estudo no Bairro Aeroporto e entorno no período de 2000 a 2015**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Roraima, 2016.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. Tradução: Márcia Bechara. N-1 Edições, 2016.

DIAS, Maria das Graças Santos. **Amazônia, o extrativismo vegetal no sul de Roraima:1943-1988**. 2º Ed. Boa Vista: Editora da UFRR,2018, p. 133-196

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

ESPINHEIRA, Gey. **Divergência e prostituição : uma análise sociológica da comunidade prostitucional do Maciel**. Bahia, Tempo Brasileiro, 1984.

ESTIMADO, R. B., FORTUNATO, T., CRUZ, J. F. A., HOTIMSKY, M. C. N., & BASSANI, A. D. Entrevista: Margareth Rago. *Humanidades Em diálogo*, 7, 2016. P. 15-43.

FALCÃO, Márcia Teixeira et al. **Direito ambiental versus sociedade de risco: um estudo de caso do bairro Francisco Caetano filho em Boa Vista – Roraima**. *Norte Científico*, v.6, n.1, dezembro de 2011.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I – A vontade de saber**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1994, p. 17.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FREITAS, Renan Springer de. **Bordel, bordéis: Negociando identidades**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1985.

FURQUIM, Késsio Guerreiro. **A construção de lugares na boemia**. 168 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) –Faculdade de Arquitetura- Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, UFRGS. Porto Alegre, 2017. 31-82 p.

GASPAR, M. D. **Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1985.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GONZALEZ, Elena Calvo; SOUZA, Iara Maria de Almeida. ALVES, Paulo César. **Corpos: ações, lugares e coisas**. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 24, n. 61, p. 9-14, Jan./Abr. 2011.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz et al. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: ULBRA; Porto Alegre: EdUFRGS, 2008. p. 19-36.

JÚNIOR, Paulo Marreiro dos Santos. **Glamour e agonia na prostituição da manaus da borracha**. *Cordis. Mulheres na história*, v. 2, São Paulo, n. 13, p. 17-31, jul./dez. 2014.

LAGENEST, Jean Pierre Barruel. **Lenocínio e prostituição no Brasil**. AGIR Editora, Rio de Janeiro, 1960.

LAGENEST, Jean Pierre Barruel. **Mulheres em leilão: Um estudo da prostituição no Brasil**. Petrópolis:Vozes. 1987.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima (Org.). Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil: relatório nacional.

Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta**. Rio de Janeiro: objetiva, 2009.

LEITE, Juçara Luzia. **República do Mangue: controle policial e prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974)**. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2005.

LEITE, Sonni Lemos Barreto. **Espaço, violência e segregação: um estudo sobre a dinâmica da formação de espaços mal-ditos na cidade de Natal/RN**. 167f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/16948/1/SonniLB DISSERT.pdf> Acesso em: 05 mai. 2023.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo, Cultrix, 2019.

LIRA, Bárbara Rebecka Gomes de. **A difícil vida fácil: o mundo da prostituição e as suas representações na cidade de Manaus (1890-1925)**. 114f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2014.

MAIA, M. C. G. **O adolescente em conflito com a lei falado pelo discurso jornalístico**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN,3,2003, Rio de Janeiro. Anais.... Rio de Janeiro: UFF,1 CD, 2003.

MAIA, Trincy Ferreira. **O direito à cidade: a implementação do Projeto Parque do Rio Branco na comunidade Francisco Caetano Filho- Boa Vista/RR(2017-2018)**. 45f. Monografia curso de História da Universidade Federal de Roraima, 2020.

MACEDO, Francisco Ferraz de. **Da Prostituição Em Geral, E Em Particular Em Relação a Cidade Do Rio De Janeiro**. Prophylaxia Da Syphilis . Rio de Janeiro: Typographia - Academica, 1873.

MAZZARIOL, Regina Maria. **Mal necessário: Ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - IFCH/UNICAMP, Campinas, 1977. 4076

MIGNOLO, Walter D. A. Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. **Revista Lusófona de Educação**, 48, 2020, p. 187-224.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. **Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa**. Revista Lusófona de Educação, 40, 2018.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse pura**. São Paulo: Hoo Editora, 2018.

NONNENMACHER, Marilanger. Conselheiro Mafra: a alma de uma rua chamada “pecado”. IN: FÁVERI, Marlene; SILVA Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Prostituição**

em áreas urbanas. **Histórias do Tempo Presente**. Florianópolis, Santa Catarina: UDESC, 2010. P. 95-132.

OCANHA, Rafael Freitas. “**Amor, feijão, abaixo camburão**”: **Imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983)**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir Puta**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Trilhas e atalhos: as cidades amazônicas no final do século XX. In: ALVES, Cláudia Lima Esteves. **Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças**. CCSG-UFRR, Boa Vista-RR, 1998.

OLIVEIRA, Laucides. **Boa Vista 1953, uma aventura ... Ah, dias de minha juventude...** Boa Vista: Gráfica Real, 2007.

OLIVEIRA, Édla Sonaira Salazar de. **A Zona do Morro: a marginalização do território da prostituição feminina na cidade de Boa Vista-RR na década de 1950**. 74 f. Monografia (graduação) – Universidade Federal de Roraima, Curso de História. Boa Vista, 2020.

OLIVEIRA, Édla Sonaira Salazar de; SOUZA, Carla Monteiro; D’ACAMPORA, Márcia. “Morro abaixo! ”: a urbanização da cidade de boa vista e a sua primeira zona de prostituição na década de 1950. In: REGINENSI, Caterine. RODRIGUES, Francilene dos Santos. DREBES, Laila Mayara (Org.). **Entre fronteiras, cidades e ruas: experiências de migrantes e ambulantes..** Boa Vista: Editora da UFRR, 2021. Pp. 113-132.

OLIVEIRA, Janaine Voltolini de; COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Expansão urbana de Boa Vista, Roraima, e os reflexos sobre a desigualdade socioespacial**. GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais, vol. 9, núm. 18, pp. 1-18, 2018.

OLIVEIRA, Robson Quintino de; CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Desenvolvimento amazônico: uma discussão das políticas públicas do estado brasileiro. **Revista Eletrônica Multidisciplinar da Faculdade de Alta Floresta**, v. 2, n. 1, 2013. Disponível em < <http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/90/html>> Acesso em 21 de junho de 2021.

OLIVEIRA, Leandro de Bessa. **Imagens fantasmas e o imaginário da putaria: aproximação a um pensamento feminino para a estética e a comunicação**. 117 f., il. Dissertação (Mestrado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na Selva**. Manaus: Valer, 2000.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Repensando o estudo das pequenas cidades amazônicas**. Revista da Universidade do Amazonas. Serie: Ciências Humanas v.4, n.º 1-2, p. 155-172, 1995.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia. **Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (Séc. XVII ao XX)**. Boletim do MPEM. Belém, 4(1): 65- 115, julho de 1988.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. As transformações na configuração política – administrativa do Roraima: um panorama a partir da implantação do federalismo. In: SILVA, Paulo Rogério de

Freitas; OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Roraima 20 anos – as geografias de um novo Estado**. Boa Vista: Ed.UFRR, 2008.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Do rio ao traçado urbano, e novamente ao rio: alguns apontamentos para pensar a cidade de Boa Vista/RR**. Revista ACTA Geográfica, ANO II, n 3, jan./jun. de 2008. p. 93-106.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Ribeirinha ou Beira Rio? A dinâmica das relações cidade – rio a partir das transformações na organização espacial da cidade de Boa Vista – RR. **As Cidades entre o “real” e o imaginário: estudos no Brasil**. (Org’s) Everaldo Batista da Costa e Rafael da Silva Oliveira. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PASINI, Eliane. **Limites simbólicos e corporais na prostituição feminina**. Cadernos Pagu. Campinas, p. 181-200, out. 1999. Disponível em: Acesso em: 22 dez. 2022.

PASINI, Eliane. **“Corpos em Evidência”, pontos em ruas, mundos em pontos: a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, IFCH/Unicamp, Campinas, 2000

PASINI, Eliane. **Limites Simbólicos Corporais na prostituição feminina. Cadernos Pagu, nº 14, 2000; Fronteiras da intimidade: uso de preservativo entre prostitutas de rua**. In: BRUSCHINI, Cristina e PINTO, Celi. (orgs.) Tempos e Lugares de Gênero. São Paulo, Editora 34, 2001.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução : Marta Avancine . Rio de Janeiro: Paz e Terra,1993. 279-318 p.

PENA, João Soares. **Red Light City:Relações entre prostituição e urbanismo na cidade contemporânea**. Resenhas online/Vitruvius. 18 de mai. 2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/resenhasonline/18.209/7354> Acesso em 04 de abril de 2023.

PERLONGHER, Néstor. **O Negócio do Michê: a prostituição viril em São Paulo**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008 [1987].

PEREIRA FILHO, Raimundo Alves. **Lupanares e puteiros: os últimos suspiros do Rendez-vous na sociedade Manauara**. 132f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

PISCITELLI, Adriana. **Apresentação: gênero no mercado do sexo**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 25, p. 7-23, jul./dez. 2005. Disponível em Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332005000200001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332005000200001&script=sci_arttext) Acesso em 15/01/2023.

PISCITELLI, Adriana. **Feminismos y prostitución en Brasil: una lectura a partir de la antropología feminista**. Cuadernos de antropología social, n. 36, p. 11-31, 2012.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. 9. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, v. 2, p.694.

PRADO, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta: 2018 (coleção Baderna).

PRIBERAM, Dicionário. "**Prostituição**". In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online]. 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/prostituição>. Acesso em: 18-01-2023.

PRZYBYSZ, Juliana. **Mulheres Especialmente Marginalizadas: Uma Entrevista com Dolores Juliano**. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 155 - 165, jan. / jul. 2016.

QUALLS-CORBETT, Nancy. **A prostituta sagrada a face eterna do feminino**. Tradução Isa F. Leal Ferreira. Edições paulinas - São Paulo, 1990.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**; tradução Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993. 143-163 p.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar – A utopia da cidade disciplinar- Brasil: 1890-1930**. Editora Paz e Terra, 1985

RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). São Paulo: Paz e Terra, 1991.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995. 81-91 p.

RAGO, Margareth. **Descobrimos historicamente o gênero**. Cadernos Pagu, v. 11, p. 89-98, 1998.

RAGO, Margareth. A “**mulher cordial**”: **feminismo e subjetividade**. Verve, 6: 279-296, 2004.

RAGO, Margareth; FUNARI, P. P. A. Subjetividades antigas e modernas. Annablume, 2008.

RAGO, Margareth. **Imagens da prostituição na Belle époque paulistana**. Poéticas e políticas feministas. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 31-41, 2011.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013;

RAMOS, Diana Helene. **A invenção do Jardim Itatinga: o zoneamento urbano da Prostituição**. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 28., 2012, São Paulo. Anais... . São Paulo, 2012.

RAMOS, Diana Helene. “**PRETA, POBRE E PUTA**”: **a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga**. 2015. 337 f. Tese (Doutorado) - Curso de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015

RAMOS, Diana Helene. **O movimento social das prostitutas e o direito à cidade para as mulheres**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero; Women’s Worlds Congresso, 11; 13, 2017, Florianópolis. Anais... Florianópolis, 2017, p. 1-12.

RAMOS, Diana Helene. **Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia**. Cadernos Metr pole, v. 21, n. 46, 2019, p. 951-974.

RAMOS, Diana Helene. **Mulheres, direito à cidade e estigmas de gênero. A segregação urbana da prostituição em Campinas**. São Paulo: Annablume, 2019.

RAMALHO, N. **A estigmatização do trabalho sexual: contributos de Michel Foucault na análise do poder e controlo sobre a sexualidade**. Intervenção Social, n. 39, p. 165-185, 2012.

REBOLHO, Ana Claudia Figueiredo. **Estudo bibliográfico das atitudes e comportamentos ligados à prostituição da Pré-História aos dias atuais**. Tese (Doutorado em Educação Escolar) 264 f. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), 2015.

RECKLESS, Walter C. Distribuição pela cidade da prostituição organizada. In PIERSON, Donald. **Estudos da ecologia humana**. São Paulo: Martins Editora, 1970, p. 12-70.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média**. Tradução: Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. **Território e Prostituição na Metr pole Carioca**. São João de Meriti, RJ: Ed. Ecomuseu Fluminense, 2002.

RIBEIRO, Miguel Ângelo; OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Território, Sexo e Prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

RIBEIRO, Miguel Ângelo; OLIVEIRA, Rafael da Silva . **A PROSTITUIÇÃO FEMININA “FECHADA” NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: dinâmica e organização espacial**. Ateliê Geográfico Goiânia-GO v. 5, n. 2 agos/2011 p.277-291.

ROSSIAUD, J. **A Prostituição na Idade Média**; tradução Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

ROBERTS, N. **As prostitutas na história** (M. Lopes, Trad.) Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **“Garimpando” a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio política**. Tese de Mestrado, 1996.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. **Polícia e prostituição feminina em Brasília-um estudo de caso**. Tese (Doutorado em sociologia) Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

RODRIGUES, Rafael Alencar. **A representa o midiática-institucional dos movimentos sociais na Folha de São Paulo** [manuscrito] / Rafael Alencar Rodrigues. - 2017. CLII, 152 f.

RODRIGUES, M. **A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?** Rev. Katál: Florianópolis v. 12, n. 1, p. 68-76, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n1/09.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

RUSSO, G. **No labirinto da prostituição: o dinheiro e seus aspectos simbólicos**. Cad. CRH, v. 20, n. 51 p. 497-514, Set./Dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v20n51/a09v2051.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

SALES, H. J. et al. **Produção do espaço urbano de Boa Vista, RR: do ordenamento à expansão “desordenada”**. Terra Livre, v. 1, n. 56, p. 440-461, Jan.-Jun./202.

SANTOS, Carlos Nelson dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF. São Paulo: Projeto Editores. 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In SANTOS, Milton (org.). **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR, 1994, pp. 15-20.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. Debates. OSAL255. Ano VI, nº 16 ENERO-ABRIL. 2005.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. Roraima: possibilidade e impossibilidades da formação de uma elite regional. In: **Roraima/Boa Vista- temas sobre o regional e o local**. MAGALHÃES, Maria das Graças S. D.; SOUZA, Carla M. (Org.). Boa Vista: EUFRR, 2012.

SANTOS, Raimundo Nonato Gomes dos. **Entre cultura política, memórias e política de identidade: sujeitos históricos em ação – Boa Vista - Roraima (1970-1980)**. 342f. Tese (Doutorado em História social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, São Paulo, 2015. 89-178 p.

SILVA, E. A. **Migração e (Re)Estruturação Urbana de Boa Vista/RR nas Décadas de 1980 e 1990**. Monografia-TCC (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2011.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Dinâmica Territorial Urbana em Roraima -Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2007. (Tese Doutorado).

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Desvendando labirintos: notas acerca da formação socioespacial da cidade de Boa Vista- Roraima**. In: **Roraima/Boa Vista- temas sobre o regional e o local**. MAGALHÃES, Maria das Graças Santos dias. SOUZA, Carla Monteiro de (Org.). Editora UFRR, Boa Vista-RR,2012, p. 157-173.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas; ROCHA, Rafael Alexandre; ALMEIDA, Marcelo Mendes. **As novas formas do tecido urbano de boa vista – Roraima**. Revista Acta Geográfica, v.6, n.12, mai./ago. de 2012. p.97-107.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas;ROCHA, Rafael Alexandre; ALMEIDA, Marcelo Mendes. **A segregação como conteúdo da nova morfologia urbana de Boa Vista – RR**. Revista Acta Geográfica, ano III, nº6, jul./dez. de 2009. p.47-53.

SILVA, Jean Carlos. O conceito de território na Geografia e a territorialidade da prostituição. In: RIBEIRO, Miguel Angelo; OLIVEIRA, Rafael da Silva (Org.). **Território, sexo e prazer:**

**olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011, 19-41 p.

SILVA, Gabriela Natália. **Muitas faces da prostituição: uma abordagem histórica sobre o controle da sexualidade a partir de Foucault.** Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar, Matinhos, v. 11, n. 1, p. 15-25, jan./jun. 2018.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José. **Luta e Resistência das Geografias das Sexualidades no Brasil: Uma entrevista com Miguel Ângelo Ribeiro.** Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 271 - 280, ago. / dez. 2015.

SILVA, Joseli Maria. Sobre sexualidade e espaço: prostituição e território Travesti. **Território, Sexo e Prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira.** Rio de Janeiro: Gramma, 2011, p. 167-183.

SILVA, Juliana Teixeira de Freitas da. **Esboço historiográfico sobre a prostituição feminina até o Século XVIII: do sagrado ao mal necessário cristão.** REVISTA SOCIOLOGIA JURÍDICA, Número 16 – Janeiro/Junho 2013

SILVA, J.; RIBEIRO, W. **A questão regional no Brasil e a dinâmica socioespacial: uma análise crítica.** Revista de Geografia (Recife), v. 34, n. 3, 2017, p. 16-32. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922017000300016&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922017000300016&script=sci_arttext). Acesso 11 de maio de 2023.

SILVA, J.A.B. **A expansão da teoria do agenda-setting em sistemas informativos da Web.** Galaxia (São Paulo, Online), n. 28, p. 262-273, dez. 2014.

SIMMEL, G. **Algumas reflexões sobre a prostituição no presente e no futuro.** In: GEORG, S. Filosofia do Amor. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SOUZA, Carla Monteiro de. **Boa Vista/RR e as migrações: mudanças, permanências, múltiplos significados.** Revista Acta Geográfica, ano III, nº5, jan./jun. De 2009. P.39-62.

SOUZA, Carla Monteiro de; SILVA, Rennerys Siqueira. Um panorama acerca da importância das migrações internas na cidade de Boa Vista, Roraima. In: CAVALCANTI, E. V.; ARAÚJO, R. I. S.; CABRAL, G. G.; CABRAL, R. S. (Orgs.) **Leituras sobre a Amazônia: cultura, memória e ensino.** São Luís: EDUFMA, 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Geografia: conceitos e temas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** Boletim Gaúcho de Geografia v.48/nº 1 176. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, João Francisco Selhorst Et al. **A Prostituição Como Profissão: Uma Análise Sob a Ótica das Profissionais do Sexo**. Revista Saberes, Faculdade São Paulo – FSP, 2015, p. 63-74.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespecial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A Cidade Contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 61-93.

STAEVIE, Pedro Marcelo. **Expansão urbana e exclusão social em Boa Vista – Roraima**. Oculum Ensaios: revista de arquitetura e urbanismo, Campinas, n. 13, 2011, p. 68-87.

TAVARES, A. **Movimento Feminista em disputa: paradoxos entre discursos nacionais e práticas regionais acerca do tema da prostituição no Brasil**. Buenos Aires: CLACSO, 2015b.

TAVARES, Gabriely de Jesus. **Ocupação urbana na cidade de Boa Vista/RR: o bairro Liberdade e sua gênese no início da década de 1980**. 74 pág. Trabalho de Conclusão do Curso, Departamento de História. Universidade Federal de Roraima. 2015, p.20-31.

TEIXEIRA RODRIGUES, M. **A prostituição no Brasil contemporâneo: Um trabalho como outro qualquer?** Katál, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 68-76 jan/ jun 2009.

VALE, Ana Lia Farias. **Migração e Territorialização: As Dimensões Territoriais dos Nordestinos em Boa Vista / RR**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, São Paulo, 2007. 268f.

VALE, Ana Lia Farias. **Nordeste em Roraima: migração e territorialização de nordestinos em Boa Vista**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A produção do espaço urbano de Boa Vista-Roraima – Brasil**. 2009. Tese de (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A cidade de Boa Vista no contexto urbano roraimense**. Boa Vista: UFRR, 2010. (Material de apoio didático ao minicurso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Norte).

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. Rugosidades e tendências atuais na dinâmica de produção do espaço urbano de Boa Vista. In: MAGALHÃES, Maria das Graças S. D.; SOUZA, Carla M. **Roraima/Boa Vista- temas sobre o regional e o local**. Boa Vista: EUFRR, 2012.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. Produção e reprodução do espaço urbano de Boa Vista-RR. In: HOLANDA, Elizete Celestino; BEZERRA NETA, Luiza Câmara (Org.). **Geociências na Pan-Amazônia**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016, p. 181-202.

VERDON, Jean. **Os bordeis, casas das mais toleradas**. Coleção deuses da mitologia; v.6. Revista Arquivos história viva 3, nº3. São Paulo: Duetto Editorial, 2008. P. 16-21.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **São Paulo: segregação urbana e desigualdade**. Estudos Avançados, v. 25, n. 71, p. 37-58, 1 abr. 2011.

XAUD, Júnior Brasil. **O inusitado fim da cafetina**. Portal28. Disponível em: <https://portal28.com.br/o-inusitado-fim-da-cafetina-2/>. Acesso em: 12 de mai. 2023.

ZELIZER, Viviana. **Dinheiro, poder e sexo**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 32, p. 135-157, 2009.